



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVI _ SUPLEMENTO "A" AO Nº 171 TERÇA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1991 BRASÍLIA _ D

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATAS DAS 28ª A 30ª REUNIÕES, REALIZADAS

EM 29 E 31 DE OUTUBRO DE 1991

**28ª REUNIÃO, REALIZADA EM
29 DE OUTUBRO DE 1991**

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e nove de outubro de mil novecientos e noventa e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, com a presença dos Senhores Senadores: Dario Pereira, Esperidião Amin, Levy Dias, Elcio Álvares, Francisco Rollemberg, Jonas Pinheiro, José Eduardo, Henrique Almeida, César Dias, Eduardo Suplicy, Ronan Tito, Amazonino Mendes, João Calmon, Beni Veras, Gerson Camata, Garibaldi Alves Filho, Epitácio Cafeteira, Affonso Camargo, Alufio Bezerra, Divaldo Suruagy, Oziel Carneiro, Chagas Rodrigues, Louremberg Nunes Rocha, José Richa e Ney Maranhão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Alfredo Campos, Coutinho Jorge, Nabor Júnior, José Fogaça, Ruy Bacelar, Guilherme Palmeira, Meira Filho, Marco Maciel, Mário Covas, Valmir Campelo, Nelson Wedekin, Maurício Corrêa, Júnia Marise, Albano Franco e Moisés Abrão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se às exposições dos Doutores Ernesto Weber, Presidente da Petrobrás S/A, Álvaro Mendonça, Presidente da Caixa Econômica Federal e Lafayette Coutinho Torres, Presidente do Banco do Brasil, a respeito do movimento grevista dos funcionários destas empresas. Em Lafayette Coutinho para que teça suas considerações a respeito da greve dos funcionários do Banco do Brasil. Encerrada a fala do depoente, o Senhor Presidente passa a palavra ao Doutor ÁLVARO MENDONÇA, que discorre sobre a condução, por parte dos líderes sindicais, do movimento grevista dos funcionários da Caixa Econômica Federal. Terminada a explanação, o Senhor Presidente concede a palavra ao Doutor ERNESTO WEBER, que coloca os Senhores Senadores e demais público presente a par das negociações efetuadas entre patrões e trabalhadores durante o movimento de greve ocorrido na Petrobrás. Encerrada as exposições, Sua Excelência franqueia a palavra aos Senhores Senadores que desejem interpellar os palestrantes. Participam dos debates os Senadores: Esperidião Amin, Oziel Carneiro, Levy Dias, Eduardo Suplicy, Divaldo Suruagy, Epitácio Cafeteira, José Eduardo, Gerson Camata, Elcio Álvares e Beni Veras. Findas as discussões, o Senhor Presidente confere a palavra aos expositores para que teçam suas considerações finais sobre o assunto. A seguir Sua Excelência agradece a presença dos Doutores Lafayette Coutinho Torres, ÁLVARO MENDONÇA e Ernesto Weber e declara cumprida a finalidade da reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião, às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Raimundo Lira — Presidente
Íntegra do apanhamento taquigráfico

ANEXO À ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1991, ÀS DEZ HORAS, REFERENTE ÀS EXPOSIÇÕES DOS DOUTORES ERNESTO WEBER, PRESIDENTE DA PETROBRÁS S/A, ÁLVARO MENDONÇA, PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E LAFAYETTE COUTINHO TORRES, PRESIDEN-

TE DO BANCO DO BRASIL, A RESPEITO DO MOVIMENTO GREVISTA DOS FUNCIONÁRIOS DESTAS EMPRESAS, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE, SENADOR RAIMUNDO LIRA.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Está aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Estamos atendendo a um requerimento feito pelo Sr. Levy Dias e aprovado pela unanimidade dos Senadores presentes, em virtude do qual foram convidados os Srs. Ernesto Weber, Presidente da Petrobrás, Álvaro Mendonça, Presidente da Caixa Econômica Federal e Lafayette Coutinho Torres, Presidente do Banco do Brasil, para prestarem esclarecimentos sobre o movimento grevista dos funcionários dessas empresas, bem como sobre outros assuntos que sejam de relevância para o conhecimento dos Senhores aqui presentes.

Adotamos, no nosso gabinete, um critério acordado entre os convidados, e realizamos um sorteio para saber quem falaria em primeiro, segundo e terceiro lugar. Ficou definido que, em primeiro lugar, falará o Dr. Lafayette Coutinho; em segundo, o Dr. Álvaro Mendonça e, em terceiro, o Dr. Ernesto Weber.

Como de tradição, cada um dos expositores falará entre 15 e 20 minutos, e após a palavra dos três expositores os Srs. Senadores que se inscreverem poderão dirigir perguntas a quem desejarem.

Compõe a Mesa, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Ronan Tito.

Com a palavra o Dr. Lafayette Coutinho Torres, Presidente do Banco do Brasil.

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Raimundo Lira Exmº Srs. Senadores membros desta Comissão, Exmº Srº e Srs. Parlamentares aqui presentes, Srº e Srs.

Lamento profundamente não ter comparecido a esta Casa em oportunidade anterior, como era meu desejo e minha obrigação. No mesmo dia e horário, eu estava na Câmara dos Deputados, atendendo a convocação anterior a este honroso convite formulado pelos senhores.

Aproveito esta ocasião para reiterar que sempre estarei à disposição do Congresso Nacional, quantas vezes ele julgar necessário, para oferecer a minha contribuição ao debate das grandes questões de interesse nacional.

Congratulo-me com o Senado Federal pela iniciativa desta Comissão de favorecer o diálogo sobre o movimento grevista dos funcionários do Banco do Brasil. Sou grato por esta oportunidade, pois ela me oferece uma tribuna respeitável para me dirigir à sociedade, através dos seus representantes no Parlamento, e, em particular, aos 117 mil funcionários do Brasil.

Em setembro último, vivemos importante momento na história das relações de trabalho no Banco do Brasil. Como ocorre todos os anos, neste mês a empresa e os representantes dos funcionários começam a negociar a renovação do acordo coletivo. Desta vez, porém, a negociação teve algumas inovações que, com certeza, darão novo perfil ao relacionamento entre o Banco e seus funcionários.

A direção do Banco do Brasil buscou a modernização das relações de trabalho. A nossa disposição de inovar, no entanto, não foi acompanhada pelos representantes sindicais, que resistem a mudanças e se agarram a velhas condutas.

Tenho certeza, entretanto, que, mais cedo ou mais tarde, a necessidade de ajustar a instituição à realidade do mercado acabará prevalecendo. As propostas que fizemos certamente balizarão futuras negociações. Considero este fato inevitável, inclusive para a sobrevivência da instituição.

Para que as senhoras e os senhores possam melhor entender a posição adotada pelo Banco do Brasil na negociação da data-base de 1991, permito-me sucinto histórico. Nos últimos anos, alguns fatos têm contribuído para alterar profundamente a posição do banco nos mercados onde tradicionalmente opera. Um deles foi a extinção, em 1986, da conta movimento.

Desde então, as operações do Banco do Brasil não mais puderam ser automaticamente lastreadas por recursos transferidos do Tesouro Nacional. Outro fato importante é a dificuldade crescente que o Banco do Brasil tem enfrentado para receber seus créditos oriundos das diversas operações, especialmente dos financiamentos ao setor agrícola. Como se sabe, somos a principal instituição de apoio a esse setor, que, nos últimos anos, tem apresentado índices crescentes e preocupantes de inadimplência.

Estes impactos geraram resultados pouco favoráveis à instituição. Em 1990, por exemplo, o lucro do Banco do Brasil foi de 48,3 bilhões de cruzeiros, equivalentes a 7,7% sobre o capital. No primeiro semestre de 1991, foi menor: 47,5 bilhões de cruzeiros, que representam somente 3,6% do capital. No setor privado, a lucratividade média em 1990 foi de quase o dobro. Como se pode perceber, o Banco do Brasil tem tido um desempenho desfavorável, especialmente quando comparado às demais instituições financeiras.

Em junho de 1991, enfrentando uma greve de 13 dias, provocada pela disputa entre as várias correntes político-ideológicas do movimento sindical. Aparentemente, o movimento foi convocado para buscar antecipação salarial, além dos abonos previstos na Lei nº 8.178/91. Na verdade, porém, a greve foi resultado de ação político-sindical voltada contra atos do governo na busca do equilíbrio financeiro das estatais, tanto na área petrolífera, como na área financeira.

Os funcionários não entenderam as razões da deflagração daquela greve e tampouco as razões para o seu encerramento. Foi um grande desgaste para os sindicatos que representam nossos funcionários. As lideranças sindicais precisavam de uma nova oportunidade para se redimir, que foi construída com a fabricação proposital de um impasse na data-base.

Entre a greve de junho e a data-base, realizou-se em São Paulo o Congresso da CUT, que terminou com a exposição pública das divisões internas daquela entidade. O movimento sindical já chegou enfraquecido, dividido e desgastado ao mês de setembro — um mês importante no calendário das negociações coletivas no Brasil. Nessas circunstâncias, lideranças maduras e racionais procurariam estratégias adequadas à correlação de forças.

Mas interesses políticos impediram que a lucidez governasse a conduta sindical. Objetivos como dificultar o entendimento nacional, denunciar possível acordo com o FMI, interromper o programa de privatização e muitos outros foram impingidos à pauta pública dos funcionários do Banco do Brasil. Estes temas têm muito pouco a ver com a data-base, mas, mesmo assim, foram bandeiras públicas levantadas para agitar o ambiente em que se deveriam processar as negociações.

Inicialmente, os sindicatos queriam que a negociação fosse conduzida em conjunto com os bancos privados, sobre

a coordenação da Fenaban. O objetivo era claro: quanto maior o número de instituições e de trabalhadores envolvidos, maiores as repercussões políticas do impasse e do conflito que estava sendo preparado.

Para os líderes sindicais, pouco importava que os funcionários do Banco do Brasil constituíssem um grupo diferenciado em relação aos demais bancários. Deliberadamente, desconheciam que no setor privado o nível médio de escolaridade é bastante inferior ao do Banco do Brasil. Também não levaram em conta o fato de que o tempo médio de serviço no Banco do Brasil ser de 12 anos, enquanto no setor privado é de menos de três anos.

Menosprezaram ainda o fato dos salários do banco serem muito superiores aos praticados nos bancos privados. A título de ilustração, basta ver que, em setembro, o salário dos nossos caixas com oito anos de casa era de aproximadamente 560 mil cruzeiros, o que representava nada menos do que mais de três vezes o salário dos caixas da rede particular.

Apesar das evidentes diferenças entre as duas forças de trabalho e das melhores condições desfrutadas pelos nossos funcionários, a liderança sindical insistiu em nivelar a negociação. O objetivo era óbvio: armar o impasse.

Como a intenção inicial não era negociar por um acordo, as demandas foram estabelecidas em níveis completamente injustificados. O aumento salarial pedido, pasmem, era nada menos do que 524 por cento. Ora, este índice irreal demonstra claramente que os sindicalistas queriam multiplicar os salários por seis.

Em contrapartida, o banco se balizou deste o início na prudência e nas suas reais condições. Em função do contrassenso da proposta dos sindicalistas, oferecemos, inicialmente, apenas 30 por cento de aumento salarial, para testar a reação da outra parte.

Havia uma grande distância entre as pretensões de uns e de outros. Era necessário que o diálogo evoluísse. Esta é, via de regra, a rotina das negociações no Brasil. Evidentemente, as posições modificaram-se ao longo de diversas rodadas de negociação e chegamos a 312 e 80% por parte dos sindicatos e da empresa, respectivamente.

Os sindicalistas pediam 312% para todos os itens da remuneração e aplicação imediata. O banco, por sua vez, absorveria os 80%, mas as verbas de comissão ficariam inalteradas.

A proposta da empresa tinha a característica de privilegiar os funcionários com salários contratuais mais baixos e os que não recebem gratificações. Segundo a proposta dos sindicatos, a atual estrutura da remuneração não seria alterada, mantendo-se os diferenciais entre os comissionados e os não comissionados, e entre os maiores e os menores salários.

O banco, por sua vez, reconhecia que o reajuste sugerido não repunha as perdas ocasionadas pela inflação no período. Mas, justificava a sua posição em função da impossibilidade de obter ganhos para repor aquelas perdas. Vejam, Sr^s e Srs. Parlamentares, realisticamente, argumentamos durante as negociações que não disporíamos de resultados suficientes para repor as perdas e, ao mesmo tempo, manter os empregos.

É importante ressaltar que a nossa posição não foi fruto de capricho ou intransigência. Ao contrário, foi resultado de uma preocupação com a sobrevivência da instituição. Estávamos convencidos que aceitar um reajuste maior que o proposto implicaria em ameaçar o futuro do Banco do Brasil.

Coerente com esta filosofia, sugerimos abrir a contabilidade aos funcionários. Esta proposta, sem dúvida, é uma

grande inovação. Solicitamos aos sindicalistas que indicassem um representante para examinar os livros. Caso ele conseguisse demonstrar que haveria resultado para aumento mais generoso, nos comprometíamos a conceber este aumento. Como as senhoras e os senhores podem constatar, nossa proposta foi clara, transparente, aberta e honesta. Ao que me consta, nunca houve nada parecido no País.

Com esta iniciativa, concretizamos uma velha bandeira do movimento sindical, que sempre alegou falta de acesso às informações da empresa para interromper negociações. Pois bem, desta vez permitimos a ampla consulta, que poderia comprovar a honestidade de nossos propósitos. Parece-me que não pode haver maior prova de sinceridade e intenção de transformar as relações empresa-funcionário, elevando-as a novo patamar. Era a hora do movimento sindical responder e demonstrar a mesma honestidade nos seus propósitos.

Lamentavelmente, nossa proposta caiu no vazio. Os sindicalistas sequer a levaram em consideração. Não aceitaram a conquista que, dizem, sempre perseguiram. Não pode haver dúvida: foram desmascarados. Se tivessem aceito e indicado o seu representante, o exame das contas do banco revelaria a impossibilidade de concedermos o aumento exagerado. Neste caso, teriam que concordar com a proposta da empresa. A greve se esvaziaria diante da comprovação da irracionalidade dos motivos que a provocaram.

Ora, para evitar o ridículo a que seriam expostas, as lideranças sindicais simplesmente ignoraram a abertura que o banco propôs e levaram adiante a estratégia do conflito a todo custo. Manipularam as assembleias alegando que a abertura dos livros era apenas uma manobra da empresa para desviar os funcionários dos objetivos do movimento.

Apesar do desprezo, nossa oferta permanece. Pretendemos efetivamente criar este hábito de submeter a um representante dos trabalhadores nossas contas. Assim, não só aperfeiçoamos nosso relacionamento, como estabelecemos bases mais racionais para a negociação. Contribuiremos ainda, com o nosso exemplo, para a melhoria das relações trabalhistas em outras empresas que enfrentam situações semelhantes.

Outro aspecto inovador e progressista do banco foi a proposta de conceder participação nos lucros. Esta iniciativa faz parte do programa de governo do Presidente Fernando Collor, que acredita em desenvolvimento com participação do trabalho no capital das empresas. É assim, democraticamente, que construímos o verdadeiro capitalismo nacional, menos selvagem e mais cristão.

Conscientes que poderíamos melhorar os ganhos do nosso pessoal, propusemos aos funcionários que, a partir da data-base, passassem a compartilhar dos lucros auferidos. Seria uma forma de compensar a insuficiência do atendimento das perdas passadas, com a possibilidade de ganhos futuros.

Mas a motivação da proposta de participação nos lucros é mais abrangente. Esta idéia, amparada na Constituição, abre nova trajetória às relações de trabalho no Brasil. Como a participação nos lucros não se vincula à remuneração, sua prática introduz, finalmente, entre nós, a possibilidade da remuneração flexível, condicionada ao desempenho da empresa, sem a desvantagem da incorporação e da habitualidade.

Ao vincular uma parte dos ganhos do trabalhador ao desempenho da empresa institui-se a convergência de interesses entre o capital e o trabalho. O sucesso da instituição passa a ser do interesse dos dois. O objetivo do crescimento, da eficiência, produtividade e qualidade, que acaba por se transformar em lucratividade, passa a ser perseguido, tanto

pelos funcionários como pelos administradores. É um mecanismo moderno de atenuação de conflitos e, principalmente, de distribuição não demagógica de renda.

Vejam: entendemos que esta proposta complementa a outra, de acompanhamento da contabilidade. Trata-se, igualmente, de um avanço para a modernização das relações de trabalho. Infelizmente, não foi bem recebida pelas lideranças sindicais. Parece, elas preferem perseguir salários nominais, indexando a remuneração à inflação, aos índices exagerados e manipulados. Não querem que a renda do trabalhador seja ancorada na produção e no crescimento econômico.

É fácil entender por que a participação nos lucros beneficia o trabalhador e reduz os conflitos naturais entre capital e trabalho. Proporciona uma base concreta para se harmonizarem interesses naturalmente divergentes. Diminui a importância do conflito para a solução das diferenças e proporciona mais espaço à cooperação. Mas as soluções compartilhadas parecem não interessar aos sindicalistas. Suas idéias e seus métodos não prosperariam em tal ambiente.

É por isto que a mesma irracionalidade e irresponsabilidade das propostas iniciais governaram a conduta dos sindicalistas ao longo de todo o processo de negociações. Deliberadamente, eles recusaram e ignoraram as propostas progressistas do Banco do Brasil. Deliberadamente, conduziram as negociações para o impasse, para o conflito aberto. Srs. Senadores, sou um homem otimista e confio que a verdade será restabelecida. Esta é uma oportunidade magnífica para reavaliarmos os fatos. Tenho a convicção que nossos funcionários saberão escolher entre o extremismo e o equilíbrio. Acredito firmemente que passarão a exigir de seus representantes sindicais explicações para a conduta adotada. Tenho a sincera esperança que muito em breve poderemos colocar em prática estas inovações tão necessárias ao aprimoramento da instituição.

É importante lembrar que, desde o início, as duas partes manifestaram publicamente a intenção de não instaurar o dissídio. Ambos temiam que a intervenção do tribunal trabalhista os prejudicasse. Os sindicalistas receavam decisão pouco generosa; e nós, uma decisão exagerada. Por esta razão, a greve transcorreu por aproximadamente uma semana, até que a Procuradoria do Trabalho, no uso de suas atribuições, decidiu instaurar o dissídio, sob a alegação que a sociedade estava sofrendo prejuízos e danos em virtude da greve.

A Procuradoria desejava, inicialmente, convencer-se que a greve não era abusiva. Este foi o propósito da instauração do dissídio. Lembro, inclusive, que o representante da Procuradoria do Trabalho, na primeira audiência, deixou bem claro que desejava, antes de mais nada, esclarecer este ponto. Caso não houvesse abusividade, ele solicitaria o arquivamento do pedido da instauração do dissídio.

Os representantes sindicais, contudo, compareceram à audiência já munidos de todas as peças para a continuidade do dissídio. Levaram pautas de reivindicações de todos os sindicatos e argumentaram veementemente contra o entendimento do Procurador do Trabalho. Ostensivamente, agiram no sentido de manter o dissídio. Percebendo que a greve não se sustentaria por muito tempo, jogavam tudo no dissídio.

Esta estratégia foi omitida aos funcionários, que acreditavam que o sindicato era contrário à instauração do dissídio. Como ele fora instaurado pela Procuradoria, os sindicalistas o preservaram para utilizar a desculpa que não tinham sido eles os instauradores do processo. Outra vez a manipulação.

Srs. e Srs. Parlamentares, entendemos que uma greve no Banco do Brasil é sempre abusiva. Não somente porque

alguns serviços que prestamos podem ser caracterizados como essenciais, como, por exemplo, a compensação, mas porque muitos deles são absolutamente inadiáveis, e sua não realização ocasiona prejuízos irreparáveis à comunidade. Permito-me inumerar alguns exemplos:

- financiamento do plantio agrícola. Não pode ser adiado sob pena de comprometer a safra futura;

- transferência de recursos para Estados e Municípios. Esta é uma atribuição exclusiva do Banco do Brasil, na condição de caixa do Tesouro Nacional. O adiamento de transferências a Estados e Municípios sempre pode ocasionar a paralisação de serviços essenciais, como os de saúde, por exemplo;

- transferências de recursos a hospitais públicos ou privados, conveniados com a Previdência Social; e

- transferências a empresas estatais ou privadas que executam atividades essenciais.

É conveniente lembrar, que, em muitos municípios, a agência do Banco do Brasil é a única do sistema bancário nacional. Suas portas fechadas têm efeito sobre toda a cidade, inclusive sobre as atividades essenciais. Exercer este poder de coerção é, a men ver, antidemocrático e moralmente abusivo. Mas o Tribunal não considerou a greve abusiva, continuando, entretanto, com o procedimento normal de dissídio, pois a Procuradoria não solicitou o arquivamento.

A decisão do Tribunal Superior do Trabalho também teve elementos inovadores. Em primeiro lugar, o aumento de 100 por cento, parcelado, representou o acolhimento da tese do banco de que os reajustes salariais devem levar em conta a capacidade de pagamento da empresa. Outro aspecto inovador da decisão foi determinar a imediata volta ao trabalho e estabelecer muitas diárias aos sindicatos caso não cumprissem a determinação.

Assim, o TST começou a associar custos pecuniários ao direito de greve. É um grande avanço, sem dúvida. Generalizado, este princípio poderá induzir maior responsabilidade e racionalidade ao comportamento dos dirigentes sindicais. Ao direito de greve ficaria explícito o custo de exercê-lo. Trabalhadores passariam a decidir em função de benefícios potenciais da greve, mas também de seus custos.

O ensinamento do Tribunal deve ser entendido, literalmente, por seu aspecto didático. Uma greve é, por natureza, uma situação limite, uma opção pelo confronto. Toda a vez que um trabalhador se recusa a trabalhar, está no exercício de um direito legítimo. Mas deve também estar consciente que sua atitude rompe abruptamente a sua relação com o empregador.

O comportamento muitas vezes destemperado das lideranças sindicais, Sr^s e Srs. Parlamentares, nos exige uma profunda reflexão sobre o próprio conceito de democracia. Há vinte anos, o Brasil estava submetido a um estado de exceção. Esta Casa foi fechada e muitos de seus membros tiveram seus mandatos cassados e os direitos políticos suspensos por dez anos. Fazia parte, nessa época, da estratégia de combate ao autoritarismo, o que então se denominou de desobediência civil.

Com o Congresso fechado, ou com suas funções reduzidas, o governo autoritário não se preocupava com o império da lei. A sabedoria, o patriotismo e a persistência do povo brasileiro conseguiram restituir o processo democrático. A Assembléia Nacional Constituinte permitiu à sociedade participar do destino do País como nunca antes em nossa história.

Dela resultou a Constituição de outubro de 1988, marco e guardião da consolidação das instituições democráticas.

Assim como no passado, a desobediência civil contribuiu para o fim do autoritarismo; no presente, o desrespeito à lei ofende a democracia. As leis que o Congresso Nacional formula e aprova não podem ser descumpridas, sob pena de retrocesso institucional. Num regime democrático, a interpretação das leis e a palavra final a respeito do seu correto entendimento e aplicação cabe ao Poder Judiciário.

Ocorre, Sr^s e Srs. Parlamentares, que uma pequena parcela da sociedade não sabe e não quer viver no regime democrático. Essa minoria prega abertamente a desobediência à lei, o que equivale a desprezar a democracia. O que se viu no último dia 25 de setembro foi o Tribunal Superior do Trabalho emitir uma sentença irrecorrível e ela ser acintosamente desobedecida.

Poucas horas após a decisão do Tribunal, o comando sindical referiu-se à sentença como sendo uma "proposta" daquela corte. Esse jogo de palavras, que tem o claro objetivo de ludibriar a boa-fé dos trabalhadores e escamotear a verdade, é prática contumaz de certos dirigentes sindicais. Ressalte-se que a referência à "proposta", e não à sentença definitiva e soberana do Tribunal, foi feita justamente na assembléia sindical que deveria decidir sobre os rumos do movimento grevista.

Manipulada por esses dirigentes, a assembléia votou pela continuação da greve, numa atitude de flagrante desrespeito à lei e de evidente afronta às instituições democráticas. A sentença do Tribunal também determinou que o Banco do Brasil reajustasse os salários dos seus funcionários em níveis acima daqueles que propnsemos.

O cumprimento da sentença tem custado ao Banco um esforço extraordinário de ampliação de receita e contenção de despesas. Mas, custe o que custar, o Banco do Brasil, na minha administração, jamais se furtará a obedecer uma decisão judicial. Como presidente do banco e como cidadão brasileiro tenho o dever de respeitar a lei e defender a democracia.

Não se aperfeiçoa, e muito menos se consolida o regime democrático com manipulações e mistificações. As assembléias dos bancários realizadas em Brasília durante o mês de setembro foram uma grande farsa. Faço esta afirmação com segurança, porque ninguém me contou. Eu vi. As assembléias se realizaram, todas, debaixo da janela de meu gabinete, no edifício sede.

Vi instalar-se assembléia de funcionários do Banco do Brasil num espaço público, apelidado de "Cebolão", onde estava presente quem quisesse estar. Em assembléia dessa natureza até mesmo um humilde e desavisado pipoqueiro pode participar. Nada contra o pipoqueiro, desde que participe das decisões do seu próprio sindicato.

No dia 11 de setembro, data da assembléia que deveria votar contra ou a favor da decretação da greve, realizaram-se no "Cebolão" duas assembléias, simultaneamente: uma dos funcionários da Caixa Econômica Federal e, 50 metros adiante, a dos funcionários do Banco do Brasil. Percebi claramente que, enquanto a assembléia dos funcionários do Banco se arrastava, com uma lista enorme de oradores, a da Caixa era apressada. De fato, muito rapidamente os funcionários da Caixa, ou seja, cerca de 200 que decidiam em nome de toda a corporação, resolveram pela greve.

Em seguida, eles se dirigiram para o local onde se realizava a assembléia dos funcionários do Banco do Brasil. Por

uma dessas incríveis coincidências, no exato momento em que o comando sindical anunciava o início do processo de votação.

Com base nos fatos que testemunhei, permito-me entender que a decisão pela greve do Banco do Brasil foi adotada com a participação, obviamente ilegal, dos funcionários da Caixa, dos profissionais do movimento sindical ligados a outras categorias, que também estavam no local, e, eventualmente, dos pipoqueiros.

A deformação do livre exercício dos direitos da cidadania, entre os quais se inscreve o da autonomia do movimento sindical, deve ser motivo para reflexão por parte de todos os que pretendem construir uma sociedade justa e fraterna, baseada no respeito à verdade.

Srs e Srs. Parlamentares, não temos a menor dúvida, muitos sindicalistas tutelam a categoria dos bancários, são refratários ao diálogo, e muitas vezes nem sequer defendem os interesses de seus representados. Eles querem, isto sim, manter suas posições de dirigentes, com todos os privilégios de que desfrutam e com todo o poder político que imaginam possuir.

Esses dirigentes, abrigados na Central Única dos Trabalhadores, ou nas diversas centrais, já que são tantas facções que nela se digladiam entre si, não têm o menor respeito pela inteligência dos funcionários do Banco do Brasil e a mais leve afeição pelas instituições democráticas. Objetivam convulsionar o País.

Durante as assembleias, o que menos se falava era a respeito dos problemas dos bancários. As palavras de ordem do comando sindical agrediam a honra das autoridades constituídas, inclusive a de congressistas, com o deliberado intuito de desviar o rumo da discussão.

Falou-se e esbravejou-se sobre a "entrega da Usiminas ao capital estrangeiro". Este episódio, lembrado hoje, soa ridículo. Por ironia, são os funcionários do Banco do Brasil, por intermédio de sua instituição de previdência privada — a Previ — os principais acionistas da Usiminas, depois do leilão da semana passada.

A propósito da privatização da Usiminas, devo fazer aqui uma menção também ao corporativismo que contamina e imobiliza muitas das nossas instituições. A determinação do Governo Federal em acelerar o processo de privatização de muitas de nossas estatais é uma demonstração cabal de como o Presidente Fernando Collor condena o corporativismo.

Se tivermos suficiente isenção e boa vontade para encontrar um lado positivo no corporativismo, diria que instituições como a Previ prestam grandes e bons serviços à corporação que representa e também ao País. Haja vista a sua opção, por todos os motivos elogiáveis, de aderir ao programa de privatização.

A questão do corporativismo é delicada e polêmica, até mesmo do ponto de vista semântico. Segundo Aurélio Buarque de Holanda, corporativismo é "a doutrina que prega a reunião das classes produtoras em corporações, sob a fiscalização do Estado". Hoje, quando se fala em corporativismo, entende-se o vocábulo como uma expressão de espírito de corpo de que são imbuídos alguns segmentos da sociedade, sobretudo os situados nas grandes corporações.

O que chamamos corporativismo não é privilégio dos funcionários do Banco do Brasil. É uma característica de vários agrupamentos classistas, e sua origem é muito antiga. Por este motivo, prefiro abordar essa questão na perspectiva dos últimos vinte anos.

O corporativismo, tal como se apresenta hoje, foi estimulado, seivado e consolidado no autoritarismo. Em que outro momento, senão na exceção, o Estado está mais presente, onipresente até, na vida do País? O autoritarismo é a própria expressão do Estado forte e opressor.

Para ser forte, o Estado autoritário age em todos os campos de atividade, e sobretudo na atividade econômica. No passado, essa intervenção se dava por meio da própria administração direta, ou seja, das autarquias. Mais recentemente, o processo se aperfeiçoou. O Estado autoritário criou empresas gigantescas, ou agigantou empresas que já existiam.

Uma das formas mais eficientes, de mudar esses objetivos do Estado estender o seu controle sobre a sociedade foi a de ampliar as atividades-meio das empresas, levando-as a operar em segmentos do mercado que deveriam estar reservados à iniciativa privada. O fortalecimento do autoritarismo reforçou a presença das empresas estatais e inibiu, senão retardou, a livre economia de mercado.

É fácil concluir, portanto, que as corporações abrigadas sob a proteção do Estado autoritário tinham, e exerciam, considerável parcela de poder. E, poder, sabemos, ninguém perde sem resistir. É relevante afirmar, também, que as grandes corporações estatais, braços mais modernos de um quadro institucional retrógrado, fecharam-se em feudos e passaram a aprimorar os seus próprios mecanismos de sustentação. O autoritarismo alimenta o autoritarismo, que produz mais autoritarismo.

Há lógica, portanto, nessa relação simbiótica do sindicalismo autoritário com o corporativismo. Um se alimenta do outro. Não por acaso, as organizações sindicais que desprezam a democracia encontraram no corporativismo o seu aliado, o seu semelhante. Não tenho dúvida, o corporativismo é também uma forma retrógrada e anti-social de autoritarismo.

Quanto ao Banco do Brasil, posso afirmar claramente: a determinação do Governo Federal, que é o maior acionista do Banco, é a de colocar a instituição, em primeiro lugar, a serviço dos interesses do País. O Presidente Fernando Collor, em julho de 1989, em carta ao então Presidente Camilo Calazans, alertava que "o Banco do Brasil deveria financiar mais a produção, mas foi capturado, como outras instituições financeiras, pela armadilha decorrente do descontrole das finanças públicas, da política econômica que restringe a produção em favor das aplicações financeiras".

Ainda segundo o Presidente, em seu governo, os empresários rurais e urbanos encontrariam no Banco do Brasil o grande agente financeiro para suas necessidades de crédito voltado à produção. Um Banco do Brasil atuando para os brasileiros que trabalham e produzem. Assim, sou e serei inflexível. O Banco do Brasil tem uma missão importantíssima a cumprir como instrumento da alavancagem do desenvolvimento nacional. Esta é uma das suas prioridades. Esta é uma das suas razões de ser.

Perdem tempo os que imaginam que algum dia serei refém do corporativismo, do sindicalismo autoritário ou de qualquer outro movimento contrário aos interesses nacionais e à consolidação das instituições democráticas.

Finalmente, para encerrar, retomo o tema que motivou esta convocação. Antes, porém, acrescento que a greve dos funcionários do Banco do Brasil se prolongou além do suportável para a instituição e para a sociedade. Os grupos minoritários conseguiram seu intento de manipular decisões em assembleias e de coagir funcionários, paralisando agências nas maiores praças.

O não-cumprimento da decisão do Tribunal, no entanto, era uma situação que a direção da empresa não poderia tolerar. Tratava-se de conduta antes de mais nada antidemocrática. Omitir-se, naquele momento, seria avalizar o comportamento totalitário das minorias radicais. Algo tinha que ser feito.

Por este, e somente por este motivo, convoquei pelos jornais um contingente expressivo de grevistas a comparecer em 24 horas ao trabalho. O não-atendimento da convocação seria considerada falta grave, sujeita às penas da lei. A greve acabou. Em 29 de setembro, uma tarde de domingo, as assembleias decidiram pela volta ao trabalho.

Evidentemente, o que vivenciamos durante esta última greve traumatizou o Banco do Brasil. A volta ao trabalho, depois de uma paralisação, é sempre dolorosa. Restarão sempre algumas cicatrizes. Mas, penso que algo de bom pode ser tirado desse episódio. O movimento sindical exagerou e se desgastou. É uma oportunidade para a empresa mostrar a honestidade de suas propostas. É isso que pretendemos fazer.

A idéia de oferecer a participação nos lucros e o acompanhamento da contabilidade do Banco permanecem. Tudo farei para que sejam aceitas. Pretendo convencer a todos que é uma boa proposta para quem realmente se preocupa com a sobrevivência do Banco do Brasil. Quero utilizá-la para "transformar o banco em instituição rentável e eficiente, em benefício do País e dos seus funcionários".

Para tanto, conto com o apoio de todos os brasileiros de boa vontade e, em especial, das Srs. e Srs. Parlamentares que me honraram com este convite. Novamente, agradeço a oportunidade de poder, com este depoimento, divulgar aspectos até então desconhecidos, mas verdadeiros da história da greve do Banco do Brasil de setembro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Coucedo a palavra ao Dr. Álvaro Mendonça, Presidente da Caixa Econômica Federal.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Economia, Senador Ronan Tito, Srs. e Srs. Senadores, Srs. Presidentes do Banco do Brasil e da Petrobrás, Srs. Deputados, minhas senhores, meus senhores, início minhas palavras fazendo um agradecimento a esta Comissão pela oportunidade ímpar que me dão de vir a esta Casa, não para cumprir um dever, mas pelo prazer de demonstrar com transparência a forma como nós nos conduzimos nos episódios lamentáveis da greve de setembro passado. Não vejam em mim um administrador intransigente, autoritário, que trabalha para o confronto, porque este não é o meu perfil, esta não foi a minha formação, nem é o caminho que escolhi para trilhar como Presidente da Caixa Econômica Federal. Em seis meses de Presidência já tive o desprazer de enfrentar duas greves; a primeira, de 9 dias, julgada abusiva; a segunda, de vinte dias, com a determinação do Tribunal Superior do Trabalho, pelo imediato retorno às atividades. Em ambos os movimentos sempre pautei a minha conduta e a minha linha de ação tendo como escopo e base, o entendimento, o diálogo e a conciliação. Mas, atos dessa natureza, no meu entendimento e ao viver uma democracia sã, não tenham dúvida, eles teriam que ser recíprocos, não aconteceu.

O movimento deflagrado em setembro como muito bem disse o Presidente do Banco do Brasil, foi um movimento cívico de conotações políticas como uma das reivindicações

econômicas e sociais foram coisas que em todas as negociações passaram ao largo desse movimento.

Srs. Senadores, seria muito fácil e até mesmo sedutor, para mim, como administrador público, ceder, transigir, conceder, inviabilizando o futuro de uma instituição de 130 anos. Mas, a responsabilidade que tenho em conduzir esta Casa centenária me dá a noção nítida de como devo proceder nesses momentos de dificuldades. E conversando com todas as lideranças de forma exaustiva, durante várias vezes e durante muito tempo coloquei a impossibilidade do pedido irracional que faziam naquela época, 510%, e por que era irracional era inconcebível que eles reivindicassem um reajuste de tamanha magnitude de vez que a instituição tinha os seus limites. E naquele momento difícil era muito mais importante manter o emprego do que alavancar uma conquista efêmera, inviabilizando o futuro de uma instituição e de uma casa que tanta cumplicidade tem com 150 milhões de brasileiros. Exercitei o diálogo procurei de forma inteligente usando a engenharia financeira, transigindo naquilo que podia, e mostrando com despreendimento que aquele acordo que tinha celebrado em 1990, que era um acordo de dois anos, eu como Presidente, e precisando da parceria de 70 mil funcionários não iria sentar em cima, naquele acordo, e dizer não, abri as negociações contemplando cláusulas sociais da maior importância para os nossos funcionários.

Fiz isso mas não tive reciprocidade, aventei a possibilidade de fazer um reajuste expressivo no salário-alimentação e no auxílio-creche reconhecidos pelas próprias lideranças como o maior já dado na história da organização. As minhas palavras foram ao vento, não tiveram eco, porque eles não queriam negociar e disseram não, prejudicando 70 mil funcionários e suas respectivas famílias.

Srs. e Srs. Senadores, já se foi o tempo dos grandes milagres em que se podia, à custa do contribuinte, pagar folhas de pagamento e arcar com despesas descabidas, e não é e nem será o Presidente Fernando Collor de Mello, que deixará de dar prioridade a projetos inadiáveis para transferir recursos do Tesouro ou da União para pagar uma folha de pagamento da Caixa de forma desproposita, desmedida e injusta em relação a maioria de 150 milhões de brasileiros. Aprendi que aí devemos conviver com o que temos e não com que queremos. Esta é a minha linha racional de entender e administrar estes conflitos; devemos costurar com as nossas próprias linhas. E é isto que temos feito ao longo da administração de Lafayette e da minha, hoje, como Presidente da Caixa Econômica, tendo capitalizado a instituição, tendo passado por uma reforma administrativa extremamente dura, austera, mas necessária para a longevidade da casa, quando economizamos em um ano, 130 bilhões de cruzeiros. E não podemos inviabilizar esse esforço e esse trabalho já que tivemos como parceiros funcionários conscientes para darmos guarida a um movimento irracional e insano de uma minoria sectária e quem reivindicava não melhores condições de vida para os funcionários mas queriam ter naquele movimento a alavancagem política para dizer à sociedade que, por incrível que pareça, ainda não assimilaram o resultado das eleições de 1989.

Quero dizer, que não obstante a forma equilibrada, a parcimônia com que agi e que dei a coloração necessária aos meus passos. Também não tive reciprocidade do movimento e o radicalismo chegou a tal ponto — passem Srs. Parlamentares — que invadiram o meu gabinete de trabalho, numa operação arrastão, em que ficou nítida e clara a conotação política, radical dessa minoria.

Não, em nenhum momento, mesmo com essa violência e essa forma grave e inusitada de se tentar manter um diálogo, eu cedi a essas pressões ou usei das mesmas armas que eles usaram, porque a minha formação, a minha educação foi bem diferente da daqueles que, usando da violência e da insensatez, procuram levar uma maioria a um confronto desnecessário, esquecendo a democracia tão apregoada e tão defendida por eles.

Nós não podemos mais conviver com movimentos em que a conotação seja o radicalismo e a sociedade não pode nem deve — e, eu tenho certeza, não vai permitir mais — ser testemunha de cenas de vandalismo nas portas das agências do Banco do Brasil e da Caixa. Cenas como aquelas em que, esmurrando o carro do presidente da Caixa, tentavam obstaculizar o seu acesso ao trabalho, precisando — como não deveríamos deixar de usar — da força policial para garantir a nossa integridade e permitir que os dirigentes dessa empresa tivessem acesso ao trabalho, para comandar os destinos e os negócios dessas instituições.

É hora de darmos um basta e fazermos um apelo a todas essas lideranças para que, com as grandes lições havidas nesse último movimento, encontrem, procurem e caminhem de forma diferente.

Este não é o caminho do entendimento, nem da conciliação, nem da pacificação nacional.

Esse é um caminho que foi trilhado por muitos e, acredito, esses que participaram em setembro, desse movimento, ainda estão atrás deste muro de Berlim, que já foi derrubado há mais de um ano, e não ouviram nas emissoras de televisão ou leram nos jornais que o povo da Rússia disse “não” ao totalitarismo, pedindo mais justiça social e impedindo que medidas radicais mudassem o caminho da democracia escolhido pelos atuais dirigentes da União Soviética.

E, finalizando, quero dizer que, apesar de todo esse radicalismo, não ficou, não fica, nem ficará no presidente da Caixa nenhuma mágoa, nenhum ressentimento, nenhum espírito de confronto, mas terá sempre, nos passos e nas ações do presidente, um gesto: a mão estendida ao entendimento, à conciliação e à pacificação de todos os interesses, mas com a consciência maior do administrador público, porque ao concedermos aumentos desmedidos, inviabilizaríamos o futuro de uma instituição de 130 anos.

Prefiro manter a minha posição de equilíbrio e de racionalismo, e administrar a casa com o profissionalismo necessário para encontrarmos, com 70 mil funcionários, os melhores caminhos para levar avante todos os nossos projetos.

E, hoje, os funcionários da Caixa já disseram “não” a essas lideranças e a esses movimentos sectários. Estão dizendo “sim” à liderança que, reconhecem e entendem, os levará à acomodação dos seus interesses, mas sem inviabilizar o futuro da CEF.

O caminho é o diálogo entre a administração e os funcionários, feito sem intermediários, *tête-à-tête*, com a linguagem clara e transparente dos homens de boa vontade.

A todos o meu muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Com a palavra o Dr. Ernesto Weber.

O SR. ERNESTO WEBER — Senador Ronan Tito, Presidente em exercício da Comissão de Economia, Srs. Senadores, Sr^a e Srs. presentes, eu preparei algumas transparências para mostrar a evolução do nosso movimento.

Vou procurar comentar alguns fatos relevantes da nossa greve e que (inaudível), conforme indicação do presidente da Caixa e do presidente do Banco do Brasil, os fatos (inaudível).

Vou mostrar, ao longo da minha exposição, que, apesar de todo o nosso esforço de negociação, havia, realmente, um fator político e uma tentativa de desestabilização do Governo Federal pela paralisação total do abastecimento de combustível ao País.

Nós procuramos direcionar toda a nossa capacidade de negociação para uma idéia em pauta, (inaudível).

Depois disso, fizemos uma série de reuniões e podemos ver, por aqui, que para frente, aqui, dia 10, foi uma tentativa antes de nós entrarmos com o dissídio no TST.

A greve começou, para nós, no dia 11. No dia 10 fizemos uma tentativa.

No dia 19 de setembro houve um fato muito importante, que foi o dia anterior ao julgamento, que ocorreu no dia 20.

Ainda nesse dia, procuramos evitar o julgamento no TST. No TST, tivemos duas reuniões: 14 e 15 de setembro, e o início da greve foi no dia 11 de setembro.

A nossa estratégia foi um pouco diferente, porque entendíamos que a nossa responsabilidade era manter a sociedade abastecida com combustíveis e que não podíamos deixar a greve prosseguir.

Então, tão logo foi decretada a greve, imediatamente entramos no TST e vimos que tínhamos que acelerar o máximo possível esse julgamento.

Então, instauramos o dissídio em 11 de setembro e, através de um esforço muito grande, conseguimos o julgamento da greve no dia 20 de setembro.

Durante o período da greve, sofremos uma série de problemas, e, durante a fase de negociação, era muito clara a não intenção de negociação.

Nós fomos aumentando a nossa proposta, começamos num valor inicial de 35%, negociamos com o nosso sócio controlador, que é o Governo Federal, e conseguimos chegar a uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lyra) — Sr. Ernesto Weber, peço, por favor, que o senhor coloque o microfone, para que tenhamos nos Anais a gravação da fala de V. S^a

O SR. ERNESTO WEBER — A nossa proposta foi subindo, enquanto que o sindicato permanecia intransigente na sua proposta de aumento de 350%.

O sindicato queria 350 e nós fomos subindo, e na nossa última proposta nós chegamos, no dia 19, a quase 90% de aumento para os funcionários. E, no nosso caso, tínhamos feito, também, uma escala progressiva, em que os salários mais baixos tinham aumentos superiores a 100%.

Agora, sofremos muitos excessos, principalmente na área que envolvia o gás liquefeito de petróleo, quer dizer, houve uma tendência de evitar o abastecimento de gás à população.

Então, tivemos dois terminais ocupados, que foi o terminal de Madre de Deus, na Bahia, e o terminal de Almoa.

O objetivo era, realmente, fazer o corte do GLP.

Felizmente, conseguimos, com um esforço muito grande e movimentação de cargas por caminhão, evitar um colapso no abastecimento de GLP.

Nós sofremos, também, o problema de gás natural, porque tivemos as nossas plataformas de bacia de Campos ocupa-

das e, com isso, fomos obrigados a reduzir a produção de gás natural.

Depois, vou mostrar alguns gráficos que mostram bem essa queda.

Imediatamente, obtivemos uma ordem judicial, ordem judicial essa que seria de desocupar a parte dos terminais e também começar a processar nas refinarias um mínimo de 400 mil barris diários, porque quando começou o movimento grevista, o sindicato conseguiu para todas as nossas refinarias, menos a refinaria de Belo Horizonte, a refinaria de Gabriel Passos e de Betim.

Nós obtivemos essa ordem judicial, mas, infelizmente, nós não a conseguimos cumprir.

Do nosso lado, seguimos todos os trâmites legais, pedimos reforço policial, e o sindicato concordou em iniciar a operação de bombeio de GLP.

Na hora em que retiramos o contingente policial, o sindicato não cumpriu com o prometido. Prometeu uma coisa e não cumpriu. Posteriormente, como estávamos conseguindo manter o abastecimento de GLP, resolvemos aguardar o julgamento final, para, então, podermos tomar medidas mais firmes.

O julgamento saiu em 20/9 e o importante do julgamento é que essa greve foi julgada abusiva e foi dado um índice de 100% sobre os salários, quer dizer, pouco acima daquilo que tínhamos proposto. Inclusive para os salários mais baixos houve prejuízo, porque a nossa proposta era diferenciada, em que os salários mais baixos chegaria a ter 108% de aumento. Nesse valor já foi incluída a produtividade. E o mais importante é que no julgamento de dissídio foram mantidas 73 cláusulas propostas pela companhia, e foram excluídas seis cláusulas que estavam no acordo. Foi determinado o desconto dos dias parados, uma multa de 100 mil cruzeiros por dia de greve aos sindicatos, e fixado em 150 dias a garantia de emprego e salário a empregada gestante. E o importante é que a greve sendo considerada abusiva, ela deveria terminar o mais cedo possível. E aqui tivemos, realmente, um fato muito importante: conseguimos, já no dia 20, colocar unidades em operação, mesmo contra a vontade do sindicato. Nós conseguimos colocar a refinaria do Paraná em operação, graças a decisão dos seus empregados, e no dia seguinte já colocamos a Reduque, embora o sindicato fizesse piquete na porta, tentando obstar o ingresso do pessoal e votasse pela continuidade da greve. O pessoal, assim mesmo, de uma maneira pacífica, entendeu que a proposta da companhia era razoável, que o julgamento do TST tinha sido mais razoável ainda, e que eles não iriam se envolver porque havia dois telex muito violentos. O primeiro, mostrando claramente a razão política do movimento e o segundo — o mais grave — é que o sindicato incitava a haver despressurização das unidades de refino. Isso significaria parar as unidades por período muito longo, porque, na época da parada, as unidades foram mantidas pressurizadas, e se houvesse a despressurização poderia, realmente, haver um colapso no abastecimento. Os empregados, ordeiramente, entenderam que isso seria contra a companhia e retornaram à Refinaria Duque de Caxias contra a vontade do sindicato. E, no domingo, a greve se concentrava mais em São Paulo, e eu pessoalmente me desloquei para São Paulo com mais dois diretores, e em São Paulo também conseguimos a mesma situação. Conseguimos fazer retornar uma a uma das refinarias. A última refinaria a voltar foi a Refinaria do Vale do Paraíba, onde, em cada um desses lugares, foi dada

autonomia ao superintendente local para tomar as decisões administrativas. Quer dizer, demissões, suspensões seriam da responsabilidade de cada superintendente, porque nós, na sede, estávamos muito distantes dos problemas e não tínhamos condições de avaliar. A última refinaria, portanto, a retornar foi a Refinaria do Vale do Paraíba, que voltou a operar em torno de uma hora da manhã da segunda-feira.

As nossas plataformas marítimas entraram em operação ao longo do domingo, e só restou nisso tudo algum problema no Terminal Madre de Deus, que ainda se retardou mais dois dias. E, finalmente, no dia 23, estávamos com a companhia totalmente em operação. E, o mais importante é que esse retorno ao trabalho foi extremamente ordeiro. E, nessas cláusulas que foram excluídas pelo TST, a companhia se adiantou em que aquelas cláusulas que diziam respeito aos empregados, e que era a nossa intenção dar, nós as reconfirmamos. Aquelas cláusulas que afetavam o sindicato nós nos negamos a conceder e, realmente, houve algumas atitudes do sindicato, como agora recentemente a tentativa de interdição do Terminal de Alemoa, de uma maneira um tanto quanto desonesta, no nosso entendimento, fazendo denúncias de que nós não tínhamos segurança. Essa denúncia não procede, porque a nossa empresa tem, possivelmente, um dos melhores corpos técnicos do País e tem tido como meta, sempre, operações muito seguras. É importante mostrar algum quadro do que aconteceu a nível de punições na companhia, e procuramos tomar muito cuidado de preservar, o que é importante para nós, que é o nosso pessoal. O nosso pessoal envolve muito treinamento, é um pessoal caro, sob o ponto de vista de treinamento, e como houve uma indução por parte de um sindicato que não estava preparado, nós não poderíamos punir os nossos empregados. Será distribuída para todos os senhores uma cópia dessa transparência, e aí há dois lugares em que nós não terminamos, ainda, o inquérito: que é no Terminal Madre de Deus e na região de produção do Nordeste. Nos lugares onde houve mais problemas, houve mais punição. Por exemplo, no Tedepe, que é Alemoa, tivemos várias suspensões. Na Repse, onde tem as plataformas que foram ocupadas, tivemos uma incidência maior de punições. Num primeiro momento, fizemos demissões, as quais o Tribunal, depois, nos obrigou a cancelar, e posteriormente, como estávamos acompanhando o movimento, entendemos que deveríamos preservar o nosso pessoal e evitar que fossem levados pela intransigência do sindicato. O importante é mostrar que houve um fato inédito nesse julgamento que foi a multa ao sindicato. E nós aplicamos essas multas. Temos aqui um quadro em que estão, sindicato por sindicato, as multas que aplicamos. Essas multas foram aplicadas em função não da volta ao trabalho, porque, muitas vezes, muitas dessas unidades voltaram ao trabalho antes, mas o sindicato continuava dando um comando de não-volta ao trabalho. É de se ressaltar muito o espírito dos nossos empregados. Os nossos empregados deram uma demonstração de democracia. Discutimos ao longo de toda a greve, em nenhum momento saímos da lei, e há comentários dentro da Companhia de que houve, por parte da direção da companhia, um respeito total à Lei de Greve. Respeitamos o direito de fazer greve, dos empregados, mas também quando houve o julgamento da greve abusiva, tomamos uma posição firme, e houve uma resposta muito positiva do nosso quadro de empregado. Voltaram, e hoje a Companhia opera normalmente. Inclusive, na área de refino, no mês de outubro, devemos ter um índice muito bom de produção. Na área de

produção de petróleo voltamos aos níveis normais, e eu diria que o espírito da Companhia é muito positivo, olhando para a frente, procurando melhorar a sua produtividade. Além disso, atender àquilo que é a nossa razão básica, que é a de atender à sociedade com um combustível de qualidade adequada, reduzindo as emissões poluentes e mantendo a população sempre abastecida.

Vou procurar mostrar algumas transparências do que aconteceu, ao longo da greve, em termos de produção.

O primeiro quadro mostra o reflexo na parte de produção de óleo; o que perdemos em produção de petróleo no período. No quadro seguinte, aqui, procuro mostrar por unidade. Então, os senhores podem observar que tivemos muitos problemas no Rio de Janeiro e na Bahia. No Espírito Santo não houve perda de produção, no Paraná também não, e em Sergipe e no Ceará foram pequenas. No Rio Grande do Norte, conseguimos manter a produção. Realmente, o problema mais crítico ocorreu no Rio de Janeiro, onde tivemos plataformas ocupadas.

O último item agora é a parte de gás natural. E aí nós tivemos um problema sério, e vou mostrar no gráfico seguinte, em que aparece a distribuição por Estado e que realmente o problema crítico para nós foi no Rio de Janeiro, onde nós temos uma grande produção de gás. Realmente, tivemos problemas de abastecimento e que afetou principalmente o Estado de São Paulo, porque São Paulo recebe o gás pelo Rio de Janeiro.

Aqui é um quadro-resumo, em que nós, realmente juntamos o óleo e o gás natural equivalente, para mostrar que tivemos aí uma perda de 47%.

Ali, mostrei a produção, agora vou mostrar a parte na venda de gás natural.

Nós tivemos uma perda de 36% na venda de gás natural, e vou mostrar depois aos Senhores o que isso significou em termos econômicos. E, voltando aqui ao quadro, podemos observar que em termos de volume que o maior, de novo voltou a ser o do Rio de Janeiro, embora Sergipe seja percentualmente grande, o volume da produção é menor. Em termos de refinarias tivemos a paralisação de todas as refinarias, menos a de Regato, que é a refinaria de Betim, em Belo Horizonte, mas nós ainda conseguimos operar parcialmente algumas das refinarias. Então, elas não pararam no dia 11, e conseguimos operar algumas até o dia 13, e outras até o dia 14, e por refinaria aqui temos um quadro em que mostramos a perda de refino. Então, podemos observar que em Minas Gerais, praticamente, não houve perdas. Em São Paulo, tivemos muitos problemas, que foram as refinarias que pararam antes, mas, também, depois no retorno, conseguimos voltar bem. E sempre uma pergunta que fica: O que isso trouxe de prejuízo para a companhia? Estamos procurando apresentar, aqui, um último quadro de uma avaliação do prejuízo, em que consideramos a perda de receita pelo atendimento ao mercado com produtos importados, porque fomos obrigados, quando previmos a greve, a importar produtos, para não deixar faltá-los à população.

A perda de produtividade devido a não-exportação de produtos especiais, a redução na venda de gás natural; sobre a estadia de navios, porque, com o bloqueio do Terminal de Madre Deus e Alemoa, ficamos com muito GLP parado em cima de navios. Isso custou uma soma razoável de dinheiro, cerca de 2 bilhões e 700 milhões de dólares pela não descarga especialmente do GLP.

Depois tivemos alguns outros itens.

O importante é frisarmos que houve, por parte dos empregados, um retorno extremamente pacífico, quando do término da greve. Porque estamos procurando fazer um trabalho interno, já que este ano, tivemos duas greves; e a greve tem razões em termos do relacionamento que estava havendo entre empresa e seus empregados. Isso facilitou, e muito, uma ação do Sindicato. Nosso trabalho agora está sendo, realmente, em reduzir essa ação do Sindicato. Isso era o que tinha a apresentar aos Senhores.

É importante frisar que, em nenhum momento, como nos anos anteriores, a empresa nos seus 38 anos de atividade em que detém o monopólio do petróleo, deixou faltar combustível à população.

Mesmo quando houve a crise do Golpe recentemente, quando houve as duas grandes crises do petróleo —, nos Estados Unidos chegou a faltar petróleo — aqui no País, em nenhum momento, faltou combustível à população. E essa vez mais, houve o espírito da companhia que permitiu isso. Porque, apesar da greve, conseguimos manter toda a área de abastecimento funcionando, pelo esforço de muitos dos nossos empregados, que trabalharam, seguidamente, 24, 48 horas revezando e, muitas vezes, ficaram dentro de refinarias e dentro de terminais de bombeio, e, que, realmente, puderam cumprir a nossa razão de ser, que é de atender à população.

Obrigado aos senhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Vamos iniciar, agora, a fase dos debates.

Estamos aqui com a relação de 13 Srs. Senadores que se inscreveram para dirigirem perguntas aos Presidentes da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

A pergunta poderá ser dirigida individualmente ou aos três depoentes. Pedimos aos companheiros Senadores que a pergunta seja a mais curta, a mais breve possível. Gostaria de não estabelecer limite, mas contar com a compreensão e a colaboração dos Srs. Senadores, para que não fizessem conferências, discursos paralelos e fossem o mais objetivo possível, no sentido de que haja condições para que todos os Srs. Senadores possam ouvir os esclarecimentos adicionais dos senhores, que aqui vieram prestar esses esclarecimentos.

Gostaria também de fazer aqui uma retificação com relação aos requerimentos apresentados. No início, informei aos Senhores que o requerimento tinha sido do Senador César Dias, mas foi com relação à presença do Presidente da Petrobrás. A presença dos Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica foi devida a requerimento, igualmente aprovado aqui, por unanimidade, de autoria do Senador Esperidião Amin.

Inicialmente, concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente da Comissão, Srs. Presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás, Srs. Senadores — desejo ser muito objetivo e sintético nas minhas considerações. Dirijo minha primeira indagação aos Srs. Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

O meu argumento, ou seja, o argumento que lastreia a minha indagação, de certa forma, também, pediria a atenção do Sr. Presidente da Petrobrás, porque ela é válida também para a pergunta que lhe farei.

Ontem foram dadas algumas informações acerca do processo que a Reforma Mexicana tem tido a norteá-la. Recolhi:

uma frase que é a razão da indagação que formulo aos Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

O México — cito — também começou a negociar sua integração ao mercado regional e fechou um pacto. O pacto resultou num grande aumento das tarifas públicas, na estabilização do câmbio e no compromisso do Governo de controlar os seus gastos. Não há nenhum controle de preços e os salários são negociados entre os trabalhadores e as empresas. A característica deste pacto é que ele é renovado periodicamente, sempre antes das datas definidas. O Governo estabelece quando deve haver a renovação do pacto e a renovação antecipada evita as expectativas. Esta frase é a que considero o nó da questão.

Entendo que as observações feitas aqui pelos Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, ainda que contendo um grau mais do que razoável de emoção pelo que devem ter vivido de tensão neste período da greve, me deixam numa situação um pouco insegura, porque, por uma questão de hábito, gostaria de ouvir a outra parte, ainda que ambos mereçam, da minha parte, toda a consideração e respeito.

Então, admitindo-se que todas as colocações feitas pelos ilustres Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal sejam rigorosamente verdadeiras, pergunto: por que, num processo inflacionário ascendente como o que estamos vivendo, pelo menos a diretoria responsável por recursos humanos de ambas as instituições não exercitou este princípio do agir antes para evitar, se me permitem, não a expectativa, mas a certeza de que isto iria acontecer?

Não havia dúvida nenhuma, no Brasil inteiro, de que, não com esses detalhes com que V. Ex^a, aqui, ilustraram, fomos chegar a esse ponto. A experiência mostra. Então, por que não se antecipou o bombeiro, ou seja, porque não houve uma revisão geral no sistema hidráulico de combate ao incêndio? Esta é a primeira indagação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Dr. Álvaro Mendonça.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Senador, quero dizer a V. Ex^a que, preocupada com a possibilidade da eclosão de um movimento grevista, a Caixa se resguardou, como não podia deixar de ser, tomando todos os cuidados necessários para travar, como o fez, com as lideranças sindicais e as lideranças do movimento, em inúmeras reuniões, que antecederam em muito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — O Senador César dias também fez a mesma pergunta: quando é, exatamente, a data-base e quando é que foi tomada essa providência?

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Então, a Caixa estabeleceu um cronograma: houve várias reuniões informais, que antecederam a data do movimento em mais de 45 dias e, de maneira formal, nos reunimos nos dias 29 de agosto, 9 e 10 de setembro, e tínhamos marcado para o dia 11 de setembro pela manhã mais uma rodada de negociações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — A data-base é quando?

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Primeiro de setembro. De maneira informal já tínhamos nos reunidos várias vezes, e de maneira formal, estou enumerando aqui: dias 29 de agosto, 9 de setembro, 10 de setembro, e tínhamos marcado dia 11 de setembro, que foi o dia em que eclodiu o movimento. Porque eu tinha construído, com os funcio-

nários, uma estrada para o entendimento, e ela por duas condições. Nenhuma empresa pode pagar um reajuste, primeiro, se não tiver. Segundo, se não tiver rentabilidade.

Então, a estrada do entendimento passou por essa parceria constitucional. Primeiro, procuramos capitalizar a instituição, para que ela tivesse os recursos necessários para arcar com aqueles dispêndios que aconteceriam quando do reajuste dos funcionários. Dentro desse programa de parceria estava fazendo o ajuste da rentabilidade da Caixa Econômica Federal, porque no balanço de 30 de junho de 1991 esta instituição apresentou um resultado líquido de um bilhão seiscentos e oitenta e um milhões.

A Caixa Econômica Federal, Sr. Senador, para dissipar essas expectativas que, na maioria das vezes, são perniciosas ao entendimento, se antecipou, procurou e exercitou esse entendimento.

Sr. Senador, como disse aqui, o resultado do Banco do Brasil foi de cerca de cinquenta bilhões no primeiro semestre. Como o Banco do Brasil tem uma despesa de pessoal — não uma folha de pagamento — da ordem de cem bilhões de cruzeiros, se o Banco do Brasil tivesse dado quinze por cento de aumento no mês de março — porque em fevereiro todos tivemos a posição da lei — o Banco do Brasil teria dado o balanço com prejuízo. Além disso, gostaria — e está assinalado no balanço — de dizer que o resultado do Banco do Brasil foi fortemente influenciado pela aprovação pelo Congresso Nacional de uma lei que concedeu ao Banco do Brasil o direito de receber do Tesouro Nacional a diferença entre a taxa da caderneta de poupança paga no Plano Bresser e a taxa não recebida.

Senador, estamos num processo de ajuste do Estado brasileiro e que tende a acontecer também no Banco do Brasil. Disse ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que me perguntava por que não fazia a mesma proposta da Petrobrás: "Presidente, os bancos privados puderam fazer a reduzir drasticamente o seu quadro de pessoal". O quadro de pessoal do Banco do Brasil é sabidamente das posições mais importantes que a instituição tem.

Então, entre preservar salário e emprego, como acho que este País vai voltar ao desenvolvimento, o sistema financeiro vai crescer, vamos ter intermediação financeira, não vamos continuar com o Banco do Brasil tão afastado e tão reduzido na sua potencialidade, acho imprescindível manter esse quadro. Entre manter o quadro e dar maiores salários, a minha discussão foi sempre uma discussão transparente, limpa nessa base. Está aqui o Deputado Paulo Bernardo, que participa aqui como assistente, que pode testemunhar as inúmeras conversas que tivemos. Não chegamos ao entendimento porque a definição básica que tomei, como Presidente do Banco do Brasil, é a de que não pagarei jamais o que o Banco do Brasil não pode pagar, Senador. Esta é a minha explicação.

Quero dizer a V. Ex^a que já, recentemente, reabri com a Contec, que são os negociadores típicos dos bancários, o diálogo para verificar se posso remunerar os funcionários do Banco do Brasil acima do que eles trouxeram de resultado. Ou seja, o Banco do Brasil perdeu dinheiro, em julho, perdeu dinheiro em agosto, já está publicando o balanço. Espero mudar essa posição. A nossa despesa de pessoal passou, agora, Sr. Senador, para a ordem de duzentos bilhões de cruzeiros, levando-se em conta os cem por cento de aumento, vamos passar, agora, em novembro, para duzentos e dez bilhões de cruzeiros com a despesa de pessoal, incluindo as provisões.

Até estava disposto a ir à televisão e dizer ao povo que o País, hoje, recebe de crédito rural, ou recebia antes do novo pacote agrícola, cerca de duzentos e dez bilhões de cruzeiros. Estamos pagando à máquina de entregar esse dinheiro, duzentos e dez bilhões de cruzeiros. Sei que o Banco tem outras atividades.

Há uma questão no momento, que é crucial em termos do País. V. Ex^a sabe muito bem o exemplo do México, onde isso tudo foi fruto de um entendimento. E se o entendimento existir e se os funcionários do Banco do Brasil jogarem a essa parceria uma força com a dedicação do trabalho deles, possivelmente o banco pode ter maiores participações no lucro.

Então, o meu objetivo — já fiz estudos e vou desenvolvê-los com eles — é que o Banco do Brasil vai ter participação de vinte por cento no mercado de depósito à vista, suponho. Se a participação passar para vinte e um por cento, sobre esse um por cento estou disposto a remunerá-los, porque é um esforço adicional do funcionário do Banco do Brasil.

Agora, sacrificar o Banco do Brasil, Sr. Senador, como Presidente não farei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Quero dizer que quanto ao comentário do Presidente do Banco do Brasil concordo com S. S^a

Agora, gostaria só que S. S^a também precisasse as datas que antecederam. Porque, no seu pronunciamento, não está historiado o processo.

Enquanto V. S^a obtém os dados, o quero ponderar como estrutura, principalmente como a do Banco do Brasil, pesada, é uma instituição muito mais do que um banco — o mesmo vale para a Caixa Econômica Federal — tomei a liberdade de fazer essa ponderação. Se o Banco e a Caixa Econômica Federal vierem a adotar procedimento sazonal antecipado, quer dizer, um processo, não um episódio para instituições públicas, parece-me que contar com episódio da data-base é um equívoco. A questão salarial se insere na questão da administração de recursos humanos, a meu ver, como um processo permanente sob pena de vivermos de episódios, sustos, com graves reflexos para a sociedade. Não é apenas um funcionário do Banco do Brasil que viveu o problema, a instituição, o prejuízo financeiro, é a sociedade. Porque ainda que não exerça o monopólio, que é o caso da Petrobrás, é um virtual monopólio. O Banco do Brasil é visto por todos nós como um Banco do Brasil mesmo. Então, é esta a ponderação que lhe faço. Gostaria que depois V. S^a complementasse com as datas que antecederam a esse insucesso de setembro.

O SR. LAFAYETE COUTINHO — Sr. Senador, registro a ponderação de V. Ex^a

Gostaria, se me permitisse, apenas complementar dizendo que assumi o Banco do Brasil no início do mês de maio. Com dez dias de investidura, já estava se anunciando uma greve no Brasil. Acho que, pessoalmente, deve ter sido a primeira vez que aconteceu. Telefonei para o meu negociador. O Banco do Brasil tem um processo de negociação permanente. Pode não ter êxito permanente, mas tem um processo de negociação permanente. Liguei para o meu negociador e disse: "Vou sentar-me à mesa de negociação. Ele disse: Presidente, isso vai ser inusitado". Sentei-me à mesa de negociação, cumprimentei todos os sindicalistas e disse: "Olha, estou aqui há dez dias, quero que os senhores me dêem tempo para saber como é o Banco do Brasil".

Quando houve essa greve, que foi declarada abusiva, sentia que existia um problema patrimonial dos funcionários do Banco do Brasil, que é um problema de caixa. Então, ofertei aos meus funcionários um empréstimo de dois salários para ser reembolsado em quatro parcelas. Sobre esse empréstimo incidiria juros ou a correção salarial, ou os juros exclusivos da TR, isto é, a flutuação da taxa pela TR.

Esta minha proposta lamentavelmente não foi aceita. Foi a primeira vez em que houve um desafio forte. Sessenta mil funcionários do Banco do Brasil chegaram a receber esse empréstimo, porque não fizeram greve e não pactuaram com aquela posição. Pelo meu tempo de negociador pela Federação de Bancos, tenho um bom relacionamento com o Secretário-Geral da CUT, que era o Presidente do Sindicato dos Bancários, o Gilmar, liguei para ele e disse: "Nego, velho, vem aqui porque vocês vão levar de oito a zero no Tribunal. A greve é abusiva. Está fora da lei, tem que ser cumprida. Ou mudamos a lei, ou temos que aceitá-la". Então, fizemos esse empréstimo no mês de julho para negociar depois a posição do salário.

Registro a posição de V. Ex^a como uma posição que, evidentemente, tenho que adotar como Bíblia, que é a de comunicação permanente e de tentativa de fazer as negociações a cada dia e a cada episódio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Agradeço as ponderações de V. Ex^a

Ao Presidente da Petrobrás — quero também sintetizar ao máximo a minha observação — não pedindo que, além disso que V. S^a nos entregou, se há esse processo permanente de negociação ou de diálogo com as entidades representativas dos servidores a respeito da questão salarial e de política de pessoal.

E, finalmente, lhe fazer uma indagação que acho que serve muito mais ao legislador do que ao administrador. Não fiz a conta, mas o montante das multas aplicadas aos sindicatos deve chegar a uns quatro milhões de cruzeiros, mais ou menos isso. V. S^a mostrou aqui. Menos de quatro milhões de cruzeiros é a multa decorrente do risco que o sindicato correu. E o prejuízo — esse lembro-me bem — quarenta e quatro ponto zero oito milhões de dólares. Vale a pena correr o risco. Há alguma providência complementar em curso por parte da Petrobrás para responsabilizar o risco, ou é a viúva que vai pagar a conta? Costumo ter sempre como referência uma frase de um jurista chamado Maximiano, que alguns já escutaram aqui umas dezoito vezes: "O patrimônio público é visto, mais ou menos, como o patrimônio da viúva; cada vez mais, casadoiros ou não, se assanham para assaltá-lo e muito poucos são os que se erguem em seu prol".

Quatro milhões de cruzeiros é a multa. Alguém correu o risco — acho que legitimamente — mas parece que o resultado foi negativo, e o prejuízo é de 44,08%.

Qual é a outra providência que....(Inaudível.)

O SR. ÉLCIO ALVARES — O Tribunal é que tem que fixar. O Tribunal não está dentro da realidade.

O Tribunal estabeleceu, pela primeira vez, me parece, a pena pecuniária. O que está havendo é uma irrealidade, e a projeção da Petrobrás aí é muito grande em termos de milhões de dólares, então estamos verificando que é uma disparidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Prisco é que disse que interessa mais ao legislador do que ao administrador.

O SR. ÉLCIO ALVARES — Mas o Tribunal aí tende a adaptar. No momento em que o Tribunal teve um suporte para fixar a multa, deve aplica-lo com realidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — A minha observação, Senador Elcio Alvares — compreendo o que V. Ex^a disse — é de que talvez interesse mais ao legislador do que ao administrador, para não falar no juiz, porque o juiz não está aqui. Tivemos um prejuízo, contabilizado, de 44 milhões de dólares. A viúva é que vai pagar a conta — viúva é a Nação, o Estado, a sociedade. A multa é de quatro milhões de cruzeiros, o prejuízo é de 44 milhões de dólares. Por isso, pergunto, e é uma só pergunta: qual o conjunto de providências judiciais que a Petrobrás está tomando para reaver esse prejuízo, ou serão os acionistas que vão pagar?

O SR. ERNESTO WEBER — Vou lhe responder, Senador, em duas partes. Primeiro, no que diz respeito à parte de política de pessoal, a empresa vem fazendo avaliações contínuas e, efetivamente, nesse período agora, antes da greve, em junho e em julho, ela tinha feito já antecipações da ordem, nos dois meses, de 28,8%, para corrigir a perda salarial. Para frente, inclusive, além disso, fez uma correção de faixas de salários no mês de julho. Efetivamente, agora estamos continuando com essa política de analisar, e entramos na greve com essa política iniciada. Quando houve mudança do Ministério da Infra-Estrutura, quando assumiu o novo Ministro, o Ministro João Santana, S. Ex^a entendeu essa dificuldade e passou a brigar e defender essa atualização dos salários do nosso pessoal, porque era importante manter o salário acompanhando a inflação.

Então, hoje, continuamos trabalhando e esperamos — fez parte do nosso acordo com os empregados —, num prazo de quatro meses, rever essa situação, e já estamos discutindo isso com o nosso Ministro.

No que diz respeito à apuração dos prejuízos, temos que caracterizar que houve uma indução, a greve por parte do sindicato. A nossa atitude, qual foi? Onde houve acerbção, como na área de Cubatão, estamos com quatro dirigentes sindicais em avaliação de processo criminal, para que possamos ter caracterizada a justa causa. A mesma coisa no terminal de Madre de Deus, onde o inquérito ainda está em andamento. Em Cubatão já estamos com o processo andando e a nossa intenção, realmente, é ir em cima, não dos empregados, mas em cima dos sindicatos que foram os responsáveis por esse prejuízo. Agora, não temos uma base legal para processar o sindicato pecuniariamente. Gostaria de ter isso, porque aí haveria maior responsabilidade.

Concordo com V. Ex^a quando coloca que é um problema muito mais do legislador do que do administrador. Se houvesse isso, acredito que haveria mais responsabilidade, porque acho que estamos numa democracia, e numa democracia tem que haver direitos e deveres, tem que haver responsabilidade.

Naquilo que temos poder legal, estamos procurando fazer cumprir. V. Ex^a pode ter certeza que o bem público está sendo bem protegido pela atual direção da companhia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Só para encerrar, gostaria de indagar de V. S^a se, do ponto de vista da qualificação técnica dos servidores, os êxitos consideráveis que têm sido obtidos, principalmente na perfuração, na prospecção de petróleo em águas profundas, têm por parte da política de pessoal da companhia estímulos que nos assegurem que haverá uma continuidade nesse desempenho, nessa performance, que real-

mente é motivo de orgulho para todos nós brasileiros, em matéria de prospecção e lavra de petróleo em águas profundas.

O SR. ERNESTO WEBER — Vou procurar chegar às mãos de V. Ex^a uma entrevista que dei ao *Jornal do Brasil*, onde coloquei muito claramente que a minha preocupação, não só minha, mas de toda a direção da companhia, é de manter o pessoal motivado e remunerado adequadamente, porque aí é que está a razão de mantermos todo nosso corpo técnico intacto, para não perdermos pessoas. Para nós é muito importante poder remunerar esse pessoal adequadamente. Hoje, há, por parte do nosso Ministro, sensibilidade para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o nobre Senador Oziel Carneiro, para uma questão de ordem.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Minha questão de ordem, Sr. Presidente, é para que V. Ex^a apele aos colegas Senadores para que nós não multipliquemos os três minutos do meu ilustre amigo, Senador Esperidião Amin, porque, evidentemente, as perguntas são todas interessantes e as de S. Ex^a foram muito objetivas, senão não vamos ter oportunidade, todos que desejem inquirir os ilustres conferencistas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Gostaria de fazer uma proposta aqui, dentro dessa questão de ordem do Senador Oziel Carneiro, no sentido de que cada Senador pudesse fazer três perguntas, uma a cada um dos conferencistas, ou, se quiser poderá usar as três perguntas para um só, ou duas perguntas para um e uma para outro, de maneira que não ultrapasse o limite das três respostas e, nesse sentido, fosse o mais breve possível. Muitas vezes um assunto que um Senador gostaria de tratar poderá ser abordado por outro Senador e, se isso não fosse possível até o final da conferência, dos debates, poderemos fazer uma segunda rodada, e aquele que falou agora entrar no final da lista de presenças, ou, então, solicitar de um dos conferencistas que forneça essa resposta por escrita com maiores esclarecimentos e maiores detalhes.

O SR. OZIEL CARNEIRO — É bom fixar o tempo Sr. Presidente, não o número de perguntas, porque uns podem levar um minuto para fazer uma pergunta e o outro pode fazer uma pergunta em cinco segundos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Posso fazer essa proposta ao Plenário de fixar o tempo, mas acho desnecessário. Pedimos a compreensão dos Senadores no sentido de que sejam mais breves em respeito ao conjunto de Senadores que estão aqui. Não gostaria de fixar o tempo.

Passo palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPlicy — Sr. Presidente, primeiro, uma indagação que vale para os três Presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e da Petrobrás. Na medida em que os três expressaram a sua opinião relativamente a solicitações ora irracionais, ora consideradas abusivas, considerando que a proposição dos trabalhadores, funcionários das três entidades, levaram em conta o ajuste da inflação, tendo em vista o que ocorrerá no ano precedente, e mais a inflação de 214%, de setembro de 1990 a agosto de 1991, ou até de 1º de setembro de 1990 a 31 de agosto de 1991, de 39%, segundo o Dieese, perguntaria se abusivo é solicitar a recomposição do aumento dos salários de acordo com o custo de vida. Se não se concorda com o índice de custo de vida, por que não se propõe outro. Se isto realmente é abusivo? E o que

é mais abusivo: pedir o aumento do salário de acordo com a inflação ou cobrar-se uma taxa de juros da ordem de 32%, 34% ou 44%, como ontem ocorreu no mercado financeiro.

São abusivas as taxas de juros dessa ordem, cuja responsabilidade é do próprio governo, que leva tantos trabalhadores ao desemprego e a preocupação com sua própria condição de vida.

Segundo ponto, o Presidente Lafayette Coutinho Torres mencionou as operações da Previ, inclusive referentes a Usiminas.

Eu pergunto se os funcionários foram consultados a respeito da aquisição da Usiminas, assim como também se foram consultados, por exemplo, para maior operação imobiliária realizada em janeiro deste ano no mercado imobiliário, para compra do edifício-sede do Grupo Pão de Açúcar em São Paulo, por mais de 10 bilhões de cruzeiros, 55 milhões de dólares. "Se os funcionários elegem a diretoria da Previ" gostaria que esta mesma pergunta fosse respondida no caso da Funcef e da Petros, pelos Srs. Alvaro Mendonça e Weber, no caso da Petrobrás, pois as indicações são de que essas fundações têm as suas aquisições, a sua administração coordenada pelas autoridades econômicas, pelo próprio Ministro da Economia, e o sinal evidente disso foi o que ocorreu na aquisição da Usiminas, ou seja, o que nos parece, pelo que podemos deduzir, é que o Governo coordenou as ações, por exemplo, da Previ nessa oportunidade. Eu gostaria de saber em que medida os funcionários estão a par previamente disso, e em que medida os funcionários estão elegendo a diretoria da Previ, da Funcef, da Petros.

Gostaria de ressaltar que considero importante a disposição da diretoria do Banco do Brasil e da Caixa Econômica e das três empresas, de abrir a contabilidade aos trabalhadores. É de fato uma reivindicação antiga, e se não houver a aceitação na oportunidade talvez tenha sido no calor dos acontecimentos, mas tenho certeza de que é importante manter essa atitude e aperfeiçoar isso. Tenho certeza que esta é uma reivindicação inclusive da própria Central Única dos Trabalhadores.

Gostaria de ponderar que na medida em que os três falam da importância da democracia, e parte da democracia é a eleição, pelos funcionários das 3 empresas para os sindicatos que os representam, então, podem ocorrer situações em que uma ou outra situação ou facção leva, no calor dos acontecimentos, a situações de conflitos eventuais, mas isso é próprio da história do movimento sindical, ainda mais diante de injustiças cometidas que se tem acumulado ao longo dos anos, mas há que se ressaltar que esta diretoria que ali está foi eleita democraticamente pelos funcionários.

Então, as atitudes, as ações, as iniciativas propostas pelo Senador Esperidião Amin de procurar se antecipar, para evitar as situações de conflitos como as havidas, são da maior importância.

Ao Presidente da Petrobrás especificamente gostaria de perguntar no entendimento de V. Ex^a, o que levou os petroleiros à greve.

Uma pesquisa de opinião feita pela própria Petrobrás, por ela divulgada internamente, bem antes da data-base, revelou que para a direção da companhia a maioria considera que a Petrobrás não havia melhorado, teria mudado para pior, e quanto às políticas e práticas de trabalhadores, 30% apenas acreditavam como positivas tais práticas. É preciso ressaltar que um dos pontos muito interessante dessa pesquisa é que diz respeito à satisfação no trabalho; era de 51% índice positivo, relações entre chefes e subordinados tinham um índice

positivo de 65%, há muitos pontos positivos mas houve alguns pontos que, não foram tão positivos, e praticamente um dos índices mais baixos foi para as políticas de pessoal.

Segundo: por que a Petrobrás não quis sequer discutir, desconsiderou na mesa de negociações dentre várias cláusulas importantes aquela que estipulava o fim das remunerações globais e das funções gratificadas, que representam 2.603 postos de funções gerenciais, 4,7% num total de 55.326 empregados, e que responde por 25% aproximadamente do total da folha com encargos?

É preciso considerar que na mesa de negociações foi afirmado pelo Presidente da Petrobrás que as diferenças dos salários normais para remuneradas funções, gerenciais representava apenas 2% da folha total é um valor muito significativo, da ordem de 4,2 milhões de dólares. Seria possível com isso fazer, por exemplo, poço exploratório no mar por mês, ou 12 por ano, 16 poços em terra firme e outros investimentos, só para comparar.

Terceiro: por que a Petrobrás não retomou as negociações após a sentença normativa do TST, que afirma, na página 8 do relatório da sentença, que defere a proposta da Petrobrás excepcionando seis cláusulas, o que não deve fazer parte integrante da sentença normativa pertencendo a ampla esfera de negociações diretas por que não negociam?

Gostaria, concluindo, Sr. Presidente, de fazer um apelo aos três presidentes que estão em diálogo com as direções das entidades representativas, que procurem olhar para a afiliação dos trabalhadores que tiveram o poder aquisitivo de sua remuneração achatada pela política governamental. Poder-se-ia considerar que não havia possibilidade econômica para as três empresas atenderem a tudo que gostaria os trabalhadores, mas o que eles estavam reivindicando era mais a reposição dos salários. Que se aceitassem o índice do Diesse, por exemplo, no caso de setembro 1990, agosto 1991, que ra de 214% ou então INPC de 197%. A oferta do Banco do Brasil foi de 80% sobre a folha, sendo incidente apenas sobre o vencimento padrão, 106%.

O estudo dos funcionários da consultoria técnica propôs 150% sobre o vencimento padrão, e os parlamentares, que dialogaram com o Presidente Lafayette Coutinho, chegaram a dizer na mesa que se o Banco do Brasil apresentasse aquela proposta, muito possivelmente, pelo menos os parlamentares procuram assegurar que na assembleia essa proposta seria aceita pela maioria, inclusive o Paulo Bernardo é testemunha dessa reunião, ele que é funcionário do Banco do Brasil, e Deputado Federal do Paraná pelo PT e, entretanto isto não foi aceito.

São essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Senador Elcio Álvares, para uma questão de ordem.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Eu gostaria, sem que representasse isso qualquer tipo de censura, mas uma explicitação da vontade coletiva da Comissão, que nós não saíssemos do assunto da convocação. Os três exponents prestaram esclarecimentos sobre movimento grevista dos funcionários dessa empresa. Se nós formos discutir problema de Usiminas e de decisões de entidades ligadas ao Banco ou à Caixa, nós vamos ter realmente o dia inteiro e não vamos chegar a conclusão nenhuma.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Eduardo Supply, peço a sua compreensão para ouvir o Senador Elcio Álvares.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Então, nós só iríamos perguntar em cima do assunto greve.

Segundo ponto, feita a pergunta, se nós formos tecer comentários sobre a pergunta, que é a nossa opinião, cada um tem uma opinião, ou tem várias opiniões sobre os assuntos que foram debatidos, então, objetivamente, fazer a pergunta e evitar também a saudação aos ilustres exponents que estão aqui; para ser objetivo, então, simplesmente a pergunta, sem comentário. Se houver pergunta e comentário, aí nós teremos uma outra exposição paralela.

É esta a colocação que faço, com todo o apreço ao Senador Eduardo Supply, mas evitando que nós envolvamos, neste momento, qualquer outro tipo de assunto que não seja aquele referente à greve.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Faço um apelo aos Srs. Senadores no sentido de que coloquemos em prática a questão de ordem levantada pelo Senador Elcio Álvares, esclarecendo o seguinte: pedimos a compreensão dos Senadores para evitar outros assuntos, mas não podemos impedir que o Senador coloque outros assuntos de interesse do Banco, da Caixa ou da Petrobrás. Este é apenas um apelo que fazemos. Esclarecemos que o Senador Esperidião Amin utilizou 12 minutos em suas colocações e, até o momento, o Senador Eduardo Supply também utilizou 12 minutos.

Concedo a palavra ao Presidente da Caixa, Dr. Álvaro Mendonça.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Senador Eduardo Supply, sobre a primeira indagação de V. Ex^a, se eu considerava abusiva a reivindicação de 514% feita pelos funcionários, quero lhe dizer que considere abusiva, porque se fossem concedidos 514%, isto inviabilizaria a Instituição, que já fez 130 anos e vai viver muito mais do que isto. Não tínhamos a menor condição de dar o reajuste pedido pelas lideranças sindicais.

Além disso, considero abusiva a reivindicação, porque essas mesmas lideranças sindicais e esses mesmos funcionários, tendo consciência da situação por que passava a Instituição no ano de 1990, celebraram um acordo histórico, parcelando um reajuste que deveria ser dado de 104,26% em setembro de 1990 em (três) parcelas. Eles entendiam, nessa época, que o caminho para manter a longevidade e a saúde financeira da Caixa passava por essa transigência, e isto eles fizeram. A Caixa, durante todos os momentos da negociação, colocou a olho nu os seus números, para que essas lideranças, a exemplo do que aconteceu com o Banco do Brasil, pudessem ter acesso a esses números e indicar quem achasse conveniente para, analisando o balanço da instituição, ver se havia margem para que se concedesse mais do que o que estávamos propondo. Por isso, considere a reivindicação abusiva, muito mais pela consciência que os funcionários tinham da situação que a instituição estava passando naquele momento.

Em relação à política de juros, com todo o respeito que tenho a V. Ex^a, permita-me declinar da resposta, até mesmo porque não consta da pauta de trabalhos Comissão. O mesmo faço em relação aos questionamentos que V. Ex^a fez em relação à fundação da Caixa. Mas me coloco à disposição de

V. Ex^a, desta Comissão e do Congresso, para, quando acharem conveniente e na data que melhor lhes aprouver, comparecer, juntamente com o Presidente e membros da Diretoria da Funcep e de toda a instituição, a fim de prestar os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra o Dr. Lafayette Coutinho.

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Sr. Senador, em relação à abusividade do pleito pelos índices do Dieese, evidentemente em respeito à posição de V. Ex^a, que é ilustre professor da Fundação Getúlio Vargas e a quem dois filhos meus muito admiravam quando lá estudaram, queria dizer ao nobre Senador que, mesmo tendo nascido na Paraíba e não tendo a ventura de ser economista, dirigindo um banco que ganhou 45 bilhões, que, divididos por 6, dão uma média de 7,5 milhões por mês, como poderia eu não achar abusivo um aumento que, mesmo respaldado no índice do Dieese, passaria a folha de pagamento de 100 para 600 bilhões, ou seja, aumentaria em 500 bilhões de cruzeiros o valor da folha de pagamento do Banco?

Sr. Senador, mandei levantar uma estatística de como funcionavam os bancos no mundo, para verificar como era a posição do Banco do Brasil. Hoje, lamentavelmente, o *Correio Braziliense* coloca uma notinha, de uma forma depreciativa para o Banco do Brasil, porque mostra que, em número de empregados, somos o segundo do mundo, ultrapassados apenas pelo Banco da Índia, que não é um bom exemplo para o Banco do Brasil seguir. Mas, pelo índice do Dieese, qualquer administrador de bom senso declararia esse aumento abusivo.

Peço permissão ao nobre Senador Elcio Álvares só para dar uma informação em relação ao processo da PREVI. É um processo que marca a posição do Brasil, um país que vai diminuir o tamanho do Estado. Informo ao nobre Senador Eduardo Supply que não sou Presidente da PREVI, sou Presidente do Banco e, como tal, tenho condições de indicar e nomear três diretores, dos quais um é o Presidente; e os funcionários elegem quatro. Como no exercício da democracia, e como nesta Casa, não deve existir um plebiscito para cada votação. Agora, aqueles funcionários indicados pelos seus pares, pelos seus funcionários são representantes legítimos, como V. Ex^a é o representante do povo de São Paulo. Então, no caso da Previ temos quatro diretores indicado pelos funcionários e três pela direção do banco.

Em relação à eleição de funcionários do banco, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que já é do estatuto do banco, que três dos diretores são obrigatoriamente funcionários. São indicações do acionista majoritário, mas a escolha recai obrigatoriamente no corpo da Casa. Eu acho que é um grande avanço dentro da Instituição e dá um quadro de estabilidade muito bom à Instituição. Eu me permitiria aqui pegar o gancho da pergunta de V. Ex^a para dizer ao nobre Senador Esperidião Amin que gostaria de ter inovado. Se eu tivesse conseguido a abusividade da greve do Banco do Brasil, iria ingressar com uma ação de perdas e danos, mesmo correndo risco de ser temerário. É preciso colocarmos em discussão e em debate no País assuntos como esse. Então, não é possível que se leve uma sociedade, do porte do Banco do Brasil, do porte da Petrobrás para uma greve que traz grandes prejuízos para a Instituição, e os que lideram essa greve não podem ter nenhum risco. Eu ia entrar com uma ação de perdas e danos, mesmo correndo o risco de ser temerário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Dr. Ernesto Weber.

O SR. ERNESTO WEBER — Respondendo a V. Exª poderia informar que não tenho o número certo, mas o nosso aumento, a nossa última proposta, na fase de negociação, se equiparava ao índice do IPC, um dos dois itens. O aumento que, afinal, foi dado pelo TST foi superior. A empresa recorreu a inflação — depois eu posso lhe fornecer o número com precisão — o nosso aumento foi, senão me engano, de 364% contra um índice no período de 340 e pouco, e só ficamos abaixo do Dieese, que era um número superior. Efetivamente a nossa proposta recompunha, e a proposta que veio do TST, melhor ainda, recompôs o poder aquisitivo dos nossos empregados no término da greve.

Com relação à remuneração global das funções de chefias, esse é um assunto que está sendo reavaliado a nível de diretoria. Com relação a não-negociação, na fase, se V. Exª estivesse lá e recebesse do comando nacional da greve um telegrama dizendo para os empregados não cumprirem a ordem do TST; que o TST era abusivo e que era para parar as refinarias, a sua reação, tenho certeza, seria igual a minha. Eu não nego enquanto as unidades não voltarem na total operação. Isso foi feito, e no momento em que as unidades voltaram à total operação, nós voltamos a sentar à mesa das negociações, só que com uma posição clara do nosso lado, de não reforçar o movimento sindical da maneira como ele foi feito. Reforçamos, sim, a posição dos nossos empregados e concordamos, depois do reinício da operação, pois estávamos com todas as unidades operando, concordamos, sim, acertar aquelas cláusulas que diziam respeito aos empregados. Nós dávamos uma certa antecipação, no dia 10 e no dia 25 — e o TST tinha excluído isso — e retornamos com isso, porque entendíamos que tínhamos que proteger o nosso patrimônio que são os empregados que tinham sido mal conduzidos pelo sindicato. Sindicato esse que fez um telegrama antes do julgamento, indicando que aquela greve era política — e se V. Exª o desejar posso lhe fazer chegar uma cópia desse telegrama — dizendo que era uma greve política, e que o objetivo daquela greve era desestabilizar o Governo do Presidente Fernando Collor. E nós, que lá estávamos com uma responsabilidade perante à sociedade, não podíamos concordar com isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Para concluir, Sr. Presidente, não há mais pergunta, eu gostaria de reiterar o apelo aos três Presidentes. Eu sei que a opinião do Senador Levy Dias, que gostaria que houvesse a punição. Mas eu avalio que se houver a compreensão por parte das três grandes empresas brasileiras, no sentido de rever as punições realizadas, quem sabe esta seja uma política que colabore para que, proximo, no médio e no longo prazos tenhamos uma relação mais civilizada com os trabalhadores e a direção das empresas. É o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Sr. Presidente, vou dirigir a pergunta aos dois presidentes, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, Dr. Lafayette Coutinho e Dr. Álvaro Mendonça.

Embora não seja sobre as causas específicas que conduziram à greve, mas sobre as suas implicações, o que isso resultou para o mercado financeiro.

Recebemos informações, e é público e notório, que o Banco Central, na greve de 1990, autorizou que a rede bancária privada acatasse os cheques emitidos contra agências das instituições, independentemente de completar-se o ciclo da compensação, isto é, independentemente da verificação da existência de fundos. Em razão dessa experiência acontecida em 1990, todo analista econômico fatalmente saberia que providências idênticas seriam adotadas na greve que acabou de se expirar.

Então, eles fizeram armazenagem de talonários, jogaram esses cheques contra bancos privados onde eles tinham depósitos, então, eram conhecidos dos gerentes, teoricamente, eles dispunham de 48 horas para compensação, mas, na verdade, de 5 ou 6 dias, talvez até um pouco mais, isso permitiu uma série de abusos no mercado econômico-financeiro sobre os quais vou me esquivar de descer a detalhes, porque V. Exª conhecem bem o mecanismo, e atendendo ao apelo do nosso Presidente de tentar ser o mais sucinto possível.

Eu gostaria, então, de saber qual a posição do Banco do Brasil e da Caixa Econômica para evitar esses abusos, porque as informações que nos chegaram de funcionários do Banco do Brasil e da própria CEF é que isso ultrapassa a casa de milhões e milhões de dólares, e o próprio Banco Central anunciou que tinham retornado dois bilhões de dólares do exterior sem nenhuma razão lógica. A economia ainda continua instável, a inflação em alta, a desvalorização da moeda, então, esses dólares só voltaram do exterior para fechar a conta, quer dizer, pelo menos é o que se deduz.

Eu gostaria, então, que V. Sª nos dessem essas informações, porque elas vieram de funcionários tanto do Banco do Brasil como da Caixa Econômica.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — V. Exª me permite, nobre Senador Divaldo Suruagy?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Pois não, Senador Epitácio Cafeteira, não sei se o Presidente concorda...

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Acompanhei o discurso de V. Exª, onde também em plenário tratou desse assunto. Acho que na realidade, pelo que declara V. Exª ter recebido como informações, parece que o grande beneficiado dessa greve foi o grupo que trabalhou na greve para comprar ouro com cheque frio descontado em banco particular. Possivelmente, esse mesmo grupo foi o que incentivou a greve, que fez com que o comando de greve não aceitasse nenhuma negociação, porque quanto mais tempo caminhasse, melhor seria para quem estava fazendo isso, até porque veio uma midí logo antes, na hora em que termina a greve e na hora dessa midí o dólar vira cruzeiro e o lucro está feito. Então, quero me congratular com V. Exª pela pergunta e dizer, Sr. Presidente, que até desisto do que ia perguntar.

Aproveito também este aparte para dizer que não teria o que perguntar. Foi uma comissão ao Presidente da CEF e ao Presidente do Banco do Brasil, uma comissão do Senado Federal que foi escolhida aqui a dedo. Solicitei a comissão, foram escolhidos os Senadores Oziel Carneiro, porque foi dirigente do Banco do Brasil, o Senador Maurício Corrêa, porque é de Brasília, a terra onde está a sede das duas instituições, o Senador Antônio Mariz porque é paraibano para ver se dizia mais de perto no coração de outro paraibano, e o Senador Alexandre Costa, Vice-Presidente da Casa, porque deu um aparte que considerei mais salutar na discussão da greve, ele disse: "Nos últimos dez anos não vi nenhum aumento de bancário que não fosse com greve". E acrescenta-se

a isso que ouvi aqui, logo que chequei e fiquei triste, porque ouvi falar em radicalização. A radicalização magoou os presidentes, mas que eles não tinham direito de continuar radicalizados. A nossa comissão teve o desejo de fazer o entendimento, a conciliação, a pacificação dos espíritos.

O que fomos propor é que se pagasse os dias de greve com hora extra até porque muitos funcionários estão fazendo hora extra e não estão cobrando e não estão recebendo. É uma maneira de saber que aquele funcionário que "grevou" ganhava mal, estava passando por problemas, porque há mais de sete meses estava sem abono. E agora quando vai receber, já houve a mididesvalorização e agora uma desvalorização muito grande do cruzeiro e ele não vai receber nada.

O nobre Presidente Lafayette Coutinho me disse em seu gabinete quando me apresentei como funcionário do Banco, pretendendo ser o conciliador, antes do final da greve, ele me dizia: "Senador, se houver inflação, pago muito mais". Presidente, a inflação está aí e como está, hoje pagamos 33% de juros ao mês. Então, talvez possa até vir mais.

Mas quero dizer aos vobres Presidentes que me considerei desconsiderado por não ter recebido uma resposta dos dois presidentes. A Casa é que pode e deve estar triste, porque há duas semanas espero essa palavra de V. S^a, clemência com os funcionários o Banco do Brasil, esqueçam o que lhes foi dito durante a greve, pensem com o coração nesse funcionalismo.

A palavra do nobre Presidente do Banco do Brasil que fala que tudo isso está sendo feito em nome da democracia. Foi assim no regime militar; fizeram tudo em nome da democracia, não fizeram nada falando contra a democracia. E o nobre Presidente da CEF fala do muro de Berlim! Vamos derrubar o "Muro de Berlim" entre os presidentes e os funcionários. Vamos ver se conseguimos fazer isso!

Nobre Senador, estou falando com o coração, é uma família muito grande de funcionários do Banco do Brasil que são meus irmãos e que estão com esse problema.

Quero dizer também ao Presidente Álvaro Mendonça: "Sim, o Governo foi eleito pela vontade do povo em 1989, mas fomos pela vontade de 1990, então, temos, pelo menos, a condição de dizer o que pensamos".

O SR. DIVALDO SURUAGY — Sr. Presidente, vou tentar concluir a minha pergunta, brilhantemente ornamentada pelo aparte do Senador Epitácio Cafeteira. Compreendo a longevidade do aparte, porque em briga de paraibano alagoano não dá palpite; o Senador Epitácio Cafeteira é paraibano que governou o Maranhão, o Senador Raimundo Lira é paraibano e o Dr. Lafayette Coutinho é paraibano, não vou entrar nessa.

O Senador Epitácio Cafeteira colocou com muita propriedade as inquietações e as dúvidas que dominam o corpo de funcionários da CEF e do Banco do Brasil, e entendo essa angústia e quero deixar bem claro que tanto o Presidente Lafayette Coutinho como o Presidente Álvaro Mendonça não têm responsabilidade nesse caso. Mas quando um funcionário sabe que o Banco do Brasil honra um aval junto a um banco inglês, um Midland Bank, para ser mais específico, com um débito de mais de US\$ 80 milhões, que o próprio banco receberia dos produtores de açúcar de Alagoas por US\$ 20 milhões e se cobra por US\$ 60 milhões a mais, então, isso deve gerar uma revolta impressionante no corpo dos funcionários do Banco do Brasil que estão lutando por alguns cruzeiros de aumento de salário.

Eram essas as colocações e perguntas que faço aos dois presidentes, e pediria a compreensão do Presidente.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Concedo a palavra ao Dr. Lafayette Coutinho.

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Nobre Senador Divaldo Suruagy, para mim foi motivo de grande satisfação a indagação de V. Ex^a, porque me permite tornar claro uma resposta que precisava dar à sociedade brasileira.

Na verdade, quando li num jornal brasileiro que o Banco do Brasil teria sofrido um prejuízo da ordem US\$ 4 bilhões, me surpreendi porque esse espanto todo em se fazer um ajuste fiscal, bastava se fazer mais 20 dias de greve no Banco do Brasil e conseguiríamos US\$ 8 bilhões. Então nobre Senador, o número de US\$ 4 bilhões me parece extremamente forte para uma empresa como o Banco do Brasil, mesmo sendo poderosa e grande.

Eu me permitiria ler aqui uma declaração que preparei para responder a V. Ex^a, porque tinha quase certeza que esse assunto sairia hoje aqui no plenário:

"DAS RESOLUÇÕES DO BANCO CENTRAL —

Não chegou ao conhecimento do Banco do Brasil, na condição de executante do serviço de compensação, quaisquer resoluções do Banco Central para a rede bancária, permitindo o pagamento de cheques sem o respectivo controle de lastro. Por outro lado, cabe registrar que não existe nenhum dispositivo legal que proíba o acolhimento de cheques de instituições financeiras onde esteja deflagrado o movimento grevista.

A intervenção do Banco Central deu-se antes do início do movimento de greve ao referendar esquema proposto pela Federação Brasileira de Bancos, do qual o Banco do Brasil também participou, onde foram adotadas medidas alternativas, visando o funcionamento normal do serviço de compensação. Cabe ressaltar que tais medidas, ao contrário de favorecerem ações fraudulentas, deram maior segurança ao serviço, resguardando o sistema financeiro e não obstruindo o fluxo dos documentos que transitam pela compensação.

DO PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DE SALDOS:

O prazo de 48 horas, a contar do final da greve, para regularização dos saldos devedores, foi medida administrativa do Banco do Brasil, devido à dificuldade de atendimento ao público e ao acúmulo de processamento dos documentos represados durante o período de paralisação.

DA SUSPENSÃO DE COBRANÇA DE JUROS E IOF:

Não houve suspensão de cobrança de juros e IOF sobre saldos devedores ocorridos no período da greve. O Banco do Brasil efetuou o débito de todos os encargos, sendo que, nos casos de reclamações por parte de clientes e sopesadas as circunstâncias e legitimidades do pleito, os administradores da agência do banco autorizaram o estorno dos encargos debitados indevidamente.

DO PAGAMENTO DE CHEQUES SEM CONTROLE DE LASTRO:

O eventual pagamento de cheques sem o controle de lastro ocorreu devido ao fato de o banco não dispor, em função da greve, de condições para efetuar procedimentos, tais como: conferência de assinaturas, verificação de saldo, resgate de recursos aplicados e de créditos remetidos através da rede bancária. Mesmo assim, de forma precária, os administradores das câmaras de compensação selecionaram os che-

ques de valores expressivos, efetuando consulta aos administradores das agências sacadas sobre o acolhimento ou não dos documentos.

ATUALIZAÇÃO CONTÁBIL DOS LANÇAMENTOS:

É importante notificar que o processamento dos documentos represados durante o período grevista é feito de forma valorizada, isto é, dia a dia, o que nos permite usar os débitos e créditos de um mesmo correntista, evidenciando dessa forma quaisquer ações fraudulentas. Independentemente das medidas administrativas que vêm sendo tomadas por nossas agências, a fim de recuperar os seus capitais, a auditoria do banco e a diretoria técnica estão adotando providências que permitam apurar o valor real dos saldos devedores verificados em contas de depósitos durante o período de greve.

Sr. Senador, é evidente que devem ter havido utilizações de saques devedores no Banco do Brasil. A greve causa tais impactos e prejuízos. Estamos adotando todas as providências no sentido de regularização dessas posições. Conheço, inclusive, a posição do denunciante e tenho, também, respostas mais fortes do que ele acha que devem ser. Fui, aliás, alertado por um Sr. Senador no dia em que ele encaminhou o assunto ao Sr. Procurador-Geral da República e eu disse que podia estar tranquilo, que isso ia trazer muita espuma.

Lamentavelmente, tudo que sai com o nome de Banco do Brasil tem manchete de jornal, porque existe também um espaço enorme para destruir a imagem desta grande instituição, da qual hoje me honra ser o Presidente. Quero dizer a V. Ex^a que vamos tomar todas as providências. Acredito que os números envolvidos são números reduzidos. Estamos, com toda equipe do Banco do Brasil, fazendo as conciliações de conta.

Foram vinte dias parados em função de uma greve extremamente forte, tão forte que não me permitiu atender ao apelo, não desta Casa, mas do meu conterrâneo, ilustre Senador Epitácio Cafeteira, a quem peço desculpas, peço trégua e paz. Em nome da "paraibianidade", desculpe-me e continue me honrando com a sua amizade.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Está tudo certo. Mas somos nós a pedir perdão, Presidente, para aqueles funcionários. Estamos aguardando esse perdão de V. Sa., que ficou de dar uma resposta. O perdão deve existir no coração de V. Sa. e do Presidente Álvaro Mendonça, até para lhes dar mais saúde, mais tranquilidade. É muito mais importante dar do que receber. Creio nisso. Assim como o professor paga hora/greve com novas aulas, que o funcionário pague a hora/greve com hora de trabalho. Foi esse o pedido que fizemos, em nome da paz, em nome do futuro, em nome dos filhos desses funcionários.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Gostaria de saber se a resposta do Presidente Lafayette Coutinho é a mesma do Presidente Álvaro Mendonça.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Meu bom Senador Divaldo Suruagy, não podia ser diferente, até porque as regras da compensação são as mesmas. Se V. Ex^a me permite, quero fazer uma ponderação, acrescentando um dado às argumentações do Presidente do Banco do Brasil. Se ele não a fez, quero fazer esta menção.

A Caixa Econômica Federal, preocupada em não dar nenhum prejuízo aos seus clientes e usando de todas as atribuições que tem para preservar o seu patrimônio, durante o

período de greve determinou que outros ativos financeiros, como a caderneta de poupança, o fundo, os certificados de depósitos bancários e recibos de depósitos bancários de clientes que tivessem sacado sem cobertura, com autorização expressa desses clientes, fosse compensado o valor do saldo devedor.

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Numa greve dessas, onde saem informações gerenciais, o Presidente da Instituição é quase um comandante de um Boeing sem aparelhos funcionando, e, Sr. Senador, a coisa que mais me espantou foi a força do Banco do Brasil. Num determinado momento da greve, os sindicalistas resolveram não mandar os cheques do Banco do Brasil para a câmara de compensação. Isso significa que o banco, vinte dias paralisado, recebe cheques em conta, efetivou a compensação e mandou só os cheques a favor das agências que estavam abertas, que se situavam, sobretudo, nas pequenas cidades — evidentemente, estávamos mandando os nossos cheques do mercado financeiro — e nós não fomos a redesconto. Esse é o Presidente do Banco Central, veja como é bom emprestar dinheiro ao crédito rural. Estou liberando dinheiro do crédito rural, os agricultores estão deixando dinheiro no banco.

A minha experiência de bancário, Senador, me dá a tranquilidade de achar que existiram fatos — acho até que o denunciante está numa condição exemplar de indicar que existiram fatos — mas esses fatos, dentro dos números do Banco do Brasil, se Deus quiser, acho que não vai aparecer nada de anormal, são absolutamente absolvidos.

O SR. DIVALDO SURUAGY — As respostas me asseguram de que vai haver o rastreamento em todas as emissões de cheques dentro daquele período.

Agradeço a análise do Dr. Álvaro Mendonça e do Dr. Lafayette Coutinho. É muito importante que seja explicado à opinião pública, para que não parem dúvidas. Gostaria de saber se, logo depois desse rastreamento, V. S^a faria chegar às nossas mãos os resultados finais dessa investigação, que, tenho certeza, tanto o Banco do Brasil e a Caixa Econômica vão fazer.

Sei que V. S^a foi uma vítima disso tudo. Alagoas apóia a sua economia no setor açucareiro, e o débito dos maiores produtores do Estado sai de 20 milhões de dólares para oitenta. Nunca vi o Banco do Brasil ser tão pródigo e tão gentil em honrar um título, inclusive sem conversar com os devedores. Gostaria também de saber quais as providências que o banco, através de V. S^a — que ficou profundamente revoltado, se julgou inclusive traído —, vai tomar com relação a esse caso, porque isso vai implicar um custo de 80 milhões de dólares para a economia do Estado de Alagoas.

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Solicitamos uma auditoria da Siset do Tribunal de Contas. A auditoria da Siset, Sr. Senador, já ficou pronta, a do Tribunal de Contas ainda não. Estamos aguardando a manifestação do Tribunal de Contas e, ao mesmo tempo, negociando com o Tesouro a reparação do Banco do Brasil, porque entendemos que o Banco do Brasil fez a operação como executante de uma instrução, na época, do Banco Central, que teria sido absolvido pelo Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Senador José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO — Sr. Presidente, atendendo a apelo do nosso amigo, Senador Elcio Álvares, não vamos

nos estender. Parabenizo os três expositores pela clareza, brevidade e objetividade das suas explicações.

Temos à nossa frente três presidentes de três grandes estatais brasileiras. Obviamente, qualquer medida de ordem econômica adotada por qualquer uma delas tem reflexo na vida de todo o povo brasileiro. Será tanto maior esse reflexo se as mesmas medidas forem tomadas pelas três. Qualquer concessão ou iniciativa tomada por qualquer uma delas terá, com certeza, o acompanhamento de outras estatais brasileiras. Terá consequências da maior importância na vida econômica do País. Por isso, parabenizo o comportamento e a atitude adotada pelos três na administração desse episódio da greve. É óbvio que uma concessão irresponsável agravaria os problemas econômicos que afligem o nosso País, agravando ainda mais o problema ou contribuindo para o crescimento dos índices inflacionários de forma descontrolada. Já é grave a situação e poderia ser muito mais, não fosse o comportamento dos três presidentes, não só das três estatais, mas de duas ou três, como a Telebrás, Eletrobrás e outras. O problema se agigantaria.

Todos sabemos que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, nesses últimos anos, têm tido problemas sérios na área de pessoal, de benefícios concedidos de uma forma até mesmo irresponsável por administrações anteriores, dentro de uma liberalidade irresponsável com o dinheiro público.

Temos, também, notícia dos problemas de contencioso que essas entidades enfrentam e que exigem um esforço enorme para a solução desses problemas. Vemos isso com bastante preocupação, mas com uma certa dose de confiança, porque conhecemos a experiência, a responsabilidade e a seriedade com que os atuais presidentes tratam o problema.

Temos consciência de que o acerto da economia do nosso País passa pelo acerto da economia do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Se esses organismos não estiverem com saúde dificilmente o restante da economia do País terá também saúde. O efeito, a contribuição dessas entidades, o peso que elas têm dentro da economia é muito grande. A mesma coisa ocorre com respeito à Petrobrás num outro sentido, numa outra área. Qualquer aumento de 20% ou 10% nos preços do óleo combustível tem um efeito enorme na economia do País, porque tudo neste País se transporta pelas rodovias, gastando gasolina e óleo combustível.

Um aspecto que não foi comentado aqui, mas é pertinente ao assunto que estamos tratando, é o de que o índice da inflação cresce, nosso Presidente acha ruim, tem reclamado, tem se exasperado até; mas verifica-se que é o reajuste de preços dos serviços das estatais que provoca essa corrente de aumento de preços em todos os demais setores da economia. Obviamente, um aumento de salário de uma forma irresponsável implica, como consequência imediata, o aumento do preço do combustível, agravando a situação econômica do País.

É um problema sério que tem seus limites. Reconheço que é muito difícil estabelecer esses limites, mas não pode ser tratado de uma forma leviana ou de uma forma irresponsável, atendendo-se simplesmente a demanda de pessoal, sem olhar as consequências que esse fato pode trazer para o restante da economia do nosso Brasil.

Eu teria apenas uma pergunta ao Presidente da Petrobrás. Ele mencionou que houve um retorno pacífico após a decretação pelo Tribunal do Trabalho. Soubemos, pelas notícias dos jornais — não sei se eram verdadeiras ou não — que houve invasões logo após o Tribunal dar a sentença e alguns

sindicatos decretarem o estado de greve após o Tribunal dizer que, daquele dia em diante, após dada a sentença, ela seria uma greve abusiva. Isso caracterizaria que o retorno não foi tão pacífico assim. Teria havido abusos segundo notícias de jornais. Plataformas foram ocupadas. Sou daqueles que acreditam que para se fazer justiça àqueles que fazem a greve de uma forma ordeira, dentro dos limites que a lei estabelece, aqueles que abusam têm que ser punidos.

Parabenizo também as administrações pela seriedade com que têm tratado, pela punição aplicada àqueles que abusaram do direito de greve com o objetivo de fazer justiça àqueles que fizeram a greve dentro dos parâmetros da lei. Era esta a questão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Antes de passar a palavra ao Presidente da Petrobrás, gostaria de informar aos Srs. Senadores que hoje às 17 horas temos uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde serão tratados assuntos importantes, como a aprovação do empréstimo para Xingó, a aprovação de um empréstimo complementar de 2 bilhões de dólares para o Finep/Ouro. Já aprovamos 100 milhões, mas o Banco Mundial vinculou a assinatura dos dois contratos à aprovação desses 2 bilhões de dólares. Um está dependendo de outro. Acreditamos ser um assunto da maior importância e contamos com a colaboração dos Srs. Senadores, que têm dado todo o apoio a esta comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Ernesto Weber.

O SR. ERNESTO WEBER — Senador José Eduardo, gostaria de fazer um comentário com relação aos preços dos nossos produtos. É preciso entender que os nossos preços têm sido usados historicamente no sentido de controlar a inflação. E se efetivamente segurar os preços dos nossos produtos tivesse controlado a inflação, não teríamos a inflação que temos hoje. Realmente, ainda hoje há uma defasagem nos nossos preços o que tem havido não é um aumento de preços: é uma correção em função da inflação, em função da defasagem cambial.

O SR. JOSÉ EDUARDO — Coloquei a questão de maneira geral, dizendo que o aumento salarial abusivo irá ter como consequência o aumento geral de preços para cobri-lo.

O SR. ERNESTO WEBER — Não demos aumentos salariais abusivos e, sim, justos para os nossos empregados. Com relação ao retorno à greve, ela foi efetivamente pacífica. O nosso programa de invasão e de tomada foi anterior, foi na fase da greve. Nessa fase, tivemos as plataformas ocupadas e os terminais de Madre de Deus e de Alemoa. Depois de julgado pelo TST, usamos força policial para desocupar Alemoa e Temadre. Só no terminal de Madre de Deus, no conjunto todo da companhia, que é muito pequeno em número de pessoas, é que continuamos ainda a ter alguns problemas após a utilização da força policial. Foram os dois únicos lugares onde precisamos usar a força policial. Em todos os outros lugares, o retorno foi extremamente pacífico, muitos deles contrários à posição do sindicato.

O SR. JOSÉ EDUARDO — Gostaria de saber, como consequência, se haverá punição para esses casos. Qual a posição da Petrobrás em relação a esses casos?

O SR. ERNESTO WEBER — No caso do terminal de Madre de Deus, estamos com uma investigação. Se V. Ex.^a olhar o formulário que foi distribuído, irá verificar que Madre de Deus ainda está em apuração. Não podemos tomar nenhu-

ma medida antes de terminar a apuração. No terminal de Alemoa, temos uma série de suspensões e, como era o Sindicato de Cubatão que controlava os empregados desse terminal, estamos com quatro processos de justa causa em cima dos líderes sindicais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que ouvimos aqui e o acompanhamento que fizemos pela imprensa dos fatos ocorridos no mês de setembro nos levam a perguntas praticamente idênticas aos três Presidentes.

Antes, quero registrar a sabedoria com que se houveram e a calma com que se conduziram, que certamente contribuíram muito para que o processo não tivesse consequências ainda mais funestas.

Vi, hoje, essa informação do Correio Braziliense sobre o número de funcionários e faria ao Dr. Lafayette Coutinho as seguintes perguntas:

Se o Banco do Brasil não tivesse privilégios na condução, na administração de contas públicas, seria uma instituição que daria lucro? Os salários do Banco do Brasil, em relação à rede privada, são inferiores ou superiores? Um banco privado faria o que o Banco do Brasil faz com menos funcionários? A Previ tem recursos só dos funcionários ou do Banco do Brasil, portanto, do Tesouro na complementação das aposentadorias?

Ao Presidente da Caixa Econômica, Dr. Álvaro Mendonça, eu faria as mesmas perguntas: se a Caixa não tivesse exclusividade para administrar contas públicas, ela daria lucros? Os salários da Caixa, comparando com a rede bancária privada, são maiores ou menores? Um banco privado conseguiria fazer o que a Caixa faz com mais ou com menos funcionários?

Ao Presidente da Petrobrás: a Petrobrás é internacionalmente competente. Seus funcionários são competentes. Ela teria condição de competir na exploração, no refino, na compra de gasolina no exterior, na venda de gasolina para o exterior, com empresas privadas, se se estabelecesse o fim do monopólio? Ela continuaria nessas condições se o Brasil viesse a adotar o que a Itália está adotando agora da venda de sua estatal de petróleo?

Com essa ameaça que a comunidade brasileira sofre de não ter gás em casa, de não ter petróleo, talvez ela não pense que o monopólio está se esgotando. Parece até que esses sindicalistas radicais trabalham contra o monopólio. Por trás eles devem ter alguma ligação com empresas estrangeiras que queiram se estabelecer aqui. Portanto, tentam solapar a Petrobrás, para que possam abrir caminho para o monopólio.

Parece um absurdo a afirmativa, mas V. Ex.^a lembra que o Joel Silveira revelou há pouco tempo que os comunistas do Brasil recebiam ordem de Moscou para sustentar publicamente o apoio ao regime alemão, na época, em consequência do acordo firmado lá fora. Se alguém, naquela época, dissesse isso, era um absurdo. Hoje ele próprio confessou que havia isso no seu livro publicado há um ano.

As perguntas que faço são idênticas aos três Presidentes. Agradeço pelas presenças.

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Sr. Senador, vou alterar a ordem das indagações de V. Ex.^a, para começar pelos recursos para a Previdência Privada.

Na verdade, os recursos da Previdência Privada do Banco do Brasil são de um cruzeiro para os funcionários e de dois

cruzeiros para o Banco do Brasil. Gostaria de dizer que os recursos do Banco do Brasil não são recursos do Tesouro: são do próprio banco do qual o Banco do Brasil é o Tesouro e tem um terço do seu capital. Na verdade, o Tesouro estaria dando mais de um terço nessa posição.

Já pedi ao Presidente da Previ é que me mandasse os estudos da avaliação do patrimônio da instituição, porque acho que essa relação dê dois para um está muito grande, sobretudo num momento em que o Banco do Brasil precisa se capitalizar mais do que a Previ, porque esta já tem uma situação invejável e só pode existir uma Previ forte com o Banco do Brasil forte.

Em relação aos salários dos funcionários do Banco eles são maiores do que na média do mercado privado. Acho que os salários do Banco do Brasil, tem hoje uma posição excepcional, em termos de folha salarial, se o Banco estivesse situado num país do Primeiro Mundo. Não existe uma grande diferença entre o maior e o menor salário. Os funcionários do topo do Banco do Brasil, a começar pelo seu presidente, que tem um salário, hoje, em torno de 2 milhões e 900 mil cruzeiros, a partir deste mês recebem em torno de 2 milhões e trezentos mil cruzeiros, não é um salário grande, em relação ao mercado. Como bancário do mercado privado, teria, hoje, como presidente de um dos maiores bancos do mundo um salário maior. E a nível de gerência, também o Banco do Brasil, no seu topo, tem uma defasagem salarial, em relação ao mercado. Ocorre que a base do Banco do Brasil é extremamente forte, em termos de salários. Então, essa é a grande diferença, sobretudo quando se fala em média de funcionários do Banco do Brasil, com o setor privado.

Em relação à exclusividade no Banco do Brasil, esta tem diminuído muito, e é via de duas mãos. Na verdade nenhuma, instituição financeira privada se arriscaria — aliás até tive votos contrários na minha diretoria. Por incrível que pareça deve ser algum eleito pela minoria — quando o Banco, agora, por deliberação dos seus acionistas majoritários cumprindo um compromisso de campanha, está dando apoio e prioridade à agricultura. A agricultura, que já foi a escolha principal do setor financeiro, de um tempo para cá foi, cada vez mais, distanciado do setor financeiro privado. O Banco do Brasil tem essa posição, reduziu taxas de juros.

Nesse momento em que o Senador Eduardo Suplicy fala das taxas de juros altas, estamos emprestando a 12,5% e já emprestamos mais de 1 trilhão e 200 bilhões de cruzeiros, mais do que o orçamento de investimento, do que se ouve falar no país é para a agricultura. Correndo um risco que, dificilmente, um outro banco não tivesse a participação do Estado exerceria.

É evidente que existe contrapartida extremamente fortes de benefícios para o Banco do Brasil, que permite que ele mantenha essa posição de um quadro de pessoal tão grande como tem. Mas o Banco do Brasil está colocado em cidades onde dificilmente a iniciativa iria onde aqueles que vivem somente do desejo de obter rentabilidade iriam. Por isso, esses privilégios são uma contrapartida importante ao papel que o Banco exerce.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Em relação aos salários dos bancos privados, os salários da Caixa são maiores do que o dos bancos privados. Em relação aos benefícios que a Caixa tem na exclusividade de algumas prestações de serviços e no recebimento de outros fundos, quero dizer, a exemplo do que disse o Banco do Brasil, trafegamos numa

rua de duas mãos, e a Caixa tem 2.150 agências espalhadas pelo Brasil afora. No contexto da Caixa se inserem dois bancos: o banco comercial e o banco social. E, para dar suporte a esse banco social, ainda por iniciativa do Presidente Lafayette Coutinho criamos, no ano passado, e institucionalizamos o nosso banco múltiplo, que permitiu lavancar recursos na área de captação, recursos esses necessários para que honrássemos todos os compromissos em contratos assinados ainda antes de 15 de março de 1990 e honrando religiosamente, colocando em dia todas as nossas despesas de custeio e desembolso de cronogramas na área de habitação, saneamento e infra-estrutura.

Em relação ao quantitativo de funcionários se um banco privado exerceria ou executaria as nossas atribuições e tarefas com um número menor, eu quero dizer que o número que tenho hoje, na Caixa é de bome tamanho, em relação, principalmente, às atividades que desempenhamos no banco social.

O SR. ERNESTO WEBER — Senador Gerson Camata, respondendo à sua pergunta, eu queria pegar o exemplo na área onde a Petrobrás, hoje, compete, dentro do País, com as maiores empresas internacionais, através de sua subsidiária, a Petrobrás Distribuidora.

A Petrobrás Distribuidora está presente em todos os Estados brasileiros e em ponto mais longínquos deste País, em pontos onde outras empresas não se atrevem a ir. A apesar de tudo isso fomos, em sete anos, considerados, pela revista *Exame* que é uma revista insuspeita, a melhor do setor, tive o prazer, agora, antes de assumir a Presidência da Petrobrás, visto que por pouco tempo, fui o Presidente da Petrobrás Distribuidora, de receber esse prêmio.

A Petrobrás Distribuidora tem dado um exemplo muito claro de como a nossa empresa é competitiva e tem garra para competir. Internamente, na empresa-mãe na Petrobrás, é muito importante estarmos, cada vez mais, atentos à evolução do que está acontecendo no mundo e termos a empresa preparada para competir hoje, a nossa empresa, internamente, é preparada para competir. Temos refinaria com custo de produção comparáveis aos de qualquer outro país. Por exemplo, a refinaria do Estado do Senador José Eduardo, é uma das mais competitivas. A nossa refinaria do planalto, em Campinas, tem hoje, um custo de produção que eu diria imbatível. Acho que é dentro desse enfoque que temos de nos preparar. Temos que ter a empresa cada vez mais competitiva para garantir à sociedade um produto de qualidade. Estamos trabalhando muito nisso temos um programa muito intenso de melhoria da qualidade da gasolina, melhoria da qualidade do diesel, que envolve algum investimento, mas tem que ser feito, melhoria do sistema de distribuição de gás, que é muito importante, a introdução do gás na matriz energética, e isso tudo de maneira competitiva.

O importante é que a nossa empresa seja mantida integrada, quer dizer, do poço ao posto; isso é muito importante.

Agora se deve ser monopólio ou não, isso vai ser uma decisão da sociedade; a sociedade aqui é representada pelos Srs. Senadores e Deputados, que têm que tomar essa decisão. O importante é manter a empresa integrada, porque, seguramente, hoje ela é uma empresa de porte internacional, e estamos entre as doze maiores empresas do mundo. Então, é muito importante manter isso e a nossa empresa tem ido para fora, tem feito perfurações fora do País, tem encontrado petróleo em diversos lugares, competindo com outras empresas internacionais.

Agora, se vai ser monopólio ou não, se ela é do governo ou não é uma decisão que cabe à sociedade. O importante é mantê-la integrada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Senador Elcio Álvares.

O SR. ÉLCIO ALVARES — Eu gostaria, inicialmente, de afirmar que, de uma maneira geral, todos os Senadores que estão aqui admiram os funcionários da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e da Petrobrás. De uma maneira muito especial os da Caixa Econômica e do Banco do Brasil que lá no Espírito Santo são admiráveis, inexcusáveis no tratamento, inclusive, com todos aqueles que procuram essas casas de crédito estatais.

Mas, o que nos preocupa, e gostaria de fazer esse registro, é exatamente o aspecto da greve. Nesse ponto, quero estender uma palavra de cumprimento e elogio às atividades dos Presidentes Lafayette Coutinho, Álvaro Mendonça e Ernesto Weber que viveram um momento muito difícil, Acho que talvez tenha sido o movimento grevista que mais mexeu com a opinião pública brasileira, momentos tensos, quase dramáticos. É importante frisar que, desse depoimento prestados aquilo que tem que ser colocado para a atenção dos Srs. Senadores é exatamente o radicalismo e a instrumentalização do direito de greve no sentido político.

Temos que ficar muito atentos, porque o Brasil está vivendo um quadro a que precisa de cooperação de todos os brasileiros; dirigentes ou funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica ou da Petrobrás. Neste ponto quero estender, publicamente, meus elogios, meus cumprimentos à firmeza de atuação dos Presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e da Petrobrás.

Faço questão de dizer, neste registro que não há sentido demagógico de fazer um elogio fácil em favor do funcionalismo; assim é a percepção de uma realidade que estamos vivendo que, às vezes, até, chega a inquietar, em relação à estabilidade financeira do Banco do Brasil, da Caixa Econômica ou da própria Petrobrás, com todos os envoltórios econômicos nesta quadra que estamos vivendo.

A pergunta é a seguinte: o Presidente Ernesto Weber frisou os prejuízos da Petrobrás. Gostaria de perguntar se em relação ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica há a possibilidade de quantificar esses prejuízos, ou generalizá-los num sistema de mecânica de atividade tanto da Caixa Econômica, quanto do Banco do Brasil.

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Sr. Senador Elcio Álvares, no Banco do Brasil é exatamente difícil essa quantificação que vai aparecer. Um dia, a TV Globo mostrou uma tentativa de fraude dos funcionários por falta de controle do banco, nesse período, e só vamos ter a médio prazo a condição de dizer qual foi o desvio efetivo de recursos. Mas, o impacto maior que o Banco do Brasil sofreu foi dezenas, centenas de cartas que o Presidente do Banco tem recebido, de funcionários aposentados, de clientes, dizendo que vão fechar a conta no Banco ou fazer somente transitar os recursos pelo Banco. É uma série de greves muito acentuadas e muito prolongadas, que prejudicam a posição dos clientes.

Foi, para mim, como Presidente, uma decepção enorme assistir a decisão pública do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que disse, inclusive na frente da imprensa, que tinha aberto, pela primeira vez, conta em um banco privado, para utilizar O Banco do Brasil apenas como um mero trânsito do recebimento dos seus recursos.

Acho que esse é o grande trabalho que precisamos fazer no Banco do Brasil; a sociedade precisa saber que esse fato não vai mais se repetir e que seus funcionários precisam ter mais consciência de que o futuro do Banco, o futuro dos seus salários depende, sobretudo, do seus clientes, o cliente é a base de sustentação do Banco do Brasil e não o contribuinte. Ele tem que ver, em cada pessoa que o procura, a figura do cliente, aquele que vai procurar o Banco do Brasil, para fazer um bom negócio, porque acredita na solidez da instituição. Ele não pode ver o Banco do Brasil sob o ombro largo do contribuinte.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Sr. Senador, quero agradecer as referências elogiosas e dizer que é de todo difícil mensurar os prejuízos financeiros que a instituição teve com vinte dias de paralisação. De mais a mais, numa oportunidade como essa, podia me cingir ao silêncio e não dizer os graves prejuízos de imagem e os grandes prejuízos sociais que a instituição teve, pela falta do trabalho dos seus funcionários, que impingiram vinte dias de greve à nossa sociedade. Como V. Ex^a bem sabe e conhece, a Caixa é um grande banco social e, durante esses vinte dias, Senador, não nos foi possível receber nem analisar nenhum projeto na área de habitação, saneamento e infra-estrutura. Não nos foi possível, Sr. Senador, liberar nenhuma parcela prevista nos cronogramas técnico-financeiro das obras de habitação, saneamento e infra-estrutura, muitas vezes impingido com isso o retardamento do abastecimento de água de uma comunidade carente, que há mais de vinte anos não tinha acesso e esse crédito e hoje está tendo, através dos recursos do FGTS.

As nossas loterias, grande instrumento de captação e grande parte desses recursos são destinados à seguridade social, também tiveram as suas atividades paralisadas. Então, os prejuízos nessa área foram enormes.

O pagamento aos aposentados da Previdência, o pagamento feito a terceiros, em relação as folhas de pagamento que são dadas à Caixa para efetivar esse trabalho, pagamento de obrigação, recebimentos de prestações do Sistema Financeiro da Habitação, hoje já tão depauperado por essa minúscula prestação, que na maioria dos casos não representa nem o pagamento da emissão do próprio carnê. Assim mesmo, durante vinte dias, fomos tolhidos no acesso a esses recursos, porque as nossas agências não funcionavam.

Então, os prejuízos, no campo social, impingidos à sociedade por essa paralisação, foram enormes, e os prejuízos de imagem a exemplo do que o Presidente do banco do Brasil disse, também foram danosos à instituição. Vários clientes que foram conquistados ao longo de muitos e muitos anos, com essas duas paralisações, em menos de três meses, estão optando por outros bancos privados. Isso nos causa e leva o coração a um sofrimento enorme.

Mas, não tenho dúvida de que com a parceria dos setenta mil funcionários da Caixa, porque eles entenderam e já disseram "não" a esses movimentos radicais e entendem que o caminho que deverá ser percorrido a partir de agora deve ser sob a condição firme e a liderança daqueles que querem o melhor para a instituição, pensando em seu futuro com saúde financeira, sem inviabilizá-lo com conquistas desmedidas no presente — recuperaremos, e muito em breve, todos esses prejuízos que foram impostos à sociedade por essa minoria tão radical e que devemos, de uma vez por todas, dizer "não" a ela erradicando-a da nossa sociedade.

O SR. ÉLCIO ALVARES — Sr. Presidente, dentro do espírito de brevidade, considero-me satisfeito e encerro a minha parte do questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS — Sr. Presidente, Srs. Presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás.

Quando apresentei um requerimento convocando o Presidente da Petrobrás para vir a esta Comissão, tinha um objetivo. Depois, pela convocação do Dr. Lafayette Coutinho e do Dr. Álvaro Mendonça, tenho hoje a certeza de que o resultado do nosso trabalho foi muito mais produtivo. Quero dizer ao Presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho, que, neste ano em que estamos trabalhando na Comissão de Assuntos Econômicos, posso dizer, sem medo de errar, que foi a exposição mais sincera, mais corajosa que esta Comissão já ouviu, o trabalho que V. Ex^a apresentou hoje aqui à Comissão de Assuntos Econômicos.

Foi dessa linha de raciocínio que motivou a convocação do Sr. Presidente da Petrobrás.

Sou de um estado que não produz petróleo, é um pequeno estado do Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul, mas ele produz alguma coisa mais importante do que petróleo: produz alimento, produz comida. E estamos vendo a importância dos alimentos, por exemplo, no episódio que vive a exportação mundial, a União Soviética, que produz muito petróleo, mas não produz alimento suficiente para colocar na mesa. E quando, lá no interior do Brasil, assistimos pela televisão, ou lemos pela imprensa os números do prejuízo que uma greve dessa natureza causa ao país, dá muita revolta naqueles que trabalham para engrandecer o Brasil e que não pertencem a esses grandes grupos organizados, não pertencem aos grandes sindicatos.

Trabalhei, Srs. Presidentes, na Comissão do Direito do Trabalhador, na Constituinte, e sempre percebia que as colocações feitas, as posições defendidas eram sempre baseadas nos grandes grupos, na Petrobrás, nas montadoras, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal etc. E de cada três empregos gerados neste País, dois são por microempresários, gente que não tem organização sindical, gente que não tem a força de parar o País, como a Petrobrás tem. Ouvi recentemente, de um ministro de Estado, que o País hoje é refém da Petrobrás, porque se os sindicatos ligados à Petrobrás cismarem de parar o País, param, e o prejuízo da sociedade brasileira é muito grande.

Então, desejo falar, hoje, nesta Comissão, não em defesa dos funcionários, que são minoria, diante do potencial ativo de trabalho produtivo do País — temos, num País de cento e cinquenta milhões de brasileiros, no mínimo cinquenta milhões de pessoas ativas e produtivas, e a Petrobrás tem cinquenta e cinco mil, mas esses cinquenta e cinco mil são capazes de prejudicar a vida de toda gama de trabalhadores brasileiros e de perturbar a vida de todos.

Vejam bem, Srs. Presidentes, não estou aqui contra, absolutamente, o direito de greve, que é constitucional, é sagrado o direito de reivindicar melhores salários.

Esse direito sagrado e não estou contra ele mas sou contra aqueles que desrespeitaram a Justiça do trabalho. No momento em que a Justiça do Trabalho definiu e não cabe a nós discutir a decisão do TST, que a greve era abusiva, o

que eu queria era uma ação efetiva, séria, firme da diretoria da Petrobrás e de V. Ex^a

Quando li no jornal que foram demitidos os funcionários que não respeitaram a decisão e depois foram readmitidos, isso me chocou. Queria perguntar ao senhor efetivamente foram quantos demitidos por desrespeitarem a decisão do TST e quantos posteriormente foram readmitidos e por quê? O Senhor afirmou, na sua exposição, que teve que readmitir, pressionado pela própria Justiça do Trabalho. Queria o seu esclarecimento sobre isso.

O SR. ERNESTO WEBER — Senador Levy Dias, queria, primeiro, reafirmar a posição da nossa empresa em termos nacionais. Temos trabalhado em termos de atendimento ao País como um todo. Hoje chegamos ao seu Estado e esperamos chegar cada vez mais lá. Ainda agora estamos planejando fazer um oleoduto, que virá de Campinas até Brasília, isso está no nosso programa de orçamento sendo analisado agora pelo Congresso e é muito importante, em termos da interiorização do combustível. Esse projeto estava em pauta no ano passado, foi retirado e este ano estamos fazendo um trabalho muito grande para que ele não seja retirado, porque é muito importante, em termos de atendimento ao interior. Entendemos que esse oleoduto é fundamental e deve ser aprovado no nosso programa de orçamento.

Respondendo às suas perguntas, a nossa empresa tem operações no Brasil todo — em Manaus, no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte — e em cada lugar temos, nas nossas unidades, um superintendente. É muito difícil para mim, que estou no Rio, no edifício sede, saber o que está acontecendo em cada unidade. Então, durante a greve, fizemos reuniões contínuas com os superintendentes e foi dado a cada um o direito de negociar e de dispensar funcionários porque seria impossível para mim ir para o Rio de Janeiro definir uma regra assim: dispensa 30, 40 ou 50.

Então, dentro dessa linha, uma vez julgada a abusividade de greve, posso dizer, que a nossa posição foi muito firme. Tanto foi firme que, nos dois lugares que estavam ocupados, que era a Madre de Deus e Alemoa usamos força policial para desocupar. E nesses dois lugares estamos com processos. No Temadé, processo para fazer as apurações; em Alemoa, feitas as apurações iniciais, houve uma série de suspensões, e estamos acionando agora os líderes sindicais que estavam comandando o movimento. Então, estamos com quatro líderes sindicais em processo de justa causa no terminal de Alemoa. No terminal de Madre de Deus, não temos o inquérito concluído conforme V. Ex^a pode ver pelo papel que eu distribuí. Nas outras unidades, foi dado a cada superintendente o direito de analisar a sua situação.

V. Ex^a precisa entender que a nossa mão-de-obra é exatamente especializada, uma mão-de-obra cara e de difícil treinamento. Nessa greve ela foi envolvida por um problema político — havia um problema de ordem econômico e um problema de ordem política. Então, seria muito difícil para nós sacrificar com a dispensa muitas dessas pessoas que foram envolvidas, mas que não praticaram nenhum ato mais sério. Isso, então, ficou a critério de cada superintendente.

Estou apresentando V. Ex^a e a todos os Senadores como ficou o quadro de punições, mas não disponho de detalhes a respeito de onde demissões e, depois readmissões.

Estive pessoalmente em algumas unidades no domingo, onde pretendíamos terminar a greve.

Um desses lugares, Cubatão, quem ficou encarregado de negociar foi o Superintendente. O sindicalista quis negociar

comigo, mas respondi-lhe que não faria isso, porque, assim, comigo, eu iria desmoralizar o meu Superintendente. Então, cada Superintendente teve liberdade de rever as suas posições. E, efetivamente na maioria dos casos, essas demissões foram revistas. Ficou mantida uma demissão feita posteriormente no Rio Grande do Sul. Depois de terminada a greve — não consta do seu material — foi mandada embora uma pessoa. Temos que tomar muito cuidado com essa questão. Quando houve a primeira decisão da Justiça, mandamos embora um grupo. Depois veio a decisão do TST, mandando iniciar a operação e readmitir esse pessoal — eles não aceitaram a demissão. Então tivemos que esperar terminar a greve. Tomamos uma série de medidas, no sentido de evitar o que houve em outras greves anteriores, em que mandamos embora e, depois, o pessoal foi readmitido. A pior coisa que pode haver para a nossa disciplina é mandar alguém embora e, depois, ter que readmiti-la. Então estamos tomando todos os cuidados nesse sentido. Estamos demitindo as pessoas indesejáveis para a Companhia, que representam uma pequena minoria, porque há realmente, dentro da Instituição um espírito muito forte de interesse pela companhia. Mas estamos fazendo essas demissões com muito cuidado para evitar o que já houve anteriormente: pessoas foram demitidas e depois, através de decisão da Justiça do Trabalho, tivemos o seu reingresso garantido. É a pior coisa que pode haver, porque essa pessoa volta à empresa numa situação terrível. Então, no terminal de Alemoa, foram suspensas algumas pessoas, e estamos com inquérito policial para apurar a conduta de outras. Uma vez feitas todas as apurações, vamos tomar as providências.

A nossa preocupação foi preservar toda a nossa mão-de-obra, que é cara e de difícil treinamento. Um engenheiro nosso, para ser preparado, demora muito.

Alguns chefes nossos entraram em greve eles foram descomissionados imediatamente. Nisso houve uma medida firme do nosso lado. É importante frisar que o Tribunal terminou o seu julgamento no dia 20 entre meio-dia e uma hora da tarde. Nesse mesmo dia boa parte das nossas unidades já estavam operando, no sábado, outras entraram em operação, e no domingo, a empresa estava toda operando, embora os sindicatos forçassem a não-operação, e eles continuavam declarando greve e incitando o pessoal a não trabalhar.

Então, o que tem que ser demonstrado é o sentido ordeiro do pessoal. Além disso, deve ficar bem claro que a empresa, mais uma vez, deu uma demonstração da sua responsabilidade para com a sociedade, porque não faltou combustível. Houve um ou outro ponto localizado com o problema do GLP, o gás liquefeito de petróleo, que vem em botijões; mas isso ocorreu porque conjuntamente com a nossa greve, houve a greve dos distribuidores de gás greve essa que perturbou o abastecimento. Na parte de gasolina, diesel e álcool, não faltou combustível em nenhum ponto do País.

O senso de responsabilidade está imbuído nos empregados da Companhia. E isso não aconteceu agora. Já tivemos outras breves. O nosso trabalho tem que ser muito firme para evitar outras. V. Ex^a pode ter certeza de que as medidas tomadas foram medidas firmes, dentro da lei e com segurança. Não foi tomada nenhuma medida arbitrária que depois permitisse um reingresso através da Justiça.

O SR. LEVI DIAS — Sr. Presidente, Ernesto Weber, não tenho a menor dúvida que a maioria absoluta dos funcionários tanto da Petrobrás, do Banco do Brasil, quanto da Caixa Econômica, são funcionários exemplares. Não tenho

nenhuma dúvida sobre isso. A minha grande preocupação foi exatamente com o reingresso ao Quadro de gente que desrespeitou a lei. Af, sim haveria uma quebra de disciplina muito séria para a empresa. A Petrobrás é o orgulho de todos nós. Queremos que ela trabalhe com eficiência e seriedade. Sei que o senhor pegou a presidência da companhia alguns dias antes da greve. Reconheço isso. O senhor veio da Diretoria Industrial de Transporte da Petrobrás. Mas a nossa preocupação se restringe exatamente a esse fato. Soubemos que funcionários da Bahia e de outros pontos do País foram readmitidos. Daí a nossa preocupação. Sabemos que o senhor poderia até vir a perder o controle numa futura greve. Como o TST vai se comportar numa próxima greve da Petrobrás, se ele dá, nas suas mãos, todas as armas para coibir os abusos? Lamento ter que me referir ao Senador Eduardo Suplicy sem que S. Ex^a esteja presente, embora S. Ex^a tenha falado no meu nome em pronunciamento que fez. Não gosto de falar de uma pessoa na ausência. S. Ex^a pede compreensão para com os trabalhadores que fizeram isso; pede um tratamento, como disse, civilizado. Ora, o que vimos diante da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi um comportamento civilizado. Mas acho que deve haver disciplina, ordem e respeito de um e de outro lado. Daí a razão da sua convocação, Sr. Ernesto Weber.

Quero colocar-lhe algumas perguntas: a empresa noticiou que os poços de água que a Braspetro perfurou na Lfbia estão desabando. Por causa disso, o Banco do Brasil poderá ser obrigado a pagar cerca de 20 milhões de dólares pela carta de garantia do contrato. O que o senhor pode esclarecer sobre o assunto? Como, na época, o senhor respondeu que o assunto era muito complexo e extenso, eu gostaria de ouvi-lo agora sobre esse problema.

O SR. ERNESTO WEBER — Senador Levy Dias, o assunto dos poços de água que estão sendo perfurados na Lfbia, é muito antigo. Estamos, agora, procurando fazer um acerto disso. Foi um contrato mal feito, e, hoje, a responsabilidade de encerrá-lo é nossa. Os contratos foram feitos não pela Petrobrás e, sim, pela Braspetro, que é uma subsidiária da Petrobrás. Ela, hoje, tem a responsabilidade de resolver o problema. Estamos acionando o Governo Lfbio, estamos em discussões judiciais, mas ainda vai demorar até termos uma solução final. Realmente, houve problemas dos dois lados: do nosso lado, por termos firmado um contrato sem medir exatamente os custos dele decorrente. Por isso, ele já deu um prejuízo muito grande para a Braspetro. Estamos procurando resolver o problema. É um contrato antigo, firmado antes do meu ingresso na companhia.

O SR. LEVY DIAS — Pois não. Pediria então, ao senhor que, feitos esses estudos, informasse a Comissão de Assuntos Econômicos posteriormente.

Eu queria saber mais uma coisa. Nesse prejuízo que foi mostrado, estão incluídas as importações de gás de cozinha que a empresa foi obrigada a fazer da Arábia Saudita, Venezuela e Argélia e as importações de óleo diesel? Houve falta de previsão dos estoques de derivados?

O SR. ERNESTO WEBER — O Brasil hoje importa GLP, independentemente de haver ou não greve. Infelizmente, há mau uso do gás liquefeito de petróleo. É proibido o uso do gás liquefeito em veículos, mas infelizmente não é cumprida essa legislação, e o poder coercitivo de controle disso é muito pequeno. Hoje, o País tem um uso indevido de GLP muito grande, principalmente em determinadas áreas

do interior. Esse é um assunto em que deveria haver o envolvimento de toda a sociedade, para se evitar esse uso indevido. O GLP é um produto subsidiado para ser usado para cozinhar alimentos e não para mover veículos. O produto adequado para mover veículos seria, quando disponível, o gás natural comprimido, que está sendo colocado à disposição em diversos lugares. Esse é um dos pontos. Então, o GLP é importado, independentemente de haver greve.

Na apresentação que fiz, apresentei o valor, se não me engano, de 22 milhões de dólares como o custo adicional dos produtos que fomos obrigados a importar em relação à margem que teríamos no nosso refino. Então, está contemplado o custo adicional. Nos locais onde houve problemas de abastecimento de GLP, eles estão ligados não à falta de estoque, pois sempre tivemos estoques de produtos. Eles foram muito bem planejados. Assim, não houve falta de produto em nenhum ponto. Mas o bloqueio do terminal de Madre de Deus e de Alemoa, que são os dois terminais vitais do abastecimento de GLP, veio conjugado com a greve dos distribuidores. Ocorre que os nossos distribuidores de GLP operam com estoques muito baixos — estoques para apenas dois dias. Deveriam ter estoques maiores, mas não têm. Daí a briga que temos continuamente com eles. A sua greve veio exatamente num período em que tínhamos condições de bombear, e eles não tinham condições de receber. Quando terminou a greve, estávamos sem condições de bombear. Então, tivemos problemas. Houve sobreestadia de navios da ordem de 2 bilhões e 700 milhões de dólares, fundamentalmente originária dos navios de GLP que ficaram sobre a água nos terminais de Madre de Deus e de Alemoa. Respondendo, então, à sua pergunta, não haveria falta de GLP, se não tivesse havido a greve dos distribuidores e se nossos dois terminais não tivessem sido ocupados. Apesar de tudo isso, essa falta do produto foi rapidamente resolvida, sendo que havia disponibilidade dos outros produtos.

O SR. LEVY DIAS — Sr. Presidente, concluindo. Durante a greve, notou-se que a refinaria mineira Gabriel Passos, de Betim, funcionou quase normalmente. É uma refinaria tocada por 140 funcionários, bem abaixo da média das outras refinarias que, além disso, estão quase totalmente automatizadas. Há, segundo foi divulgado, até hotel na própria unidade industrial. O que determinou a não-paralisação da refinaria: a sua não-automatização? Por que a Petrobrás não tem automatizado todas as suas refinarias? Há um plano para isso?

O SR. ERNESTO WEBER — A questão da automatização da REGAP foi motivo de muita brincadeira. Efetivamente, ela é uma das refinarias menos automatizadas que temos. Estamos com um programa de automatização, procurando justamente isso. Dentro de um programa mais amplo de melhoria da qualidade de nossos produtos, é importante termos essa automatização. No caso da REGAP, ela ainda não foi feita. Inclusive, fizemos um estudo, para saber por que conseguimos manter a REGAP operando, e as outras não. Já houve um estudo interno nesse sentido. Eu, particularmente, fiz questão de visitar o pessoal da REGAP, tão logo terminou a greve. Foi a primeira unidade que visitei para cumprimentar o pessoal. A unidade foi mantida em operação muito mais pelo espírito de seu pessoal do que pela sua automatização. Em termos de número de pessoas, temos unidades que operam com menos pessoas do que o REGAP.

Esse é um outro problema que enfrentamos. Temos melhorado a eficiência de algumas unidades; mas enfrentamos

problemas no dia-a-dia, como, em São Paulo, com a FUNDA-CENTRO. Instalamos uma unidade moderna para a produção de gasolina de aviação. Nossa única unidade está em Cubatão. Essa unidade opera, em outros países, com quatro operadores por turno, e o nosso sindicato queria que operássemos com onze. Estamos numa briga terrível. O pessoal da FUNDA-CENTRO, em São Paulo, deu um parecer no sentido de que se operasse com oito. Dissemos que com oito não seria possível, porque temos que ser competitivos. Então, tem havido muita preocupação com isso.

Com relação ao hotel, não há hotel dentro da REGAP. O que há — e o pessoal brinca muito com isso é o “kit-pelego”, onde se tem um colchonete, sabonete e toalha, e, com isso, eles conseguem “sobreviver”. O importante é o seguinte: na refinaria de Betim, houve muito espírito de colaboração, espírito esse que, pode estar certo, já havia anteriormente na companhia. Mas houve uma quebra, e hoje estamos fazendo um trabalho muito firme no sentido de recuperar esse espírito na companhia como um todo.

O SR. LEVY DIAS — Agradeço a V. S^a pelas respostas, Dr. Weber. Espero que o senhor compreenda a nossa preocupação. Os jornais anunciam 1 milhão de dólares de prejuízos. Essa quantia, para o meu Estado, é um negócio fantástico em termos de rodovia, escola e saneamento. Por isso, a reação e a pressão são grandes em cima desses prejuízos, que não podem ocorrer no Brasil. Agradeço a sua presença. Estou satisfeito com suas respostas.

Gostaria de dizer ao Presidente Raimundo Lira, como também ao Presidente Ernesto Weber, que, na sua gestão, nobre Presidente, a Comissão de Assuntos Econômicos tem sido muito dinâmica, muito ativa e extremamente alerta a todos os problemas que dizem respeito à economia do País.

Quanto ao Presidente Lafayette Coutinho, não tenho perguntas para fazer sobre o Banco do Brasil. Esse banco é a principal alavanca do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Inclusive, na greve, não foi afetado o trabalho do Banco do Brasil em nosso Estado. o seu Superintendente, com muita competência e trabalho, conseguiu superar os problemas decorrentes da greve, e tudo transcorrendo normalmente.

Quero dizer a mesma coisa ao Dr. Álvaro Mendonça. A Caixa tem atuado muito bem na área social do Estado. Não tenho nenhuma pergunta a formular-lhe; apenas cumprimento-o e lhe agradeço, de minha parte, pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Antes de passar a palavra ao próximo Senador, gostaria de agradecer as palavras do companheiro Senador Levy Dias, de estímulo à Comissão de Assuntos Econômicos. Convido os Srs. Senadores para a próxima reunião, hoje, às 17 horas, onde trataremos de assunto da maior importância. Aviso, também, aos Srs. Senadores que, em função da importância do assunto dessa reforma fiscal, que entrará em discussão no Congresso Nacional, convidamos o Vice-Ministro da Economia do México, o Dr. Francisco Gil Dias, que foi o grande mentor e gestor da política fiscal e do ingresso do capital estrangeiro em seu país, assim como da privatização de empresas estatais. Conversamos com ele longamente no último sábado. Jantamos com ele, o Ministro da Economia e outras autoridades do setor econômico do país. Ficamos impressionados com algumas medidas que foram tomadas nesse país. Como ele irá voltar ao México, fizemos-lhe esse convite, que foi aceito por ele. Assim, no próximo dia 7, quinta-feira, ele retornará ao Brasil e fará uma palestra aqui, na Comissão de Assuntos

Econômicos, quando debaterá com os Srs. Senadores, e outra na Fundação Getúlio Vargas. Penso que não só eu deveria tomar conhecimento de toda a experiência mexicana, mas também todos os Srs. Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos. Poderemos, assim, ficar melhor informados a respeito do que está acontecendo naquele país, para podermos tomar as melhores decisões, no sentido dos interesses nacionais, quando da apreciação da próxima reforma fiscal que será feita no Brasil cujo projeto virá para o Congresso Nacional. Meus agradecimentos a todos os Senhores pelo apoio.

Passo a palavra ao Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS — Dado o adiantado da hora, restrinjo-me a uma pergunta ao Presidente Lafayette Coutinho. Que razões militam, no seu modo de ver, hoje, a favor da condição de banco público do Banco do Brasil? Que razões teríamos para que ele continuasse como banco público? Qual o valor de mercado do Banco do Brasil hoje: suas ações versus preços de mercado? Qual o ativo aproximado da caixa dos funcionários do Banco do Brasil? Não seria uma coisa possível repassar o Banco do Brasil a seus funcionários?

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Sr. Senador, por vocação, sou um homem da iniciativa privada que veio para o setor público, que acredita no Presidente Fernando Collor e nas mudanças que Sua Excelência vai fazer neste País. E acredito que posso contribuir nessas mudanças.

Penso que não contribuiria muito o Banco do Brasil transformar-se numa iniciativa privada, mesmo dirigida pelos seus funcionários. Como respondi à indagação do Senador Elcio Álvares, o Banco do Brasil tem um papel diferente: o papel de indutor de desenvolvimento. E banco é, por definição, a sociedade mais capitalista que pode existir. Se a busca do lucro deve existir em toda empresa privada, num banco, ela é mais acentuada. No Banco do Brasil, perseguiremos esse lucro muito mais na base da eficiência, porque é muito mais importante que ele seja eficiente do que ser um grande banco lucrativo.

O Banco do Brasil ainda tem compromissos muito grandes com o desenvolvimento deste País. Temos imensas carências nesta nossa sociedade. Ainda há pouco, eu olhava para o Senador Ney Maranhão e me lembrava do dilema que estou vivendo agora, como administrador do Banco: há necessidade de se voltar a abrir agências do Banco em Pernambuco, para cobrir deficiência nesse sentido aberta com a medida acertada do Governador Joaquim Francisco de fechar agências bancárias no seu Estado. Pelo tamanho do Banco do Brasil, posso dar-me ao luxo de manter algumas agências ineficientes — em termos de resultados, e não de administração. Esse é o papel que a sociedade exige do Banco. Por isso, digo que seria extremamente difícil o Estado brasileiro, neste momento, não ter uma instituição pública, nesse setor.

Com relação ao valor de patrimônio da Caixa de Funcionários do Banco do Brasil, vou me penitenciar por não lhe responder com a precisão que devia. Mas estima-se que ele deva representar qualquer coisa como um quarto ou um terço do patrimônio do Banco. É, seguramente, o maior fundo de pensão brasileiro: talvez seja um quarto ou um terço do patrimônio dos fundos de pensão do Brasil. Está aí o tamanho do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, que é uma instituição muito antiga, que vem sendo muito bem dirigida, tendo uma participação expressiva, inclusive,

no capital do banco. Do capital do banco, fazem parte a PREVI e a CASSI, que é a empresa que presta assistência médica para os funcionários do banco.

De minha parte, Senador, eu lutaria muito para manter o Banco do Brasil como instituição pública.

Hoje vi nos jornais que o Banco Mexicano, que é menor do que o Banco do Brasil, teria sido privatizado no México em qualquer coisa como 3,8 bilhões de dólares. O valor do banco hoje está muito depreciado, porque os preços na economia brasileira estão muito depreciados. Mas um banco do porte do Banco do Brasil une as características excepcionais que tem com o tamanho que o nosso mercado exige, na hora em que estivermos no Primeiro Mundo o Banco do Brasil vai valer muito dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Senador Oziel Carneiro.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Depoentes: é evidente que a essa altura da nossa reunião já precisávamos ter uns piqueteiros aqui para continuarem nos forçando a continuar a realizá-la.

Fiquei muito feliz em estar presente a este encontro, porque tivemos aqui hoje a memória da greve. Foi explicado pelos Presidentes da Caixa, do Banco do Brasil e da Petrobrás: que realmente os funcionários, de acordo com a lei, tinham direito a greve. O erro foi, sem dúvida, no excesso do índice reivindicado, em função da capacidade de cada instituição e dos projetos que a sociedade brasileira está mantendo para reorganizar a sua economia.

Não há dúvida alguma de que não foi legal fazer-se greve em serviços essenciais; também não foi legal, foi até um ato passivo de penalização, e o desrespeito à decisão do Tribunal Superior do Trabalho.

O que eu gostaria de dizer aqui — talvez eu não tenha pergunta alguma a fazer — é que sem dúvida a direção das três organizações estatais que sofreram essa greve agiram com segurança e agiram com bastante prudência. A evidência maior disso é, sem dúvida, o dado oferecido pelo Presidente da Petrobrás, onde os ânimos estiveram mais exaltados e apenas um foi demitido no Paraná; pela lista, foram suspensos, por falta grave, quatro, e houve advertência, por escrito, de 132. Isso vem mostrar que estamos realmente começando a praticar a democracia.

Eu gostaria de solicitar ao Presidente da Caixa Econômica Federal, porque quando tive o meu nome incluído numa comissão pela Presidência do Senado, em razão de requerimento do Senador Eptácio Cafeteira, recebi em meu gabinete uma comissão de funcionários da Caixa, quando eles pediam que fizéssemos um apelo, e como eu estava viajando não pude comparecer, nem ao gabinete do Presidente Lafayette, nem ao do Presidente Álvaro Mendonça, para que fosse feito um exame de caso a caso, porque eles reconheciam que tinham sido mal-conduzidos pelas lideranças sindicais. Enxergo isso como um dado bastante positivo para ser examinado pela direção da Caixa Econômica, até no sentido de manter um diálogo, um entendimento maior com o seu quadro funcional e provavelmente ter no futuro esses funcionários como aliados no desfecho de qualquer greve maior.

Gostaria de fazer uma solicitação ao Presidente Lafayette Coutinho, independente de relações de amizade. Que S. S. examinasse efetivamente a proposição do Senador Eptácio Cafeteira. Se efetivamente o Banco do Brasil tiver necessidade de serviços em hora extra, eu não os pediria se o Banco

não necessitasse disso, S. S. procurasse evidentemente tentar aproveitar nessas horas extras esses funcionários que tiveram salários subtraídos em razão do comportamento, não pela greve mas pelo comportamento após a decisão da Justiça do Trabalho. E lembraria que se tivérmos alguns funcionários no Banco do Brasil com abono assiduidade a gozar, quem sabe não caberia aí um exame de fazer um encontro em conta corrente das presenças a serem pagas com as ausências a serem gozadas.

No mais, quero felicitar a todos três pela maneira clara como o fizeram e trouxeram aqui para nós, não apenas a memória da greve mas evidentemente a situação das entidades que dirigem. Comungo do pensamento do Presidente Lafayette Coutinho: no estágio atual de desenvolvimento da economia brasileira, o Brasil ainda não pode prescindir da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e também da Petrobrás como organismos de Governo.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Dr. Álvaro Mendonça.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Meu bom Senador e amigo Oziel Carneiro, realmente foi um momento extremamente difícil para mim ter que assumir uma posição mais dura quando tive que dispensar 108 funcionários da Caixa, na segunda-feira, três dias após a determinação da Justiça do retorno imediato ao trabalho, e o fiz de uma forma dócil mas extremamente amadurecida.

A sociedade e a Caixa, como um todo, não podem e não devem transigir com a indisciplina, com a baderna e com a falta de amor ao nosso País. E o que esses 108 funcionários fizeram na segunda-feira, três dias depois de o Tribunal pronunciar-se e determinar o retorno imediato ao trabalho, não existem adjetivos para qualificar, porque foge totalmente as minhas origens e a minha formação, e os 70 mil funcionários da Caixa, com certeza, não podem mais receber, para conviver no seu seio, nessa grande família que se chama Caixa Econômica, com esses 108 baderneiros, piqueteiros que, de forma radical, usaram da força, da violência e da irracionalidade, não acatando uma decisão do Tribunal, colocando inclusive, em alguns casos, em risco a própria segurança pessoal de colegas seus que queriam adentrar aos locais de trabalho.

Os apelos têm sido grandes, têm sido constantes, as pressões imensuráveis, mas Senador Oziel, V. Ex.ª que me conhece de tanto tempo e de longas datas, sabendo quanto sou do entendimento, permita-me, com muita clareza, dizer não a essa proposta, essa possibilidade de eu vir a revisar a medida, a atitude e a ação que tomei.

Essa caminhada é sem volta. Se o Tribunal achar por bem e houver por bem reintegrar esses funcionários, quero dizer que, como Presidente da Caixa, não transigindo com a indisciplina e com a baderna, recorrerei às últimas instâncias dos tribunais para que esses 108, que não posso chamar de funcionários, voltem ao convívio de 70 mil funcionários sadios que a Caixa tem para a felicidade do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Está encerrada a relação dos Srs. Senadores.

Passo a palavra aos Srs. Presidentes palestrantes, para que em alguns minutos façam as suas considerações finais, iniciando pelo Dr. Álvaro Mendonça, Presidente da Caixa Econômica.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Sr. Presidente da Comissão, Senador Raimundo Lira, Srs. Senadores, Srs. Deputados, para mim é um raro privilégio estar nesta Casa, que é o eco, o foro das vontades de 150 milhões de brasileiros. É o foro que deve sempre dirimir as dúvidas e encontrar os melhores caminhos para a solução dos problemas maiores do Brasil e do nosso povo.

A Caixa Econômica Federal — ratificando as minhas palavras do discurso de posse — continua com as portas sempre abertas para receber o aconselhamento dos políticos, porque só dessa forma eu me tornaria um administrador público mais sensível, podendo contemplar, com equilíbrio, com ética e dentro dos melhores princípios da prática bancária, o atendimento aos melhores projetos que vêm ao encontro das comunidades mais carentes. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, Srs. Senadores, quero agradecer a oportunidade deste debate, que serviu para aclarar as posições do Banco do Brasil e para mostrar aos funcionários do Banco o quanto o sindicalismo levou a uma greve que só manchou o nome da instituição. Agradeço o convite e reitero a minha posição de estar à disposição desta Comissão e dos Srs. Senadores. (Palmas)

O SR. ERNESTO WEBER — Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, Srs. Senadores, Srs. Deputados e senhores presentes, foi muito importante poder vir aqui para prestar contas a V. Exª, que representam a sociedade, razão de ser da nossa Companhia. Gostaria de transmitir a certeza de que estamos mantendo a Companhia numa linha de eficiência, numa linha de respeito à democracia, procurando aperfeiçoar nossos produtos, para atender a todas as demandas da sociedade. A Petrobrás manteve o compromisso de entregar à sociedade os seus produtos. Sempre o fará, apesar de termos de enfrentar, muitas vezes, sindicatos radicais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Srs. Senadores, agradeço a presença de todos os Srs. convidados, especialmente dos Srs. Presidentes da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Petrobrás.

Este Plenário da Comissão sempre estará à disposição de todos aqueles que queiram discutir as questões relevantes para o nosso País. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas.)

29ª REUNIÃO, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1991

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e nove de outubro de mil novecentos e noventa e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, com a presença dos Senhores Senadores: Cesar Dias, Nelson Wedekin, Coutinho Jorge, Jonas Pinheiro, Mário Covas, Chagas Rodrigues, José Richa, Ronan Tito, Elcio Alvares, Dario Pereira, José Eduardo, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, João Calmon, Levy Dias, Henrique Almeida, Wilson Martins e Guilherme Palmeira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Alfredo Campos, Alufio Bezerra, Nabor Júnior, José Fogaça, Ruy Bacelar, Meira Filho, Marco Maciel, Beni Veras, Valmir Campelo, Maurício Corrêa, Junia Marise, Albano Franco, Moisés Abrão e Esperidião Amin. Havendo número regimental, o Senhor Presidente

declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, passa-se à apreciação do item 4, da Pauta normal, Resolução nº 50/91, que "Rerratificou a Resolução nº 85 de 1990, referente à contratação pela Embratel, com garantia da República Federativa do Brasil, de operação de crédito externo no valor global de até US\$ 286.424.673,00 (duzentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil e seiscentos e setenta e três dólares americanos)", cujo Relator, Senador Dario Pereira, apresenta parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Não havendo quem queira discutir, a matéria é submetida a votação e é aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Coutinho Jorge, relator do Item 1, da Pauta Extra, MSF nº 267/91, do "Senhor Presidente da República, solicitando autorização do Senado Federal, para elevar os limites de endividamento a que se refere o art. 7º da Resolução nº 96 de 1989, do Senado Federal, de Cr\$86.366.000.000,00 para Cr\$174.600.000,00 para possibilitar a contratação pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco CHESF, de equipamentos de fabricação nacional a serem utilizados no projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Xingó", para que leia o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta. Não havendo discussão, a matéria é colocada em votação e é aprovada. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Levy Dias que solicitara vista da matéria em sessão anterior, para que leia o voto em separado que apresenta, contrário ao item 1, da pauta normal, PLC nº 56/91, que "Disciplina a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste" de autoria do Deputado Antonio de Jesus, cujo relator, Senador Ronan Tito, apresenta parecer favorável. Em discussão a matéria, usam da palavra os Senadores: Ronan Tito, Raimundo Lira, José Eduardo, Elcio Alvares, Levy Dias e Pedro Simon. Encerradas as discussões, a votação da matéria é adiada por solicitação do Senador Ronan Tito, que acata sugestão do Senador Pedro Simon neste sentido. Prosseguindo, o Senhor Presidente confere a palavra ao Senador Pedro Simon, Relator do item III da Pauta Normal, Offício "S" nº 4638/91, do "Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização do Senado Federal para emissão e colocação no mercado de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul LFT-RS, vencíveis em novembro de 1991, no total de 3.000.000.000", para que proceda à leitura do seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta. Não havendo quem queira usar da palavra para discutir, a matéria vai a votação e é aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Dario Pereira, para que profira o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta ao item 2, da pauta extra, MSF nº 270/91, do "Senhor Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a contratação, mediante garantia da União, de operação de crédito externo, no valor de até US\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil dólares americanos), de principal junto à Private Export Funding Corporation — PEFCO, estabelecida nos Estados Unidos da América, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Segunda Geração do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite — SBTS". Em discussão e votação, a matéria é aprovada. Continuando, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Elcio Alvares, Relator do item 3, da pauta extra, PRS nº 79/91, que "Altera a redação do art. 15 da Resolução nº 96, de 1989 do Senado Federal, modificada pela Resolução nº 45/90", de autoria do Senador Raimundo

Lira, para que leia o seu parecer, favorável. Não havendo discussão, a matéria é submetida a votação e é aprovada. A seguir, o Senhor Presidente comunica que o item 4 da pauta extra, PLS nº 61/91, que "Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, vinculados ou incorporados às Forças Armadas, situados no Distrito Federal e dá outras providências", ficará adiado para uma próxima reunião, em virtude de estarem viajando os Senadores Valmir Campelo, autor da matéria, e Maurício Corrêa, que anteriormente solicitara vista da matéria, para que estes não sejam prejudicados. Tendo em vista o adiantado da hora, o Senhor Presidente encerra a presente reunião às dezoito horas e trinta minutos e comunica que ficarão adiadas para uma próxima reunião as seguintes matérias: PLC nº 56/91, PLC nº 118/90, PLS nº 31/91, PLS nº 37/90, PLS nº 7/91, PLS nº 54/91, PLS nº 125/91, PLS nº 38/91, PLS nº 162/91, PLS nº 35/91 e PLS nº 204/91. Havendo eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Raimundo Lira, Presidente.

30ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1991

Às onze horas e quinze minutos do dia trinta e um de outubro de mil novecentos e noventa e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, com a presença dos Senhores Senadores: Amir Lando, Valmir Campelo, José Richa, Chagas Rodrigues, Eduardo Suplicy, Nabor Junior, João Rocha, José Eduardo, Ronan Tito, Divaldo Suruagy, Marco Maciel, Nelson Wedekin, Jonas Pinheiro, Dario Pereira, Maurício Corrêa, Esperidião Amin, Coutinho Jorge, Beni Veras, Antonio Mariz, Cid Sabóia de Carvalho, Elcio Alvares, Moisés Abrão, Henrique Almeida, Ney Maranhão e Abdias do Nascimento, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Alfredo Campos, Aluizio Bezerra, César Dias, José Fogaça, Ruy Bacelar, Guilherme Palmeira, Meira Filho, Mário Covas, Levy Dias, Júnia Marise e Albano Franco. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, passa-se à apreciação do item 1 da pauta, PLC nº 118/90, que "cria Junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências", de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, cujo relator, Senador Ronan Tito, apresenta parecer por consulta à Câmara dos Deputados. Não havendo quem queira discutir, a matéria é submetida a votação e é aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que a solicitara pela ordem, para comunicar aos Senhores Membros da Comissão que apresentou requerimento no sentido de convidar os presidentes das principais empresas montadoras de automóveis e os presidentes dos sindicatos dos trabalhadores das respectivas áreas, para deporem sobre os aumentos efetuados, a planilha de custos e o plano de salários ora em vigor. Em discussão o requerimento usa da palavra o Senador Ronan Tito para pedir esclarecimentos sobre o mesmo. Fornecidas as devidas informações pelo Senhor Presidente e pelo Senador Eduardo Suplicy, o requerimento é colocado em votação e é aprovado. Prosseguindo o Senhor Presidente confere a palavra ao Senador Maurício Corrêa, que solicitara vista ao PLS nº 61/91, item 2, da pauta, que "Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de

propriedade da União, vinculados ou incorporados às Forças Armadas, situados no Distrito Federal e dá outras providências", de autoria do Senador Valmir Campelo e cujo relator, Senador José Richa, apresenta parecer contrário, para que proceda à leitura do seu voto em separado, favorável. Ainda com a palavra, o Senador Maurício Corrêa afirma que é necessário rever o papel do Estado não só no que respeita à venda de empresas estatais como a Usiminas, mas no que tange às centenas de imóveis funcional de propriedade do Governo. A seu ver, trata-se de uma questão de justiça, de equidade e igualdade de tratamento jurídico. A seguir, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores que desejem participar da discussão da matéria. Usa da palavra o Senador Esperidião Amin, para uma questão de ordem e, em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Ronan Tito, que expõe sua opinião, afirmando ser partidário de um Estado soberano, independente, que dê condições aos seus funcionários para exercerem com honestidade as suas funções. Continuando, o Senhor Presidente confere a palavra ao Senador Valmir Campelo, autor da matéria, que discorre sobre a necessidade de se fazer justiça aos servidores militares que estão pleiteando o direito de adquirirem os imóveis funcionais que ocupam, a exemplo do que foi permitido aos servidores civis pela Medida Provisória nº 149, de 15 de março de 1990. A seguir usa da palavra o Senador Chagas Rodrigues que afirma ter sido contrário, na Comissão de Constituição e Justiça, a que se permitisse a alienação de imóveis funcionais aos altos servidores do Ministério Público, aos Ministros do Supremo Tribunal e dos Tribunais Superiores mas que, no caso dos imóveis funcionais dos servidores militares se declara favorável, uma vez que se trata de fazer jus ao princípio de isonomia. Informa ainda que a matéria é puramente autorizativa, não sendo intenção do seu autor obrigar o Governo a alienar os referidos imóveis. Ainda com a palavra, o Senador Chagas Rodrigues lembra que o Projeto não inclui os imóveis funcionais administrados pela Forças Armadas localizados nas vilas militares e destinados aos militares da ativa. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Ronan Tito para uma questão de ordem sobre se o Governo poderia privatizar sem um projeto autorizativo. Após responder ao Senador Ronan Tito o Senhor Presidente transfere a palavra ao Senador Maurício Corrêa, que complementa a explicação. Prosseguindo o Senhor Presidente confere a palavra ao Senador Cid Sabóia de Carvalho, que pondera ser uma hipocrisia a defender privatização de estatais do porte de uma Usiminas e negar autorização à alienação dos imóveis funcionais ocupados por militares. Na sua opinião, o Estado deve ser reduzido respeitando valores históricos e racionais, "Valores de uma psicologia social que não pode ser esquecida". O Projeto de autoria do Senador Valmir Campelo, a seu ver, não cria nada, apenas atrela, identifica o procedimento isonômico autorizado pela própria Constituição Federal. A seguir usam da palavra para esclarecimentos, os Senadores Ronan Tito, Maurício Corrêa e Esperidião Amin. Continuando o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Antonio Mariz, que estabelece uma distinção entre a discussão sobre estatização ou privatização de empresas e a existência de mordomias. A seu ver, no debate sobre a privatização de empresas estatais como a Usiminas ou a quebra do monopólio da Petrobrás, o que se discute é o papel do Estado, a função que este deve ter no desenvolvimento do País ou ainda, a importância estratégica que esses setores da economia têm, para a preservação do Estado brasileiro soberano. Quanto aos imóveis funcionais,

o Senador lembra que estes são uma criação de Brasília, uma vez que representavam uma motivação a mais para a transferência da administração pública para esta cidade, com privilégios criados pelo Governo Federal com a finalidade de induzir o deslocamento dos servidores públicos das casas funcionais em Brasília, a essa altura do século XX. O Senador afirma ainda, não crer que as mordomias contribuam para a moralidade pública, como salientara o Senador Ronan Tito. Em seguida usa da palavra o Senador José Richa, que declara não ter visto nos argumentos dos colegas que são favoráveis nenhum fato novo, relevante, que pudesse servir de base à anulação do trabalho de pesquisa e de audiência a ambas as partes que fundamentou o seu relatório. por este motivo, informa que manterá o seu parecer contrário à matéria. A seguir, o Senador Maurício Corrêa solicita a palavra para prestar esclarecimentos sobre alguns pontos abordados pelo Senador José Richa em sua fala. Prosseguindo o Senador José Richa declara que também está preocupado em fazer justiça, garantindo o direito de isonomia, mas entre os próprios militares. Na sua opinião, não pode ver os imóveis aos militares residentes em Brasília, negando o mesmo direito aos militares que habitam em outros Estados e regiões do Brasil. Em seguida, o Senador Cid Sabóia de Carvalho pede um aparte para esclarecer que a isonomia se dá entre pessoas que estão na mesma situação e que, por conseguinte, devem receber a mesma aplicação da lei. Após responder ao aparte do Senador Cid Sabóia de Carvalho, o Senador José Richa concede um aparte ao Senador Valmir Campelo, que esclarece ser Brasília o único lugar em que os imóveis funcionais destinados a servidores militares se situam fora das vilas militares. O Senador Valmir Campelo informa ainda que as vilas militares de Brasília serão preservadas da mesma forma que o serão nos demais Estados da Nação. O Senador José Richa, após esclarecer que existem imóveis funcionais ocupados por militares fora das vilas militares também em Curitiba, concede um aparte ao Senador Divaldo Suruagy, que declara o seu voto favorável ao projeto, por não admitir que o Governo faça demagogia, beneficiando oficiais superiores em prejuízo de tenentes e sargentos. O Senador José Richa responde às colocações do Senador Divaldo Suruagy e, em seguida, concede um aparte ao Senador Marco Maciel, que informa que também em Pernambuco existem imóveis funcionais ocupados por militares fora das áreas reservadas às vilas militares. O Senador afirma ainda que a situação dos servidores militares difere daquela dos servidores civis, uma vez que esses cumprem tarefas que exigem certa rotatividade, enquanto estes últimos vêm para Brasília com ânimo definitivo. Tecendo suas considerações finais sobre a matéria, o Senador José Richa afirma que não cabe ao Congresso se envolver em questões administrativas do Governo Federal. A seguir o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Maurício Corrêa, que alega que o Projeto trata de fazer justiça na medida em que procura dar, através da lei, um instrumento ao Poder Executivo para criar um clima de igualdade social, independente de serem civis ou militares as partes envolvidas. Prosseguindo o Senhor Presidente submete o projeto a votação nominal. É aprovado o voto em separado favorável do Senador Maurício Corrêa, que passa a constituir o parecer da Comissão, tendo vencido o Senador José Richa. A seguir, o Senhor Presidente submete à apreciação da Comissão o Ofício "s" nº 41/91, "Do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando autorização do Senado Federal, para que a Prefeitura Municipal de Brusque (SC), realize operações de crédito, jun-

to à Caixa Econômica Federal, no valor de Cr\$982.356.113,76 destinados à implantação de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais e implantação de sistema de abastecimento de água", cujo relator, Senador Esperidião Amin, apresenta parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Não havendo quem queira discutir, a matéria é colocada em votação e é aprovada. Em seguida Sua Excelência informa que na próxima reunião a Comissão fará a sabatina do Doutor Ruy Coutinho do Nascimento, indicado pelo Presidente da República para presidente do CADE — Conselho Administrativo de Defesa Econômica — e dos Doutores Carlos Eduardo Vieira de Carvalho, José Matias Pereira, Marcelo Monteiro Soares e Neide Terezinha Mallard, indicados como Conselheiros da referida instituição. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião às treze horas e trinta minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Raimundo Lira, Presidente.

Íntegra do apanhamento taquigráfico

ANEXO À ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1991, ÀS DEZ HORAS, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE, SENADOR RAIMUNDO LIRA.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Declaro aberta a reunião.

Item 1 da pauta:

Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 118/90, não terminativo. Cria a Junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relator: Senador José Fogaça, Senador Substituto:

Senador Ronan Tito.

Com a palavra o Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, (Leitura de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Por ser o projeto não terminativo, a votação é simbólica.

Encerrada a discussão, passamos à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RONAN TITO — Aprovou o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY — peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Em virtude de ter que participar, de pronto, da Comissão Mista de Orçamento, e tendo encaminhado um requerimento à Mesa, eu gostaria de, simplesmente, informar à Comissão que estou sugerindo ao Presidente desta Comissão que, diante dos aumentos de preços de automóveis, de setembro para cá, das diversas indústrias montadoras, da ordem de 120%, que sejam convidadas

a fazer um depoimento, nesta Comissão, os presidentes das principais empresas montadoras de autos, e, também, os presidentes dos sindicatos de trabalhadores das áreas respectivas, para que possam dar uma explicação das razões desses aumentos, que nos parecem estranhamente absurdos para que se possa, também, compreender a evolução da planilha de custos, da distribuição entre a parte de impostos, juros, salários, lucros, e assim por diante.

Sr. Presidente, gostaria de deixar este requerimento e, para não causar prejuízos, mas, pelo menos, gostaria de fazer aqui a justificativa. V. Exª poderá colocar em votação no horário...

O SR. PRESIDNETE (Raimundo Lira) — Senador, eu gostaria que V. Exª permanecesse, enquanto eu coloco em votação o requerimento.

Leitura do requerimento.)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, o nobre Senador Eduardo Suplicy está querendo saber a rentabilidade do automóvel neste ano vigente ou nos anos anteriores?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — O Senador, aqui, não esclarece. É que ele fez aqui uma série de considerações; uma evolução, e, entre essas, a margem de comercialização.

O SR. RONAN TITO — Sim, porque dos anos anteriores é só computar os balanços, que a gente tira esses dados todos com a maior facilidade. Talvez o único esclarecimento que não sai aí na evolução, são os tabelamentos e os contingenciamentos propostos pelo Governo. Mas, tudo mais, em anos anteriores, é só pegar o balanço das montadoras, que são todos publicados, esses dados estão a mão para quem quiser tirar.

O SR. EDUARDO SUPlicy — Compreendo o argumento do Senador Ronan Tito. Mas, um debate como esse poderá contribuir para que, num setor onde tipicamente há poucos competidores, possamos nós debater, inclusive as questões relativas à abertura da economia, às importações, à liberação de tarifas, este dilema entre aumento de preços e a questão relativa às demandas salariais, às negociações coletivas. Daí por que avalio fosse interessante a presença tanto dos responsáveis pelas empresas quanto do Sindicato dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Aprovado o requerimento.

Item 2 da pauta:

"Projeto de Lei do Senado nº 61/91, terminativo, que dispõe sobre a alienação de bens e imóveis residenciais, de propriedade da União, vinculados ou incorporados às Forças Armadas, situados no Distrito Federal, e dá outras providências."

De autoria do Senador Valmir Campelo, Relator Senador José Richa. O parecer é contrário. Foi concedida vistas ao

Senador Maurício Corrêa, que apresenta voto e separado, favorável.

Antes de dar a palavra ao Senador Maurício Corrêa, para que faça a leitura do seu voto em separado, eu gostaria de manifestar a satisfação da Comissão de Assuntos Econômicos de contar aqui com todas essas pessoas interessadas no andamento deste projeto, independente das posições de cada um, e fazer um apelo no sentido de que é regimentalmente proibido a manifestação contra ou a favor no recinto da Comissão de Assuntos Econômicos. Nesse sentido, eu peço a colaboração de todos os senhores e senhoras aqui presentes.

Passo a palavra ao Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse projeto de lei, foi, inicialmente, discutido e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por unanimidade. Vindo à Comissão de Assuntos Econômicos, recebeu parecer contrário do Senador José Richa.

Eu apresento, agora, meu voto em separado.

(Leitura de voto em separado)

Acrescento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que se trata de uma medida de absoluta justiça. Tenho salientado aqui que a situação de Brasília é sui generis. Temos militares que moram em vários dos blocos que foram vendidos, quase que na sua totalidade; dois, três militares moram num bloco, todos os outros apartamentos foram vendidos, com exceção dos daqueles três militares que estão aí, porque são militares. Se fossem civis poderiam comprar, ou se fossem militares que estivessem servindo em qualquer órgão federal poderiam comprar. Apenas porque são militares e moram ali há 25 ou 30 anos, quer dizer, eles passaram a viver uma expectativa que toda Brasília viveu, que era de um funcionário civil, e claro militar, poder comprar o seu imóvel. Portanto, agora com essa medida excessivamente drástica e cruel, eles não podem comprar os seus imóveis.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, trata-se de uma injustiça. Sim, não se devem vender os imóveis militares que estão localizados nas áreas militares; nem aqui, nem no Rio e nem em nenhum lugar, porque são residências feitas especificamente para localizar empregados, funcionários dos ministérios militares. Agora, a situação de Brasília é, como eu disse, atípica, porque esses imóveis foram construídos para abrigar, no início de Brasília, os servidores. Então, gerou-se a idéia de que poderiam comprá-los futuramente — como várias leis foram votadas nessa direção — somente os militares não puderam comprar. É uma outra situação extremamente injusta. Um General, uma patente superior que serve na Presidência da República que ocupa um imóvel porque a quota não é do Exército, esse General pode comprar o imóvel. Um outro oficial que esteja lotado no Superior Tribunal Militar, da mesma forma pode comprar. Os que estão lotados no Hospital das Forças Armadas puderam comprar, os dos antigo SNI, puderam comprar. Agora, um subtenente, um tenente, um sargento, um major, um soldado, com coronel que está no Exército e mora em Brasília com a sua família há 25 ou 30 anos, mora no mesmo apartamento, este não pode comprar, porque ele é um brasileiro diferente.

Devo dizer que estamos atravessando uma fase no Brasil que todo mundo diz que é preciso tirar as gorduras do Estado. Ora, por que manter esses imóveis em Brasília que tem conotações atípicas, como eu disse, com relação às vilas militares? Por que o fez governo uma imobiliária controlando esses imóveis? Por que isso? Não se fala a todo instante que o Estado

tem que se despir exatamente do seu patrimônio, que não pode entrar em setores que são da iniciativa privada? Por que o Governo agora ser dono desses milhares de imóveis em Brasília? O das vilas militares é correto: ninguém quer comprar. Mas, os outros, acho uma injustiça. E essa é uma decisão política que devemos tomar e é uma decisão política que se baseia na equidade, no direito, na justiça.

Encareço aos Srs. Senadores que meditem sobre isso. Não se trata de uma decisão ideológica, mas alguma coisa política que se finca na equidade e no direito de igualdade dos brasileiros. Será que essas viúvas que estão aqui, essas pensionistas que moram há 25, 30 anos — e há 15 anos esperando por esta oportunidade — não vão poder comprar os seus apartamentos porque são filhas, porque são viúvas de militares? Será que eles são diferentes? Não são brasileiros iguais aos outros brasileiros que puderam comprar? Ou não podemos fazer justiça, nesse instante, permitindo que essas pessoas que esses brasileiros possam ter igualdade de tratamento com relação ao serviço que compraram, com base na Lei nº 8.025? Inclusive os militares de patentes superiores, que não estão servindo nas Forças Armadas porque estão alocados em outros setores, puderam comprar.

É uma indagação que faço para que arranque do fundo do coração, da equidade, da justiça, essa decisão que cada um haverá de proceder nesse instante, inclusive, em cima dessa argumentação, Srs. Senadores, de que não é possível ao Estado administrar essas centenas, milhares, de imóveis.

Outro dia tivemos uma grande polêmica com relação à venda da Usiminas no leilão. Ganhou a tese de que é preciso realmente tirar esses excessos de atuação de atividade do Estado, e a Usiminas foi leiloada. Mas um militar que mora num apartamento, esse é diferente. Esse não vai poder comprar porque o Exército precisa. E aqui V. Ex.^a viram por esse relatório que é sério — e desafio a quem me prove o contrário — que há unidades do Exército vazias, há unidades, portanto, das Forças Armadas que não estão sendo ocupadas. Provei aqui que pode transferir os militares que precisam que não haverá problema. O que há é uma má vontade dos superiores militares que não querem que os inferiores comprem. Essa é a verdade. Enquanto eles fizeram lobby nos gabinetes dos Senadores através dos Ministros da Marinha, Aeronáutica, Exército, enfim, todos procuraram os Senadores de casa em casa, de gabinete em gabinete para não deixar este projeto ser aprovado. Qual é o lobby que esses outros teriam? Não usaram os Senadores, não usaram os escalões. Estão querendo um direito, estão postulando que se faça justiça, que se identifique a igualdade de tratamento jurídico a eles, mas não foram pedir a ninguém, mesmo porque são militares de graduação inferior.

Peço, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que façam justiça a esses pobres funcionários, a essas viúvas, esses aposentados, e permitam que eles possam comprar. A justiça já decidiu que os aposentados podem comprar. E são decisões irrecorríveis, transitadas em julgado. Quer dizer, os militares aposentados ou reformados vão poder comprar. Todos vão poder comprar porque a Justiça está dando o direito.

Os militares requisitados ou que servem em outras repartições públicas podem comprar. Os civis que ocupam unidade dos militares podem comprar. Mas os militares que moram em apartamentos da Asa Norte — naquele bloco que todo mundo comprou — estão ali há 25 anos e não podem comprar.

É essa a justiça que peço aos Srs. Senadores nesse instante. No mais, o que gostaria de ler um apelo desse cartão que recebi de alguma viúva ou pensionista.

“Que Jesus Cristo, o justo, que justamente por ser justo foi injustiçado, vos ilumine nesse momento de decisão no qual ou se está com a Justiça ou contra ela.”

‘O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Eu também recebi o cartão e já retifiquei o meu pedido. E pediria a quem recebeu refutar: “Jesus Cristo foi injustiçado”.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Com a palavra o Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente e Srs. Senadores, durante muito tempo da minha vida, Sr. Presidente, lutei desesperadamente por um certo nacionalismo. Diria, até que é um nacionalismo radical.

No tempo de estudante, o período da criação da Petrobrás, não só eu mas a maioria dos estudantes que militavam em Belo Horizonte naquela época sofremos a coação da polícia e algumas porretadas porque gritávamos que o petróleo era nosso e o queríamos nosso. A criação da Petrobrás trouxe como que uma emoção de País inteiro e nos rejubilamos e acho que foi válida a minha luta.

Lembro-me, também, quando Juscelino Kubitschek, o desbravador, lançou a idéia da criação de aciarias e logo depois veio a Usiminas, estatal, sociedade com capital japonês. Havia ali uma joint-venture entre o capital brasileiro, a tecnologia e o capital japoneses. Foi um passo extraordinário. Acho também que tivemos a fundação de muitas outras estatais e além dessas estatais fundadas diretamente por iniciativa do Estado tivemos outras; e temos, hoje, outras estatais que se tornaram estatais por incompetência do empresário que se individualizou a tal ponto que depois o Banco do Brasil, o BNDES, ou qualquer outro órgão, teve que assumir e essas empresas se tornaram estatais. Tudo correto, tudo a seu tempo.

Há poucos dias, ainda me perguntava: mudei eu ou mudou o mundo? Todos sabem que defendi com garra a privatização da Usiminas. Sou mineiro, sei que foi importante a instalação da Usiminas como estatal, mas sei, também, o prejuízo que a Usiminas traz ao Estado de Minas em sendo estatal. E foi por isso — e não por outra razão — que uma prévia feita entre os funcionários da Usiminas 99,2% votaram favoravelmente à privatização da Usiminas; estão felizes e vão participar da gestão da siderúrgica. Na reunião de ontem, ficou deliberado que teremos na Usiminas uma administração compartilhada de cinco grupos, cada um fornecendo um diretor; inclusive os trabalhadores.

Acho que temos que privatizar muita coisa. Mas Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que não me tomem com um dos adeptos ao Estado mínimo, tenho que esclarecer toda essa posição: Não sou favorável ao Estado mínimo; sou favorável ao Estado soberano, ao Estado forte, ao Estado indutor do desenvolvimento; um Estado disciplinador, um Estado. repito, soberano.

Certas coisas, neste País, se passam de maneira muito rápida; as mudanças são tão violentas que não dão tempo para questionarmos essas coisas.

O candidato a Presidente da República, Fernando Collor de Mello, disse que ia privatizar as mansões dos Ministros. Disse e fez! E que desastre! Assistimos Ministros morando em casa de empreiteiras; secretários de Estado, com postura de Ministro, mais tarde se descobriu que quem pagava o salário, quem pagava o aluguel, era uma outra construtora. É evidente que tinha de ser. O salário que ele recebia era o salário de um Senador e um Deputado. Não preciso explicar para Deputado e Senador qual é o salário de Ministro. E como as mansões dos Ministros foram vendidas, os Ministros teriam que pagar do seu próprio bolso o aluguel. Como não tinham o dinheiro — ao impossível ninguém é obrigado — alguns não aceitaram o cargo de Ministro. Foram convocados e não aceitaram porque não tinham possibilidade de exercer honestamente o cargo. Outros aceitaram. E já tiveram as casas colocadas à disposição. Qual o Ministro? Qual a autoridade, neste País ainda desorganizado, que se o Governo não lhe oferecer a moradia, não terá o acesso de lobistas para fornecer a moradia a esse indivíduo? E que preço custa isso ao País?

Estou apresentando, Sr. Presidente e Srs. senadores, um projeto — e já corre um paralelo no Congresso Nacional — no sentido de que eleições, neste País, têm que ser financiadas pelo Tesouro Nacional, como é na Alemanha, para que as obras deste País custem a metade do preço que custam hoje.

Repito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não sou pelo Estado mínimo. Sou pelo Estado soberano, pelo Estado independente. Por isso mesmo, acho e tenho convicção de que o Estado tem que dar condição aos seus funcionários para exercerem com honestidade as suas funções.

Tenho certeza de que existem distorções porque fui informado pelo honrado — e não tem ironia nisso daí — conterrâneo e que hoje serve a Brasília, Senador Maurício Corrêa, tenho certeza de que existem distorções na administração desses apartamentos. Tenho certeza porque fui informado por S. Ex^a. Mas será que um erro justifica o outro? Será que por existirem administrações erradas nos apartamentos funcionais — não só dos militares, mas de outros funcionários — devemos pura e simplesmente fazer tábula rasa e dizer: “Vamos privatizar todos os apartamentos, todas as mansões”. E, aí, damos às casas funcionais o nome de mansões, para ver se fica simpático.

Muito bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero dizer, repetir: sou pelo Estado soberano, Estado independente de construtoras ou de qualquer lobby.

Concordo, plenamente, com o Senador Maurício Corrêa que lei sobre a juridicidade. Acho que é jurídico e constitucional.

E, digo mais, é um direito de todo funcionário pleitear que seja privatizado o seu apartamento. É um direito. Agora, precisa saber se o Estado, que tem o dever de criar condições para que os seus funcionários sejam civis ou militares, executem, de maneira honrada, séria e sem a pressão do lobby a falta do dinheiro, se o Estado pode e deve, neste caso, privatizar esses imóveis.

De minha parte, Sr. Presidente, gostaria de dizer que lamento profundamente a privatização das casas de Ministros. E tenho um outro medo, Sr. Presidente: foi falado aqui em

isonomia, direitos iguais. Se se privatizou isso, por que não se privatiza aquilo? Que amanhã se levante no Senado Federal a privatização dos imóveis dos parlamentares. Por que não?

Isso já houve no passado e todos sabemos que isso tem foros de negociata porque, uma vez privatizados esses imóveis, o Senado e a Câmara terão, sem dúvida nenhuma, de construir novos edifícios ou terão que dar, além do salário, um dinheiro para que os parlamentares paguem os aluguéis.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, digo que, no momento em que recebi informações e recebi lobbies das Forças Armadas — recebi, sim, e o lobby é legítimo para o esclarecimento —, recebi lobby, também — e quero dizer isso ao Senador Maurício Corrêa — emocional, lobby de pessoas da minha família para que votasse, porque a minha prima fulana de tal estava morando num desses apartamentos.

Não vim aqui para defender interesses da minha família, estou aqui para defender interesses do meu País.

Veja, Sr. Presidente, eu poderia ficar simpático e, neste momento, cumprindo o meu dever de parlamentar, estar na Comissão de Orçamento que reclama a minha presença, sou membro daquela Comissão e, aqui, ninguém ficaria sabendo da minha posição em relação a essa matéria. Até meus parentes ficariam satisfeitos com a minha posição.

Mas recebi uma gravura, uma gravura de Jesus Cristo, e há um fato na vida de Jesus Cristo que me acutula sempre: é o momento do seu julgamento.

Pilatos, no momento de fazer o julgamento e de cumprir o seu dever, preferiu lavar as mãos.

Sr. Presidente, não sou contra a assepsia, acho que a pessoa deve lavar as mãos. Mas, na hora de fazer o julgamento, deve fazê-lo. E porque é verdadeiramente controverso esse ponto de vista é que fiz questão de dizer aqui que, inspirado pela figura da imagem que recebi, sou contra a privatização desses imóveis até que os respectivos Ministérios me digam: nós não precisamos de tantos imóveis e por isso podemos privatizá-los.

Sei, também, Sr. Presidente, que há uma injustiça muito grande quanto aos salários dos militares e dos civis neste momento. É um absurdo o que ganha um oficial, um sargento, mas também é absurdo o que ganha um funcionário público. Corrigir uma distorção e um erro com uma outra distorção, não acho que seja por aí.

Temos que criar condição de remunerar bem os funcionários neste País pois eles não são marajás e nunca foram marajás.

Estou na política há muitos anos. Fui Secretário do Trabalho. Tive sob minha direção 1.300 funcionários, extraordinários funcionários. E, um dia, Sr. Presidente — V. Ex^a é da iniciativa privada e eu também —, tive oportunidade de falar com os funcionários. Fiz uma pequena fortuna como empresário, mas se tivesse tido a ajuda e a colaboração de pessoas com a qualidade desses funcionários públicos que estão aqui, que muitas vezes trabalharam comigo até 11 horas da noite, sem nunca pedir horas extras, eu não teria feito uma pequena, mas sim, uma grande fortuna.

Tenho os funcionários públicos na melhor conta possível. Mas não vamos consertar uma injustiça com outra.

Por isso, Sr. Presidente, até que os Ministérios, depois de um estudo bem acurado da situação, através dos seus Ministros, manifestem a desnecessidade dos seus imóveis funcionais, continuo sendo contra, principalmente porque quero um Estado soberano.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra para discutir ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar quero deixar claro aqui que houve um pequeno engano com relação às assinaturas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando colocaram em frente ao meu nome "abstenção".

Eu, como autor do projeto, não poderia me abster. Já solicitei à secretaria executiva e a esta já tomou as providências para a devida correção.

Sr. Presidente, como autor do projeto, quero dizer da necessidade de se fazer a venda desses imóveis funcionais.

Pelo que conheço de Brasília nos seus 29 anos, pela justiça que precisa se fazer. Fico muito à vontade, Sr. Presidente, como o nobre Senador Ronan Tito aqui levantou, porque amanhã ou depois poder-se-ia levantar a hipótese da privatização dos imóveis funcionais da Câmara e do Senado. Volto a repetir que fico muito à vontade, como autor do projeto, como Deputado Federal que fui, nunca ocupei um imóvel funcional; e como Senador da República, hoje, não ocupo imóvel funcional.

De forma que, não corro risco nenhum se, amanhã ou depois, esses apartamentos funcionais de Deputados e Senadores forem privatizados.

Então, Sr. Presidente, a intenção desse projeto é exatamente fazer justiça a quem não fez nenhuma fortuna. Eles realmente necessitam desse imóvel para sua própria sobrevivência.

Amanhã ou depois eles vão deixar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica e essas pessoas, realmente, não terão as condições mínimas de continuarem residindo aqui no Distrito Federal.

Volto a dizer e a insistir que, além da justiça que deve ser feita a esses ocupantes de imóveis funcionais, nada mais estamos fazendo do que cumprindo a Medida Provisória nº 149, de 15 de março de 1990, para que os reais ocupantes dos imóveis, aqueles que já os estavam ocupando naquela data, medida provisória destinou para os civis e que hoje queremos exatamente estender aos militares.

Não teria muita coisa a dizer além do que o nobre Senador Maurício Corrêa, este homem que conhece muito o Distrito Federal e que está a par dessa situação, já disse em seu parecer.

Eu pediria apenas aos nobres Senadores da República que, além da justiça que vamos fazer, que votem favoravelmente porque no próprio parecer do Senador Maurício Corrêa está dito que apenas Brasília é uma exceção. É aqui onde os militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército ocupam residências oficiais fora das vilas militares, porque em todos os Estados da União eles ocupam os imóveis funcionais dentro das vilas militares. Até em minha própria cidade onde nasci, lá no meu Crateus, no Ceará teve sede o 4º Batalhão de Engenharia e Construção.

Até então, quando se tem a vaga para se ocupar o imóvel na vila militar, ocupa-se. Se não tiver, o militar vai alugar um imóvel por conta própria. Então, não é aqui em Brasília que poderia ser diferente.

O que defendo, também, é um melhor salário. Que se pague bem. Vamos votar um melhor salário para os militares. Que se pague, até mesmo, a ajuda moradia que vai sair muito mais barata do que a manutenção desses imóveis funcionais. Que se dê uma ajuda financeira aos militares que venham

para Brasília de 200, de 300 mil cruzeiros para que eles escolham um imóvel do seu gosto e que paguem o seu aluguel.

Isso vai se tornar muito mais econômico, muito mais barato do que o próprio imóvel funcional.

O que não pode ocorrer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é continuar da maneira que se encontram hoje os imóveis funcionais ocupados pelos militares.

Por tudo isso, peço aos meus nobres Pares, aos meus nobres colegas Senadores que façam justiça, aprovando o projeto que autoriza a venda dos imóveis funcionais para os militares aqui do Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra para discutir ao Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero inicialmente reconhecer e proclamar, mais uma vez, o espírito público do nobre Senador José Richa.

Aqui todos querem o melhor para este País e para as populações. Às vezes, partindo de determinados pressupostos, nós chegamos. De modo que quero reconhecer inicialmente e proclamar que o nobre Senador José Richa, ao emitir o seu parecer, não quis outra coisa senão o melhor para a coletividade, o melhor para o País.

Entretanto, Sr. Presidente, estou entre aqueles que, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovaram o substitutivo. O nobre Senador Jutahy Magalhães foi o relator, e eu também figurei como um dos membros. Eu quero ser, em linhas gerais, coerente. É verdade que lá na Comissão nós examinamos a matéria à luz da Constituição, da juridicidade, da boa técnica jurídica, da boa técnica legislativa.

Agora nós vamos examinar o assunto à luz da economia, e por isso estamos aqui. Problemas econômicos nacionais e da coletividade. Mesmo porque, e hoje isso está se tornando muito freqüente, nós não devemos sacrificar os interesses da comunidade ao Estado. O Estado existe para o bem-estar social. Nós estamos dentro de uma filosofia privatista. Não sou tão radical, nem quero estatizar tudo — quero estatizar o menos possível — nem privatizar tudo. Mas no momento em que essa é a filosofia do Governo, vitorioso nas urnas, que eu respeito, em parte concordo, aqui ou ali estou divergindo, mas se estamos querendo privatizar tudo, por que não privatizar (estou repetindo esse argumento) também esses imóveis, em condições excepcionais?

Sr. Presidente, fui contrário a que se permitisse a alienação para Ministro do Supremo Tribunal e dos Tribunais Superiores. E fui contrário a que se permitisse isso aos altos servidores do Ministério Público. Fui derrotado. Agora é preciso ser coerente também nisso. Se ministros do Supremo puderam adquirir — eles que só ficam oito, seis, cinco, dez anos, e outros Ministros precisam vir — por que, Sr. Presidente, negar isso a esses militares? Alguns estão há vinte, dezoito anos. Depois me disseram que só coronéis e generais é que têm uma relativa rotatividade.

Mas eu, Sr. Presidente, para encerrar, queria pedir a atenção dos nobres companheiros dessa Comissão para um assunto que é da maior importância. Nós estamos aqui, Sr. Presidente, nos afastando, data venia, do objetivo central. Não estamos mandando o Governo vender imóveis. Não devemos proibir ao Governo vender imóveis. Este substitutivo é sábio. O que ele diz?

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante concorrência pública, com observância...

O Governo não está obrigado a alienar. Nós não podemos recusar isso. Estamos apenas permitindo. Se o Governo quiser alienar, aliene. Se quiser alienar somente esses ou aqueles, aliene somente esses ou aqueles. Mas, Sr. Presidente, o Governo tem mudado de filosofia. Quantas vezes já não mudou? Ora o Governo reconsidera, pois terá esse instrumento a sua mão. Se ele quiser alienar hoje, aliena; se ele entender de alienar daqui a seis meses ou um ano, aliena. Se não quiser, não aliena.

Então eu queria pedir a atenção dos Colegas para isso. É um mero diploma de natureza autorizativa. Reconheço, respeito, mas não podemos recusar.

Há um dado também muito importante. Brasília, e sempre se dizia Distrito Federal. A emenda foi minha ao projeto de Constituição. Capital tem que ser Brasília, não Distrito Federal. Rompemos também essa tradição. Foi uma emenda minha durante os trabalhos da Constituinte.

Estou muito ligado a Brasília. Para mim é muito importante ouvir os dois Senadores do Distrito Federal que aqui estão, ainda que eu tivesse dúvida. Eles, mais do que quaisquer outros Senadores, sentem o problema nacional e o problema habitacional. E se me permitem, também estou muito ligado a esta cidade. Quando fui cassado em 69, fiquei aqui. Não fui para lugar nenhum. E como só era parlamentar, não era nem advogado, comecei a freqüentar a Câmara, e um alto funcionário chegou e disse: "Deputado, o senhor está cassado. O Presidente pede que o Senhor não venha mais." Tudo bem! Continuei em Brasília dez anos olhando o Congresso de longe, sem vir aqui mais. Hoje, graças a Deus, estou aqui como Senador.

De modo, Sr. Presidente, que fui o primeiro Secretário do Trabalho aqui em Brasília. Quando o vice-Presidente José Sarney assumiu, em face do falecimento de Tancredo Neves, fui o primeiro Secretário do Trabalho, depois de muita relutância, porque não queria. Quero não só pedir permissão ao nobre Relator para discordar do seu ponto de vista. Sei que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se aqui estivessem, não apenas só por argumento jurídico, mas sociais, e não se pode divorciar o Direito da realidade social também assiu se manifestariam é uma lei autorizativa. E mais do que autorizativa, Sr. Presidente, ela ainda diz no parágrafo único:

"Não se incluem na autorização..." — acho que nem precisava dizer isso, mesmo porque é uma lei autorizativa — "...os imóveis residenciais administrados pelas Forças Armadas, localizados dentro das áreas militares destinadas aos militares da ativa".

De modo que encerro aqui essas considerações, e faço um veemente apelo aos meus Colegas. Aproveemos o substitutivo, ainda que isso, para tristeza nossa, implique não aceitar o trabalho do nobre Senador José Richa.

O SR. RONAN TITO — Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Tem a palavra o Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — É questão de ordem mesmo. Eu gostaria de saber de V. Ex^a, Sr. Presidente, ou da assessoria da Comissão, se esse projeto autorizativo não for aprovado, o Governo poderá privatizar sem o projeto autorizativo?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Se por acaso esse projeto não for aprovado aqui, ou se for aprovado, existe

ainda a possibilidade regimental de que seja feito um recurso com 10% dos Senadores ao Plenário. Seja aprovado ou não. Essa é uma alternativa que existe no Legislativo com relação a essa lei autorizativa. Com relação às possibilidades, o Executivo tem a medida provisória, tem o decreto, tem o projeto de lei do próprio Executivo.

O SR. RONAN TITO — Eu não soube encaminhar a minha questão de ordem. O que quero perguntar é se juridicamente o Presidente da República, sem um projeto autorizativo, poderá privatizar? A pergunta é seca. O Presidente poderá privatizar casas sem um projeto autorizativo?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Não é para contraditar a questão de ordem do Senador.

O SR. RONAN TITO — Eu gostaria que V. Ex^a pudesse esclarecer. Não sei, honestamente, estou querendo saber, de um advogado brilhante como V. Ex^a, se o Executivo precisa de autorização para privatizar ou não.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — No caso em espécie, é necessário que haja o provimento de uma lei autorizativa, de uma lei específica. A Lei nº 8.031, que cogita das privatizações in genere, não autoriza a privatização isolada, porque são bens patrimoniais da União. Portanto, na forma do art. 37 da Constituição, é necessário que haja, primeiro, concorrência pública e, em segundo lugar, anuência do Congresso Nacional. De modo que não pode.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Para discutir, tem a palavra o Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho acompanhado esse assunto de um modo minudente, não somente porque o meu gabinete tenha recebido pessoas com pensamentos adversos, portanto com os dois lados da questão aqui discutida.

Mas, Sr. Presidente, pretendo me reportar a esse voto do Senador Maurício Corrêa e ao parecer do Senador José Richa de um modo muito claro. Acho que nesta Casa há muita contradição, porque de quando em quando vemos pessoas que exercem uma atividade de defesa das privatizações, pessoas que labutam por privatizações enormes, como da Usiminas, por exemplo, e, de repente, querem, em outros projetos, a multiplicação dos tentáculos do Estado, ou a manutenção do Estado numa filosofia absolutamente adversa. Não sei, Sr. Presidente, como se possa privatizar a Usiminas e não se privatizar os apartamentos, objetos dessa proposta do Senador Valmir Campelo? Seria o cúmulo da hipocrisia, porque esses apartamentos, ao que sabemos, pelo argumento...

O SR. RONAN TITO — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Pois não.

O SR. RONAN TITO — V. Ex^a entra em juízo de valor e chama de hipócritas aqueles que querem a privatização da Usiminas e não querem essa privatização. Então, sugiro a V. Ex^a que privatize o Palácio do Planalto.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Não vou responder ao aparte de V. Ex^a porque estou desenvolvendo aqui um raciocínio, mas depois o farei...

O SR. RONAN TITO — Peço a V. Ex^a que quando se referir de maneira mesmo indireta aos seus Colegas, faça sempre com o respeito que sempre tive com V. Ex^a

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Está muito bem. Logo mais responderei a V. Ex^a

Por isso, Sr. Presidente, acho que na verdade privatizamos a Usiminas, aqui foi aprovada a Medida Provisória nº 299; a Usiminas lucrativa, privatizada contra movimentos populares, a Usiminas privatizada contra posições estaduais — respeito muito a posição do Senador Ronan Tito, mas a verdade é que seus dois companheiros de Bancada tiveram posições adversas: a Senadora Júnia Marise e o Senador Alfredo Campos — privatizamos tudo isso. Votamos a Medida Provisória nº 149 que tem exatamente o mesmo mérito e tem exatamente a mesma consistência do Projeto do Senador Valmir Campelo. Votamos tudo isso, então, não podemos nos contradizer agora numa posição adversa àquilo que a Casa já vinha adotando em temas absolutamente semelhantes.

Ora, não foi o povo que foi dizer ao Palácio do Planalto, foi o Palácio do Planalto que foi dizer ao povo que havia apartamentos deficitários, que era o cúmulo o Estado funcionar como administrador de imóveis, o Estado funcionar como a maior imobiliária do mundo. Quem disse isto foi exatamente o Presidente Fernando Collor de Mello. Sua Excelência é quem criou realmente essa atmosfera, na qual se funda o desejo dos militares que estão com essa pretensão através da proposta do Senador Valmir Campelo. Acho que as coisas devem ser raciocinadas, acima de tudo, com uma linha de coerência, e isso ofendeu ao Senador Ronan Tito porque falei em hipocrisia. Na verdade, a mim parece que a coerência é o principal valor; se voto de um modo hoje, dentro de uma linha filosófica, voto sempre, Sr. Presidente, vou votar sempre dentro de uma mesma linha. Se não examinei a conveniência de um ente como a Usiminas, também não posso examinar a conveniência de outros entes estatais como estatal foi a Usiminas.

Sei que há aqui os reclamos dos Ministérios Militares, são da mais alta importância, mais importantes são os clamores da Petrobrás, importantes são os clamores do Banco do Brasil, e sabemos que contra esses clamores Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica não tarda também uma privatização, porque a porta realmente foi aberta, a porta foi escancarada para esse tipo de procedimento, e não sei como nesse universo todô vou tirar apenas os militares. Não teria condições de dormir depois disso se desse meu voto contrário, e não fui favorável a essas privatizações, resisti enquanto pude. Não que seja pelo Estado dominante, pelo Estado extravagante, pelo Estado Excepcional, não. Até gosto das opiniões do Senador Ronan Tito quando fala no Estado administrador, e que não precisa ter tantos tentáculos, de ocupar tanto espaço e de competir com a iniciativa privada de quando em quando ou sempre como aconteceu ao Estado brasileiro.

Concordo plenamente que o Estado deva ser reduzido, mas reduzido ante valores históricos, ante valores racionais, valores de uma psicologia social que não pode ser esquecida neste País como, por exemplo, a PETROBRÁS que é um valor da nacionalidade, a PETROBRÁS é um valor da emocionalidade brasileira, é toda uma história e toda uma luta. Então, vou defender a PETROBRÁS.

Sr. Presidente, há um aspecto técnico nessa questão. Na verdade, a lei não poderia ser concebida pela iniciativa do Senador Valmir Campelo determinando essa privatização. Não é isso o que o Senador quer, não é essa determinação. O que S. Ex^a pretende simplesmente é que esses militares ingressem no mesmo universo aberto pelo Governo para outras opções, outras pessoas, outras entidades e outras oportunidades. Ele não cria nada, esse projeto não cria coisa nenhuma, ele apenas atrela, apenas identifica o procedimento isonômico autorizado pela própria Constituição Federal.

Temos aqui a Constituição Federal que fala em isonomia. Não há evidentemente, Sr. Presidente, no País democracia sem isonomia, sem igualdade. A igualdade é o valor democrático da maior expressão. O que essa gente quer é isonomia. Quem pede isonomia não pede pecado, não pede aberração, não pede trem da alegria, não pede exagero, não pede absurdo, pede um tratamento democrático, absolutamente democrático. Se os ministérios militares não podem comportar essa providência, como bem salientou o Senador Chagas Rodrigues, resta ao Presidente não utilizar a autorização. Agora, a autorização incomoda Sua Excelência não é por outra coisa, é porque não terá como utilizar sem desmascarar o seu procedimento como Presidente da República, porque Sua Excelência vem com atividade sempre de comunicação, sempre de mídia, sempre mascarada pelo interesse da repercussão e, na verdade, esse projeto se soma à repercussão que Sua Excelência obteve contra o Estado imobiliário, contra o Estado, com relação a supostos marajás e outras coisas tantas que foram teses de sua campanha eleitoral e do primeiro período de seu governo.

Sua Excelência não terá condição ética de dizer não a essa autorização, porque, como bem salientou o Senador Chagas Rodrigues, não poderia, por uma competência constitucional. É evidente que o mais que podemos fazer é autorizar. Então, por que incomoda ao Governo autorizar, se essa autorização lhe é facultativa? Se usa ou não a autorização a seu bel-prazer? Se privatiza não desobedece a lei, se privatiza obedece a lei. Esse projeto de lei que poderá aqui ser aprovado neste instante.

Então, o incômodo é meramente político, o Presidente se incomoda em ter uma autorização e ser obrigado a descer a máscara para não utilizá-la na sua febre de privatização.

Por isso é que digo, Sr. Presidente, aqueles que são favoráveis às privatizações votem a favor desse projeto, porque quem deveria votar contra seríamos nós que somos contra as privatizações indiscriminadas. Quando falo em hipocrisia, não falo para ofender a ninguém. Digo que seria o cúmulo da hipocrisia proceder de um modo diametralmente oposto a outros procedimentos adotados aqui há pouco tempo, há poucos instantes. Os assentos de nossas cadeiras ainda estão quentes das nossas presenças para votarmos favoravelmente a essas privatizações.

A lei aqui é autorizativa. Na verdade, num estudo mais profundo de Direito, é uma lei de classificação difícil porque não é uma lei permissiva, ela é uma lei autorizativa, não é uma lei cogente, é uma lei meramente autorizativa, é uma lei imperfeita porque não contém nenhuma sanção em face de não ser cumprida. Então, o procedimento aqui é recomendatório; há razão do governo para que Sua Excelência siga a sua linha de conduta, para que adote harmonia em todos os pontos, para que dê segmento à filosofia com a qual conven-

ceu a Nação, com a qual obteve o eleitorado, com a qual tem governado até o presente momento.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que mesmo não sendo privatista, sendo uma pessoa que acode privatizações, dependendo do estudo de cada uma delas, sou favorável a esse projeto por uma questão isonômica para guardar harmonia com a Medida Provisória nº 149, para guardar harmonia com outras medidas provisórias e também com procedimentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. É por essa harmonia, por essa isonomia, por essa igualdade, que eu declaro que vou seguir o voto em separado do Senador Maurício Corrêa, em confronto com o voto do insigne relator, o nosso brilhante amigo José Richa. Então, lamentavelmente, a nossa posição será contra o relatório — isso nos entristece. Mas me entristece muito mais haver ferido o meu companheiro Ronan Tito, sem voluntariedade.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente, no momento em que analiso, para encaminhamento, essa matéria.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, peço a palavra para um ligeiro esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lyra) — Para um pequeno esclarecimento, concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Não se falou aqui ainda há pouco, Sr. Presidente, com relação àquela citação que eu fiz. Vou falar, em defesa de uma pessoa da qual eu nem me lembro, foi quem me deu esse cartãozinho, porque ela fez exatamente dentro do espírito de (inaudível). Como se falou em justificado e não injustificado, fica parecendo que ela trama até contra a sua própria formação.

Então como diz o verbete, que Jesus Cristo, justamente por ser justo, foi injustificado, ilumine V. Ex.^a nesse momento de decisão, no qual ou se está com a justiça ou está contra ela. Então alegou-se que seria injustificado, não quer dizer que está certo, foi injustificado mesmo. Quer dizer, no sentido da aplicação da palavra como decorrente da lei vigente, inclusive dos éditos romanos. É isso mesmo, justificado, quer dizer o Jesus Cristo foi justificado e não injustificado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lyra) — Com a palavra o Senador Esperidião Amin, para um breve esclarecimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Para um breve e necessário esclarecimento, porque eu fui brevíssimo na minha alocução jesuítica, a qual está absolutamente correta. Com o mesmo respeito com que o Senador Maurício Corrêa recebeu, apenas mais conciso, eu quero dizer que recebi com muito carinho, com igual carinho que me foi entregue, li e corrigi. Porque considero que Cristo não foi “justificado”, Cristo foi “injustificado”. Pode ter sido até legalmente penalizado, mas nunca “justificado”, porque entre lei e justiça há uma grande diferença. Mesmo sem ter os méritos de bom advogado de que é detentor o Senador Maurício Corrêa, eu sei distinguir. Pode até ter sido legal a condenação de Jesus Cristo, mas nunca terá sido justa. Nem para mim, que tenho certeza, e nem para quem escreveu — certamente com devoção, com a mesma devoção com que li e agora comento este cartão. Era só o esclarecimento que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lyra) — Concedo a palavra para discutir ao nobre Senador Antônio Mariz.

O SR. ANTÔNIO MARIZ — Sr. Presidente, Srs. Senadores, também votarei com o Senador Maurício Corrêa, adotando o seu ponto de vista.

E gostaria de fazer algumas considerações sobre o assunto. Primeiro, para tentar estabelecer uma distinção que me parece necessária. O que estamos discutindo, não é estatização ou privatização, mas sim o que é mordomia ou não é. São coisas inteiramente distintas, não se pode confundir, se o Estado deve manter casas funcionais ou não, assim como a discussão sobre o papel do Estado, a função do Estado no desenvolvimento econômico, na defesa da soberania nacional. E quando se questiona a privatização da Usiminas ou a quebra do monopólio da Petrobrás, o que se está discutindo é a função que deva ter o Estado no desenvolvimento do País ou a importância estratégica que tenham esses setores da economia.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lyra) — Eu faço um apelo aos presentes, para que possamos ouvir com toda a atenção, os esclarecimentos e as considerações do Senador Antônio Mariz.

O SR. ANTÔNIO MARIZ — Para preservação de Estado brasileiro soberano.

As casas funcionais são uma criação de Brasília. Deputados e Senadores no Rio de Janeiro jamais tiveram casas funcionais, bem como funcionários civis ou militares, jamais tiveram apartamentos funcionais antes da instalação, da fundação de Brasília — com as exceções de estilo. O que cabe discutir é, alcançado o grau de crescimento de Brasília, o estágio de desenvolvimento da cidade deve-se ou não persistir com as mordomias dos apartamentos funcionais. E aqui se discute, não apenas a mansão do Ministro mas a casa do funcionário. Parece-me desnecessário hoje, o uso das casas funcionais. Posso aduzir experiência pessoal, vivida por mim. Quando aqui vim pela primeira vez, eleito Deputado, em 1971, não dispunha a Câmara dos Deputados de apartamentos funcionais, ela os havia vendido. E nenhum dos Deputados que, há 20 anos atrás, aqui chegaram, encontrou qualquer dificuldade em alugar um apartamento para residir. O que foi apenas uma motivação a mais para a transferência da administração pública para Brasília, com privilégios, pequenos e grandes, criados pelo Governo federal com a finalidade de induzir os servidores públicos a se deslocarem para o Planalto Central, para a nova Capital, já não tem sentido hoje. Nada justifica a mordomia das casas funcionais em Brasília, a essa altura do Século XX, nada justifica que esse critério permaneça. Logo, as casas devem ser vendidas. Se se estivesse discutindo o privilégio da compra, que se destinaria do funcionário que a ocupa; se aqui se estivesse discutindo o valor dos imóveis oferecidos, essa sim, poderia ser uma discussão objetiva. Mas não a necessidade de que as casas sejam alienadas. Ora, a Lei nº 8.025 estabeleceu critérios para a alienação. Há um princípio previsto nas leis civis em que o inquilino, o ocupante, o morador terá preferência para a aquisição da casa. Atribuir ao atual ocupante o direito a essa aquisição, se insere na linha geral prevalecente no Direito Civil Brasileiro, não há o que questionar quanto a isso. Ocorre que a Lei nº 8.025 estabeleceu exceções, excluiu os servidores militares que ocupassem esses imóveis chamados funcionais como também os servidores referidos do serviço exterior do Ministério das Relações Exteriores. Portanto, o que se faz aqui realmente, nada mais é do que restabelecer o princípio da isonomia. É dar aos que são iguais, tratamento igual. É isso que o projeto do Senador Valmir Campelo pretende. Não creio que as mor-

domias contribuam, como salientou aqui o Senador Ronan Tito, para a moralidade pública. Não será o fato de ter ou deixado de ter mansões, que fará mais séria, mais proba a administração pública. Creio mesmo que o Senador Ronan Tito, ao ser Secretário do Trabalho em Minas, como referiu, não devesse ter casa funcional, não devesse ter uma mansão para residir. Os Estados não costumam oferecer moradias aos seus secretários, e nem por isso as casas dos secretários serão financiadas por empreiteiras.

O SR. RONAN TITO — V. Ex^a me permite só para esclarecer?

O SR. ANTÔNIO MARIZ — Pois não.

O SR. RONAN TITO — Não tinha mesmo porque a minha residência era lá. O que obriga à dupla moradia, é o fato de o parlamentar ter a obrigação de exercer o seu mandato aqui, mas tendo que dar assistência às bases. Isso é o mesmo que ocorre com os militares que hoje estão aqui, e amanhã, poderão ser transferido para a Amazônia, sem discussão.

Esse é o meu ponto de vista. E agradeço a V. Ex^a a oportunidade que me deu de esclarecê-lo.

O SR. ANTÔNIO MARIZ — V. Ex^a confirma a minha suposição. A de que não é absolutamente — não diria essencial, sequer importante para a administração pública que nos níveis de governo, que os titulares de cargos políticos disponham de casas funcionais. Brasília hoje, dispõe de um mercado imobiliário mais do que suficiente para assegurar a quem quer que aqui aporte, a possibilidade de alugar um imóvel residencial.

Sr. Presidente, nada mais justo do que eliminar dessa lei as exceções. O Estado deve realmente fazer cessar esse privilégio, que terá se justificado na fundação de Brasília, sendo aceitável nos primeiros anos do funcionamento da cidade mas que já não tem hoje, razão de ser. Voto pois com o Senador Maurício Corrêa, apoiando o seu parecer com todo o respeito e prestando todas as homenagens ao ponto de vista apresentado pelo Senador José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lyra) — Para as considerações finais, eu gostaria exatadamente que encerrassemos as discussões após ouvirmos as colocações do Senador José Richa. Está existindo, no momento, uma reunião da Comissão de Orçamento e alguns companheiros precisam lá comparecer.

Com a palavra o Senador José Richa.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi atentamente os respeitáveis argumentos daqueles que defendem a aprovação do projeto. Entretanto, não vi razões para mudar o meu ponto de vista. Mantenho o meu relatório porque não percebi nenhum fato novo, relevante, que pudesse servir de base à anulação do trabalho de pesquisa e de audiência a ambas as partes, que fundamentou este meu relatório.

Gostaria apenas, para não tomar muito tempo, de fazer alguns comentários a respeito dos que argumentaram a favor da aprovação do projeto. Como praticamente todos os oradores que falaram a favor enfatizaram ou repetiram os argumentos já utilizados pelo Senador Maurício Corrêa em seu voto em separado, farei apenas alguns comentários a respeito de seu voto que, aliás, devo dizer, preliminarmente, é de um Senador por quem tenho o maior respeito. Respeito não só o talento, a competência do Senador Maurício Corrêa, como também a sua garra. Quando S. Ex^a acredita em algo, defende-o com muita disposição. Admiro pessoas que assim

procedem. Entretanto, vou-me permitir fazer alguns comentários a respeito de seu voto em separado.

Como S. Ex^a é muito talentoso, usa, às vezes, alguns argumentos quase subliminares. O primeiro deles é de que o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por unanimidade. O que S. Ex^a quis inferir com isso? É que, tendo sido aprovado, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seria um absurdo a Comissão de Assuntos Econômicos não acompanhar a decisão. Quero esclarecer — não à Casa, que já sabe — àqueles que nos ouvem, para não pensarem que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa apenas a juridicidade, a constitucionalidade, a legalidade da proposta, não o seu mérito. Por isso, há outras comissões, se não, não haveria a necessidade de se ter comissões técnicas na Casa, bastaria uma: a de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, todo projeto que aqui chegar será analisado por brilhantes juristas que a compõem, e, uma vez sendo jurídico, legal e constitucional o projeto, seria o mesmo aprovado. Sr. Presidente, nem tudo o que é legal, jurídico e constitucional, tecnicamente será correto, e nem sempre será socialmente justo, porque não é tarefa dessa Comissão entrar no mérito das matérias que analisa. Penso que uma coisa e outra são distintas.

Um outro argumento, usado pelo Senador Maurício Corrêa, muito enfatizado pelo Senador Chagas Rodrigues e, parece-me secundado pelo Senador Antônio Mariz, é o de que o projeto do Senador Valmir Campelo apenas autoriza o Executivo a vender, e não determina isso. Primeiro, parece-me que seria, aí, sim, inconstitucional, se ele determinasse a venda. Penso que ao Congresso não cabe determinar que o Executivo se desfaça de patrimônio. Não teria, a meu ver, o Congresso capacidade de criar despesa ou de reduzir receita. Porém, o próprio Senador Maurício Corrêa — quero combinar os dois argumentos — disse que há algumas decisões judiciais, irrecorríveis, segundo ele; tenho minhas dúvidas. Acredito na competência, no talento, na capacidade jurídica do Senador Maurício Corrêa; portanto, não tenho razão para duvidar de S. Ex^a quando diz que são irrecorríveis essas decisões já prolatadas pela justiça.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Senador José Richa, gostaria de prestar um esclarecimento a V. Ex^a

O SR. JOSÉ RICHÁ — Ficaria muito satisfeito, pois não entendo muito de Direito.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Se V. Ex^a quiser, tenho a certidão que prova o trânsito em julgado da decisão. É preciso que fique bem claro: irrecorrível, na forma em que foi exposto, naquelas hipóteses não há mais recursos pois transitou em julgado, o que não quero dizer que a tese não seja levada até ao Supremo Tribunal Federal, se houver inconstitucionalidade.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Muito obrigado pelo esclarecimento de V. Ex^a Posso até acreditar nas duas fontes. Felizmente, fico até aliviado. Não queria desacreditar nenhuma das fontes, porque ambas merecem muito crédito de minha parte, o Senador Maurício Corrêa, que é o técnico em questões de Direito, e aqueles que me disseram que nenhuma venda foi efetivada, porque mesmo já tendo sido prolatadas as decisões na Justiça, dando ganhos de causa a alguns dos interessados, o assunto está sub judice, porque está havendo um recurso à instância superior, qual seja, o Supremo Tribunal Federal.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Senador José Richa, perdão, serei obrigado, novamente, a prestar um esclarecimento a V. Ex.^a Esses casos já decididos pela Justiça os respectivos Ministérios terão que cumprir mesmo. Não há como, porque já transitaram em julgado. O que está havendo é um processo de demora, justificável, porque há que se ajustarem papéis, e o Tribunal tem que comunicar aos órgãos contra os quais os mandados foram impetrados. Como disse, foram transitados em julgado, tem-se portanto, que passar esses apartamentos para os nomes das pessoas que entraram em juízo, que são várias.

Nesses casos, Senador José Richa, o atraso decorre de fase meramente burocrática, e não por descumprimento de decisão judicial.

O SR. JOSÉ RICH A — Não prolongarei a discussão, porque me parece que esse argumento é irrelevante para a formação da minha convicção. Considero que essas questões — mesmo já tendo obtido ganho de causa, irrecorrivelmente, em alguma instância da Justiça — decorrem da forma atabalhoada como esse Governo costuma tratar determinadas questões. Não é a primeira questão legal que este Governo perde. Penso que é mais uma ilegalidade. Porém, isso não vem de encontro — no meu modo de entender — a uma questão fundamental: se deve ou não ser vendido o imóvel. Portanto, mesmo já havendo recurso, por falha na lei, ou na regulamentação por parte do Executivo, a meu ver um erro não justifica o outro. Temos que analisar, no mérito, se estaremos procedendo correta e jutamente, se autorizadas as vendas desses imóveis, apenas a alguns funcionários ou não. Parece-me que a questão fundamental é essa e daí vem o meu argumento contraditando o que dizem que a mera autorização do Executivo não gera direito e não gera obrigatoriedade, por parte dele, de alienar ou não esses imóveis. Sob meu ponto de vista, se falhas menores do que essas já possibilitaram aos interessados bater às portas da Justiça, se aprovarmos o projeto — mesmo autorizando — parece-me que todos os imóveis acabarão sendo alienados, porque essa autorização dada pelo Congresso acabará reforçando os argumentos daqueles que estão peticionando na Justiça para comprar os imóveis.

Vamos, agora, ao mérito verdadeiro da questão e, nisso, penso, ninguém contraditou meu relatório, nenhum dos nobres Senadores que falaram.

Quanto à questão da isonomia constitucional, o verdadeiro cerne da questão é a Justiça. Não sou contra a venda. Eu próprio fiquei mais de um mês com esse projeto, conversando a respeito muito tempo. Esgotei todo o tempo disponível para a análise de uma só matéria ouvindo os interessados, tentando buscar uma safda. Todos somos políticos e, como tais, temos a sensibilidade à flor da pele. Por isso, condei-me com a situação social de muitos que hoje dependem da aprovação desse projeto para adquirir o seu imóvel. Uma pessoa chegou a me dizer que depois de 35 anos de serviço, ganhando uma miséria, teria e teve, sem imóvel onde morar, de abandonar o seu imóvel funcional, e estava desesperado por não ter perspectiva de onde morar com o seu parco salário de militar, depois de tanto tempo de serviço. Essa uma questão concreta, mas pode levar-nos a conceber o que me parece um privilégio, porque neste País não são apenas esses que estão a lutar por uma causa — que, no seu entendimento, é justa —, também a reconhecemos assim; mas a questão da isonomia que somos obrigados a defender, é a de que,

se atendermos a esses interessados, que são poucos, não teremos condições de atender a muitos outros interessados aqui em Brasília e em outros Estados, aos trabalhadores. Este País não tem tido como assegurar sequer condições dignas de vida a sua maioria populacional, que são os trabalhadores, que nem comer conseguem; como poderemos conceder o que me parece um privilégio a apenas alguns?

Quando cito a questão da impessoalidade, que somos obrigados a defender, no meu relatório, quando faço esta citação, não é como afirma o Senador Maurício Corrêa, no seu voto em separado, a questão de diferenciar civis de militares. Eu não estou tratando, quando defendo aqui o meu parecer, da isonomia. "Alguns civis puderam comprar, por que que os militares não podem?" Estou invocando o princípio da isonomia entre os próprios militares. Por que os daqui terão direito a comprar, por este projeto, e os do Rio de Janeiro não podem ter esse direito? Os de Curitiba? Os de Fortaleza? Por quê? Eu só ouvi murmúrios, eu não ouvi nada que pudesse contraditar o que eu estou dizendo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Senador José Richa, permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ RICH A — Pois não.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Senador José Richa, a isonomia se dá do seguinte modo: pessoas que estão na mesma situação devem receber idêntica aplicação da lei. A situação dos ocupantes de apartamentos se baseia exatamente nesse fato. Quem não ocupa não teve a circunstância formadora do direito. Se no Ceará o militar mora em casa alugada, como perfaria o direito de adquirir o imóvel funcional?

O SR. JOSÉ RICH A — Não estou me referindo a esses. Estou me referindo aos militares que ocupam imóveis funcionais no Rio de Janeiro e em outros Estados e não vão poder adquiri-los.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Eu gostaria de concluir o meu aparte. Nesta hipótese cabe a nós propormos um projeto de lei idêntico, para continuarmos perseguindo a isonomia. No caso de V. Ex.^a detectar essa distinção, devemos propor algo por igual para os outros Estados da Federação.

O SR. JOSÉ RICH A — Mas não é esta a questão, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho. Eu até poderia ser tentado, nessa onda de privatização que domina o País, a autorizar a venda de imóveis funcionais em outras cidades. Por quê? Porque as outras cidades são cidades normais, e não atípicas como Brasília. As demais cidades têm um mercado imobiliário ativo. É possível a qualquer pessoa, mesmo tendo que morar temporariamente nessa cidade, ter a oportunidade de alugar imóveis, mas aqui em Brasília, não, Sr. Presidente. Querer invocar a questão da isonomia entre os ora ocupantes desses imóveis funcionais com aqueles outros funcionários civis, que há pouco tempo atrás tiveram a oportunidade de comprar, é uma comparação que não encontra justificativa para essa isonomia. Brasília é uma cidade atípica. É a Capital do País, é a sede da administração e foi construída especificamente com essa finalidade. Então, veja bem V. Ex.^a: quando os imóveis funcionais, que eram ocupados pelos funcionários públicos civis, foram construídos, era o início da implantação de Brasília; então, justificava-se, porque vinham funcionários de outras cidades, especialmente do Rio de Janeiro, morar em Brasília. E para consolidar a nova capital era imptescindível

que a esses funcionários civis se desse a oportunidade de terem onde morar; outros atrativos também foram dados, caso contrário seria impossível consolidar a nova Capital.

Deu-se um tempo para essa consolidação. Mas esses imóveis poderiam ter sido vendidos muito antes. Há alguns anos Brasília se consolidou; aí, sim, não se justificava que o Poder Público, para uma massa imensa de funcionários públicos, que não tinha nenhuma mobilidade, porque a Capital já estava consolidada, a União continuasse conservando a titularidade destes imóveis. Por isso foi autorizada a venda a esses funcionários civis que não têm mobilidade. Mas há outras categorias funcionais que precisam continuar tendo em Brasília um determinado número de imóveis funcionais, para não haver prejuízo administrativo para a Capital. Que funcionários são esses? Os que ocupam cargos temporários, os parlamentares, os que exercem cargos comissionados e os militares. Quando o Governo pediu autorização a esse Congresso, para a venda de, alguns imóveis funcionais, e considereei pura demagogia do Governo, assim como o fato de ter colocado à venda os imóveis destinados aos Ministros, o que propiciou a distorção que o Senador Ronan Titobem acentuou aqui, a distorção de que alguns Ministros, alguns secretários estavam ocupando imóveis cujos aluguéis eram pagos por empresas empreiteiras, por prestadoras de serviços públicos. Isto, sim, é uma imoralidade.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Senador José Richa, Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ RICHÁ — Concedo o aparte ao Senador Valmir Campelo e, em seguida, a V. Ex^a.

O SR. VALMIR CAMPELO — Quando V. Ex^a indaga, por que só Brasília, por que nos outros Estados estes imóveis não são vendidos, quero esclarecer a V. Ex^a. Porque só Brasília tem esta situação, nos outros Estados, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica detêm os imóveis funcionais dentro das vilas militares. Aqui, estamos preservando também as vilas militares. De forma que é este o esclarecimento que eu queria dar a V. Ex^a: nas outras cidades, as vilas militares também vão ser preservadas; aqui, em Brasília, também o projeto se preserva.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Mas aí, nobre Senador, há um equívoco. Pode ser que nas outras capitais não haja imóveis funcionais, na mesma quantidade que há em Brasília mas também existem. Em Curitiba existem imóveis funcionais ocupados por militares e fora da área militar; aliás, esta é uma outra questão, porque V. Ex^a entrou na mesma linha do voto em separado do Senador Maurício Corrêa. Mas um dos objetivos de todos nós, políticos civis e militares, é que queremos destruir, essa segregação de militares, que estamos agora estimulando. Os argumentos que V. Ex^a usa estimularam a segregação porque dentro das áreas militares podem ser construídas novas habitações que não precisam ser vendidas e as outras, para permitir a integração entre civis e militares; estas não; estas têm que ser vendidas. Não entendo o argumento, que me parece contraditório.

Concedo agora a palavra ao Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Senador, V. Ex^a, na qualidade de relator, estudou em profundidade esse projeto. Gostaria que V. Ex^a me dirimisse uma dúvida: Qual foi o instrumento legal que permitiu a venda dos outros imóveis aos Ministros do Superior Tribunal?

O SR. JOSÉ RICHÁ — A medida provisória que acabou se transformando na Lei nº 8.025.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Exatamente. Foi iniciativa do Executivo. Até então, confesso que estava na dúvida se votaria ou não; agora perdi a dúvida, porque foi uma iniciativa do Executivo puramente demagógica. Quando ele autorizou a venda das residências dos ministros de Estado, houve um ato de puro efeito externo; foi o mesmo ato da venda de automóveis, dos carros oficiais, que foram vendidos. E os ministérios gastam uma fortuna com locadoras. Foi um ato puramente demagógico. E se esse projeto for iniciativa do Executivo — confesso que tinha dúvida se votava favoravelmente ou não a este projeto não tenho mais dúvida. Vou acompanhar o Senador Maurício Corrêa porque não vou permitir que o Executivo faça demagogia, beneficiando oficiais superiores e prejudicando tenentes e sargentos.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Nobre Senador Divaldo Suruagy, V. Ex^a usa um argumento que também foi utilizado pelo voto em separado de que esses imóveis são ocupados legalmente há 15 anos, inclusive usei como argumento a venda de imóveis, na mesma medida provisória, ocupados por civis foi corretíssima. Brasília já se consolidou; os funcionários não têm nenhuma mobilidade e, portanto, não cabe à União continuar administrando estes imóveis, cobrando aluguel dos funcionários civis. A única tolice que, a meu ver, o Executivo cometeu foi ter incluído, com a mesma argumentação, autorização para venda aos funcionários civis e a venda dos imóveis ocupados por quem detinha cargos comissionados. Esta foi a tolice. E em nome de uma tolice cometida para 30 e 40 imóveis, vamos autorizar a venda de outros milhares de imóveis? Não tem sentido. Vamos paralisar a administração pública de Brasília se autorizarmos essa venda? Usou-se o argumento de que há funcionários que ocupam os imóveis há mais de quinze anos. O argumento de que a ocupação é por tempo bastante longo não tem cabimento. De acordo com as informações que tenho, na área do EMFA o tempo de ocupação em média é de 3,2 anos. Na aeronáutica, quanto aos oficiais, 93,4% são ocupantes com menos de dez anos, de zero a dez anos. Apenas 5,11% ocupam de dez a quinze anos e 1,5% ocupam há mais de quinze anos. Quanto aos suboficiais e sargentos, 85,9% das ocupações se fazem, em média, com menos de dez anos. Apenas 8,7% são ocupados por militares que têm permanência em Brasília de dez a quinze anos e 5,4% apenas dos militares, entre suboficiais e sargentos, ocupam esses imóveis há mais de quinze anos.

Portanto, não se justifica, porque há alguns que ocupam há quinze anos, vender todos os imóveis.

O SR. MARCO MACIEL — Senador José Richá, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ RICHÁ — Pois não, Senador.

O SR. MARCO MACIEL — Senador José Richa, nessa minha breve intervenção, desejo cumprimentar V. Ex^a pelo parecer que prolatou sobre a matéria, demonstrando, como é de praxe na sua atuação parlamentar, que estudou o assunto em toda a sua extensão e profundidade. Quero, em abono a tese que V. Ex^a aqui expende, dizer que sou pernambucano do Recife. Ali, Exército, Marinha e Aeronáutica têm imóveis especiais. Se aprovado esse tipo, aqui, em Brasília, penso que isso reverberaria para todo o País. Posso afiançar com relação ao meu Estado, que conheço bem e tenho a obrigação

de conhecê-lo porque sou representante do povo e do Estado aqui no Senado da República. Lá, há três Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — que dispõem de imóveis funcionais, e sempre se adotou um critério de, naturalmente, os imóveis ficarem à disposição daqueles oficiais que estão efetivamente prestando os seus serviços. De mais a mais, V. Exª anotou com propriedade — e eu li no seu parecer — que o servidor civil, quando para aqui vem, vem com ânimo definitivo, geralmente porque sua repartição foi transferida, muitas vezes extinta a representação no antigo Distrito Federal, hoje o Rio de Janeiro, diferentemente com o que ocorre com o militar. O militar vem para o cumprimento de uma tarefa, assim como ele cumpre nas fronteiras ou em outras cidades e no interior do Estado. V. Exª anota muito bem que a situação dos imóveis administrados pelas Forças Armadas, na desocupação dos militares, é mesmo peculiar. É uma situação específica que não pode ser confundida, naturalmente, com o servidor civil. Devemos separar bem a questão para poder adequadamente discuti-la.

Por último, nobre Senador José Richa, e sem querer me prolongar, uma vez acolhida a proposição, isso a meu ver iria criar enormes dificuldades para a boa operação das Forças Armadas que aqui estão localizadas. Acredito que isso em nada concorreria para o bom funcionamento das instituições militares. De mais a mais, o óbvio, se essa medida se impusesse, os Ministros militares, através do Presidente da República, as teriam proposto, porque cabe ao Presidente da República dispor sobre os assuntos da Administração Federal relativos ao Poder Executivo.

Discuto até a própria constitucionalidade do projeto. Sei que é meramente autorizativo, mas se é autorizativo é uma desnecessidade; se não é autorizativo, a meu ver é de constitucionalidade discutível. Daí por que choncelo rigorosamente a opinião que V. Exª expende em seu denso parecer. Lamento que eu não possa conseqüentemente acolher, em que pese ao apreço que lhe tenho e à manifestação de autoria do Senador Valmir Campelo, bem assim o voto em separado do Senador Maurício Corrêa.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Eu não queria tomar tanto tempo, mas acabei tomando mais do que devia. Tenho apenas mais duas observações com relação ao voto em separado do Senador Maurício Corrêa. A primeira dessas duas últimas observações é com relação ao seu argumento de que existem muitas unidades desocupadas. Já relatei no meu parecer que existem muito mais militares aguardando a desocupação de imóveis do que unidades desocupadas. Se há unidades desocupadas, isso se deve a duas razões. A primeira delas é a confusão que esse projeto gerou. Segundo, alguns que estão interessados nessa compra, a questão “bater às portas” da Justiça colocou sub judice o problema.

Há muitos militares precisando vir para Brasília nessa mobilização. Aguarda-se apenas uma decisão do Congresso Nacional a respeito deste projeto. Uma segunda questão que tornou essa mobilização, embora necessária, não tão efetiva quanto nos outros tempos, é a conjuntura atual. O País está vivendo numa crise, o Executivo não tem recursos, isso atinge todos os órgãos do Executivo, inclusive os Ministérios militares. Portanto, na maioria das vezes não há nem recurso para a mudança desses oficiais. Por isso, a mobilidade caiu percentualmente nesses últimos meses.

Finalmente, o último argumento, Sr. Presidente: não cabe ao Congresso se envolver na questão administrativa. Não cabe

a nós ficarmos aqui argumentando o que é ou não necessário administrativamente. Quem tem condições de julgar se administrativamente pode ou não a União se desfazer de patrimônio, notadamente nesta área residencial, é o próprio Executivo. Portanto, ao continuar confirmando o meu parecer contrário à aprovação do projeto, reservo-me o direito de depois analisar.

Fica aqui publicamente feito o meu apelo aos Ministérios militares, no sentido de fazerem um levantamento para os imóveis efetivamente necessários à boa marcha da administração e os imóveis desnecessários. E aí, sim, proponha — e nós aprovaremos — a venda dos imóveis desnecessários. Por último, esse argumento me parece fundamental. Não cabe ao Congresso dizer para o Executivo o que é administrativamente conveniente ou não. Seria a mesma coisa que nós, Congressistas, admitirmos a ingerência do Executivo nas questões administrativas internas do Congresso Nacional.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, tendo em vista a argumentação do nobre Relator, peço a V. Exª que me conceda pelo menos três minutos, em razão da abordagem de S. Exª a respeito da isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Nobre Senador, vou conceder a palavra a V. Exª para encaminhar. Dizíamos anteriormente que íamos passar a palavra ao Senador José Richa para encerrar as discussões.

Assim sendo, concedo a palavra a V. Exª para o encaminhamento da votação.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no que tange aos argumentos trazidos pelo nobre Senador José Richa, gostaria de frisar — não vou abordar todos — especificamente esse que fala sobre isonomia. Todos nós sabemos o que é isonomia. A Constituição define o que é isonomia. O tratamento distinto em situações iguais, dentro do ponto de vista legal se caracteriza uma isonomia. Dar-se a um alguma coisa e não se dar a outro aquilo que ele teria direito. Entretanto, é preciso saber que especificamente, do ponto de vista terminológico, não há isonomia entre a situação dos civis e a situação dos militares. Ninguém está querendo isso. Mas uma coisa é certa, Sr. Presidente: o Poder Judiciário já decidiu que os oficiais da reserva, os militares da reserva e os civis têm direito. A decisão foi prolatada por unanimidade, não houve recurso e transitou em julgado. Todos os militares reformados e todos os civis que ocupam os imóveis militares poderão comprar. Essa é uma situação já definida por força de decisão judicial que ninguém vai mudar mais, porque não cabe mais recurso. Posso depois fornecer a certidão do trânsito em julgado dessas decisões, para quem quiser. O que resta agora são somente os apartamentos, as unidades dos militares, inferiores na sua esmagadora maioria, que ocupam esses imóveis há quinze, vinte, vinte e cinco, trinta anos.

Nesse aspecto, a isonomia, entre aspas, tem de se caracterizar. Já se deu o direito para os civis, para os militares da reserva e para os civis das Forças Armadas. Só aqueles que não são civis que não estão reformados não tiveram o direito de comprar. Daí, argumenta-se que também, no outro sentido, não está se observando o princípio da isonomia. Se dêssemos esse direito para os militares de Brasília, teríamos que dar também para os militares do Rio de Janeiro, do Paraná, do Rio Grande do Norte, que têm situações idênticas.

Em primeiro lugar, é preciso deixar bem claro que essa é uma premissa extremamente falsa. Não há nenhum lugar

no Brasil que tenha as características, as tipicidades de Brasília, no caso dos apartamentos, especificamente nessa situação dos militares. O que ocorre no Paraná? O que ocorre no Rio de Janeiro? Vamos colocar as coisas nos devidos lugares. São alguns apartamentos e algumas casas das Forças Armadas destinadas a determinados comandantes de unidades militares, mas não existe um contingente de 3 mil, de 4 mil apartamentos ou de casas para os militares. O que existe são unidades isoladas dos militares que são alugadas.

A segunda questão que quero colocar, e eu faço um desafio aqui, entre documentos, sobre o que disse o Senador José Richa e o que eu tenho em mãos. Tenho aqui o relatório de todos os imóveis do Exército em Brasília. Está à disposição dos Srs. Senadores. Então o que eu posso dizer é o seguinte: unidades ocupadas aqui por militares fora da vida militar, há mais de 4 anos, 1.387; há mais de 10 anos 360; unidades entregues a civis 495; Este relatório do Exército, para quem quiser vê-lo, está à disposição.

Quer dizer, está é a realidade. Há mais de 10 anos residem em unidades do Exército 1.387 pessoas, está aqui à disposição dos senhores. Agora eu lhe pergunto: Isto é ou não é uma injustiça? Portanto, Srs. Senadores, não quero entrar nas outras considerações do Senador José Richa sobre o problema da privatização, enfim nós abordamos aqui.

Mas a questão central para mim é quando ele fala na isonomia. Claro que eu não ia me preocupar em dizer que há uma isonomia, onde não existe uma isonomia. Não existe uma isonomia, porque as situações são distintas por isso é que o Congresso tem que entrar com as sua participação de votar uma lei para equalizar essa injustiça existente. O que há patentemente é uma situação de desigualdade entre militares e civis e militares da reserva que passaram a ter situações diferentes.

Claro que se houvesse na lei uma determinação expressa, os militares já tinham recorrido à Justiça e tinham obtido a decisão favorável. Mas não é essa a hipótese. O que a Justiça está dando não é para os militares da ativa, é para os militares da reserva e os civis. E somente a lei é que poderá dar essa autorização ao Presidente da República, ao Executivo, para que Sua Excelência estabeleça um clima de pacificação social. Por isso, é que nós estamos aqui, para votar leis. E eu não acho que seja uma lei equivocada, não acho que seja uma coisa de intromissão nossa no poder de administração do Presidente da República. Ora, já há tanta besteira realizada pelo Presidente da República, imaginem se nós não corrigirmos algumas delas.

Portanto essa é uma situação que me parece de inteira justiça, que se procure dar, através da lei um instrumento ao Poder Executivo para criar um clima. Af, sim, de igualdade social, de igualdade entre brasileiros, não importando se são civis ou se são militares.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Vamos iniciar a votação. Informo aos Srs. Senadores que em virtude de ser um projeto terminativo, a votação é nominativa, em dois turnos, a primeira nominativa e a segunda votação normal.

Eu gostaria de informar que a votação é em um turno, porque é num substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, podendo, portanto, o Senador Valmir Campelo votar.

Quem votar "sim" estará votando a favor do parecer do Senador Valmir Campelo. O "sim" é a favor do parecer do Senador José Richa, portanto contra o projeto.

O voto "não" estará votando com o voto em separado, que é a defesa do parecer do Senador Maurício Corrêa.

Em resumo, "sim" é contra o projeto e "não" a favor do projeto.

Em votação o projeto.

É feita a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Eu quero fazer um esclarecimento aqui. A votação foi 11 a 10. Se estivesse havido o empate, sem o voto do Senador Maurício Corrêa teria que contar o voto dele em separado, de qualquer maneira, são 11 votos "não" e 10 "sim". (Palmas)

O parecer do projeto passa a ser o voto em separado do Senador Maurício Corrêa.

Eu gostaria da compreensão dos Srs. Senadores para votar a pauta extra, o item 1.

Item 1:

Ofício 41/91 do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando autorização, do Senado Federal, para que Prefeitura Municipal de Brusque, Santa Catarina, junto à Caixa Econômica Federal 982 milhões de cruzeiros destinados à implantação de pavimentação asfáltica, drenagem, etc...

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPIRIDÃO AMIN (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O projeto, que ora está sendo apresentado, reporta a um processo que chegou ao Senado em setembro deste ano. A pretensão da Prefeitura Municipal de Brusque é de obtenção de um empréstimo de Cr\$982.000.000,00. Contudo, respeitados os parâmetros delimitados pela Resolução nº 58, de 1990, do Senado Federal, há um limite inferior que, devidamente respeitado, permitiria a aprovação pelo Senado, ouvida essa Comissão, do Projeto de Resolução que apresento ao final do parecer, que autoriza, portanto, a Prefeitura de Brusque a contratar operação de crédito no valor de 513 milhões e 900 mil cruzeiros. Com este limite, estariam satisfeitas as necessidades da Prefeitura de Brusque, respeitados os parâmetros da Resolução nº 58/90, do Senado Federal.

Por esta razão e neste limite, apresentei o parecer que agora resumo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Está em discussão o parecer.

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Gostaria de informar aos Srs. Senadores que na próxima terça-feira teremos a presença aqui do Dr. Rui Coutinho do Nascimento, que foi indicado pelo Presidente da República para presidente do CADE — Conselho Administrativo de Defesa Econômica — e de outros membros do referido conselho: Carlos Eduardo Vieira de Carvalho, José Matias Pereira, Marcelo Monteiro Soares e Neide Teresinha Mallard. Eles serão sabatinados pelos Srs. Senadores na próxima terça-feira, às 10 horas.

Portanto, convoco todos os Srs. Senadores para que estejam aqui presentes.

Agradeço, mais uma vez, o apoio, a colaboração e a solidariedade de todos para com esta Comissão.

Muito obrigado e um bom final de semana para todos.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 13 horas e 35 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 5.770,57

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 5.770,57

J. avulso Cr\$ 117,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Brasília — DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REGIMENTO INTERNO

(Resolução nº 93, de 1970. Texto editado em virtude da Resolução nº 18, de 1989, consolidado com as alterações decorrentes das Resoluções nº 51, 58, e 63, de 1989 e 1, 9, 17 e 52, de 1990.)

À venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas — Senado Federal, Anexo I,
22º andar — Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones: 311-3578 e 311-3579

Lançamento: Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

Senado Federal
Secretaria de Documentação e Informação
Subsecretaria de Edições Técnicas

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LANÇAMENTO:
CR\$ 7.000,00



Quadro Comparativo

BRASÍLIA — 1991

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 340 páginas, contém as seguintes matérias:

Medidas provisórias — *Rual Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 — *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional — *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos — *Giuseppi da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 — *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração — *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais — *Adhemar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Superior Tribunal de Justiça — *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário — *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da destinação — *Nelson Saldanha*
A atuação dos procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes — *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste — *Mário Roberto Villanova Nogueira*
Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços — *José Carlos Costa Netto*
Bem de família — *Zeno Veloso*
Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro — *Jorge Barrientos Parra*
"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo — *Yamil e Sousa Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação — *Edivaldo M. Boaventura*
A biblioteca legislativa e seus objetivos — *Eduardo José Wense Dias*
Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores — *Dr. Daniel E. Moeremans*
La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español — *Antonio M^º Lorca Navarrete*

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I, 22º andar —
Praças dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991
(nºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110 (abril a junho de 1991)

*Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.
Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:*

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil —
Alcides de Mendonça Lima

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina — *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português — *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição — *Inocência Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte — *Leomar Barros Amorim de Sousa*

Revisão constitucional — *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) — *Sebastião Baptista Afonso*

Mandado de injunção — *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro — *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação — *Vitor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita — *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais — *Anamaria Vaz de Assis Medina*

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público — *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução — *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário — *Antônio de Pádua Ribeiro*

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

A Escola Judicial — *Salvador de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores — *Adriano Perácio de Paula*

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais — *Marcos Juruenia Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro — *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico — *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo — *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa — *Rubem Nogueira*

PESQUISA — Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS